
Aparato crítico
/
Prolegômenos
/
**Para uma ontologia
do ser social**

SEGUNDA EDIÇÃO

2024



PROLEGÔMENOS
E
PARA UMA ONTOLOGIA
DO SER SOCIAL

APARATO CRÍTICO
2024



Tradução: Sergio Lessa

Revisão da tradução: Mariana Andrade e Sergio Gianna

Revisão ortográfica: Sidney Wanderley e Daniele Faria

Diagramação e capa: Silvio Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lessa, Sergio

Prolegômenos e para a ontologia do ser social : aparato crítico 2024 / Sergio Lessa, Frank Benseleer. -- 2. ed. -- Maceió, AL : Coletivo Veredas, 2024.

ISBN 978-65-88704-40-0

1. Filosofia 2. Lukács, Gyorgy, 1885-1971 3. Ontologia I. Benseleer, Frank. II. Título.

24-219954

CDD-111

Índices para catálogo sistemático:

1. *Ontologia : Filosofia 111*

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Esta tradução está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>. A licença, apenas a da tradução, permite cópia parcial ou total, distribuição e ainda que outros adaptem e criem a partir da mesma, desde que atribuam o devido crédito ao tradutor original. Contudo, deixamos claro que o direito à publicação das obras de Georg Lukács pertence, até 2031, ao The Estate of György Lukács, Budapest.

PROLEGÔMENOS
E
PARA UMA ONTOLOGIA
DO SER SOCIAL

APARATO CRÍTICO
2024

2ª Edição
Coletivo Veredas
Maceió 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
NOTA DA TRADUÇÃO	9
ÍNDICE ONOMÁSTICO	53
NOTA AO ÍNDICE DE ASSUNTOS	67
ÍNDICE DE ASSUNTOS	73
POSFÁCIO DE FRANK BENSELER	153

APRESENTAÇÃO

É de pouca tradição, no país, um Aparato Crítico. Foi bem mais frequente nos países do bloco soviético e também comparece em algumas edições comentadas de textos clássicos por editoras europeias e estadunidenses, notadamente as editoras vinculadas às universidades.

A função do Aparato Crítico é auxiliar nas pesquisas e investigações do texto. Muitas vezes vem nas páginas finais da edição. No nosso caso, preferimos editar em um volume separado para facilitar a consulta aos índices e à Nota da tradução.

A Nota da tradução, além de expor as opções seguidas na presente edição, ainda comenta com algum detalhe as traduções da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* publicadas na Argentina, na Espanha, na França, na Itália e no Brasil. Também justifica os critérios seguidos para assinalar as diferenças entre a edição de Benseler, pela *Luchterhand Verlag* (a edição *standart*), e a tradução de Scarponi, publicada na Itália antes da publicação da edição de Benseler. Discute, ainda, alguns dos problemas para a tradução originados do estado atual das investigações dos manuscritos da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*.

O Índice Onomástico traz a relação dos nomes citados nos Volumes 13 e 14.

O Índice de Assuntos traz a localização, por páginas, de categorias e relações categorias tratadas por Lukács nos Volumes 13 e 14. A elaboração de um Índice de Assuntos é, por definição, infundável: novas leituras do texto sempre conduzem a melhorias, aperfeiçoamento e expansão do mesmo. Uma nota introdutória ao índice de assuntos expõe alguns dos problemas enfrentados em sua organização e os critérios seguidos para classificar as diferentes passagens do texto lukácsiano.

Ao final, publicamos o posfácio de Benseler à edição da *Luchterhand Verlag*, com informações interessantes sobre a organização e publicação da edição alemã.

Maceió, julho de 2024
Coletivo Veredas

NOTA DA TRADUÇÃO

Sergio Lessa

A mais sombria das épocas?

Há anos, eu era ainda um estudante, Armando Boito perguntou-me por que uma ontologia. Hoje, creio poder oferecer uma resposta melhor. Por que uma ontologia no século XX? Por que desenvolvê-la? Em uma frase? Por que nossas vidas não estão tomadas por barricadas. Pelo contrário. Talvez vivamos a véspera dos tempos os mais sombrios de toda a história.

A humanidade já viveu horrores. A peste bubônica, na Idade Média; a Acumulação Primitiva, com a destruição de civilizações inteiras nas Américas, na Ásia e na África; as duas Guerras Mundiais com seus quase setenta milhões de mortos; a gripe espanhola, a mais impressionante das epidemias recentes, entre outros tantos horrores. Jamais, contudo, contemplamos o horror de nossa autodestruição. Destruímos o planeta há tempos. Nunca, contudo, como nas últimas décadas: envenenamos o ar, contaminamos a água, cobrimos o planeta com material radiativo, envolvemos os humanos com mercadorias e substâncias cancerígenas, aumentamos a acidez dos oceanos, transformamo-los em lixões a céu aberto, promovemos uma extinção em massa da vida no planeta, rompemos o equilíbrio térmico da atmosfera, recheamos nosso corpo com microplásticos... e uma lista sem fim. Nunca a humanidade exibiu na sua própria carne (pois não somos, como todos os seres vivos, integrantes da natureza?) o quão desumano e idiota, no que o conceito tem de mais essencial, é o capital (esta relação social que nós mesmos, os humanos, criamos).

Os mais bem aquinhoados e que tinham entre os vinte e trinta anos quando do início da crise estrutural do capital (meados dos anos de 1970), talvez tenham conhecido a – irrisória -- máxima felicidade possibilitada pelo capital. Gozaram uma abundância inimaginável mesmo pelos padrões da antiga nobreza em Versalhes. Empregos relativamente leves e estáveis, salários aceitáveis: estes e outros fatores abriram possibilidades inéditas para a divulgação (entre os que podiam pagar) de cultura, informações de todas as espécies, viagens e intercâmbios que fizeram desta geração a mais bem informada da história. Além disso, um sistema do capital entrando em crise estrutural abriu espaço para múltiplos questionamentos do *status quo* como o “Verão de 67”, o “1968”, guerrilhas, manifestações, lutas democráticas -- que, de fato e realmente, pouco tocaram a essência de nossas vidas -- mas que, ao menos superficialmente, concediam uma “razão ao viver”.

Em todos os campos do conhecimento, das ciências à filosofia, das artes e mesmo da religião e das seitas, nunca nos desenvolvemos tanto e jamais esse desenvolvimento foi fruído com um caráter de classe tão explícito: a miséria e ignorância da maioria se contrapõem desumanamente à opulência e ao esclarecimento de alguns. Nossa consciência do que somos e de onde vivemos nunca foi maior. Descobrimos a origem da forma atual do Universo, as determinações quânticas da matéria, a Relatividade Geral e a natureza do espaço e do tempo, passando pelo processo de transformação dos primatas superiores em humanos; desvendamos os processos genéticos e biológicos mais microscópicos, o genoma humano (a descoberta de que somos todos algo neandertalenses, que vários homínídeos eram humanos, enterravam seus mortos, produziam arte e criavam mitos e religiões, etc.) -- some-se a tudo isso, o conhecimento do nosso planeta e do Sistema Solar que nos permite, desde contar com muitos detalhes a nossa pré-história enquanto matéria inorgânica, até o desenvolvimento de medicamentos que possibilitaram a expansão da nossa expectativa de vida ao nascer à quase o dobro do que era no início dos anos de 1900... contudo, *comme il faut*, não para todos!

Essas “circunstâncias”¹ se articulam à decadência universal -- pois nada dela escapa -- do modo de produção capitalista e de sua concepção de mundo, aquela que nos impulsiona a continuar com a mesma vidinha tal como se o futuro não existisse. Assim, por exemplo, ao descreverem e demonstrarem que estamos a nos destruir, os cientistas operam um curioso recuo metodológico. Ao não encontrarem nenhuma evidência da existência de Deus, recuam e não afirmam a sua inexistência. Argumenta-se que não há provas da inexistência de Deus! Contudo, também não há provas da inexistência de minhocas voadoras! Não vacilam em declará-las inexistentes, contudo, pois não há evidências empíricas do contrário. Incorporam, em suas metodologias e em suas práticas, a tese do Cardeal Belarmino, inquisidor de Galileu: haveria duas verdades, as da ciência e as da religião. Aceitam a exigência que acompanha os financiamentos estatais e privados: desconectar a ciência da filosofia, tratar os objetos da investigação científica como se não se relacionassem com o destino da humanidade: “É como se o dinheiro que financia estes encontros intelectuais [os Congressos científicos – SL] comprasse não apenas os *drinks*, mas também as mentes” (Cockcroft, 1965:48).

Ao assim procederem, abrem mão de seus princípios e métodos para se calarem sobre algo tão decisivo para o futuro humano. Afinal, estamos todos condenados a um apocalipse já determinado desde o início da história por um

1 “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.” (Marx, *18 Brumário*)

Deus que nos quer punir? Ou somos nós os únicos demiurgos de nossa história – e, portanto, nosso futuro pertence a nós e a nenhuma outra potência, seja ela qual for? O peso da ciência e dos cientistas na resolução desta disputa ideológica, decisiva para a humanidade, não pode ser desprezada. Na esfera da ideologia, não há combate mais decisivo, de maior peso e envergadura na determinação do futuro da humanidade. Por esta postura, a ciência abastardou-se à mera auxiliar do desenvolvimento técnico a serviço do lucro. O que tem, também, um pesado impacto nos destinos pessoais dos cientistas. Entre os cientistas, não seriam mais frequentes do que avaliamos, ainda que não tão fulgurantes, tragédias pessoais similares as de Oppenheimer ou de Heisenberg ao colocarem seus conhecimentos à serviço da criação da bomba atômica?

Nossos “filósofos” – mesquinhos seres acadêmicos -- sepultaram a filosofia. De um início brilhante com Aristóteles, Platão, Agostinho, Tomás de Aquino; de uma maturidade ofuscante em Hegel e Marx, o “filosofar” reduziu-se hoje ao exercício lógico-analítico de cancelar o mundo e fazer da linguagem a única realidade. Deixou-se de pensar o mundo: sem mais, tornou-se mera ideologia, no sentido pejorativo do termo. Incorpora – e eleva ao patamar de uma pretensa metodologia -- a necessidade coletiva de escape da realidade. Visa ludibriar a todos com a ilusão de que o mundo real não passa de um delírio de nossas mentes: o real só é horripilante porque assim o concebemos. Não haveria, afinal de contas, porque se preocupar: nossa constatável destruição não passaria de uma ilusão facilmente posta de lado -- bastaria outra ilusão. A “objetividade” é um construto linguístico? Então muda-se o modo de falar (nesses dias que escrevo, a exigência é a de substituímos o patriarcal “todos” pelo liberto “todes!”), e deixam-se intactas as reais relações de opressão. Afinal, repetem como ventríloquos, o real não passa de representações.

A arte vive uma decadência similar: os *marchands*, a indústria cultural e os financiamentos estatais! Por todos os lados, a mediocridade estética busca fixar nossa consciência na particularidade alienada da propriedade privada, da família monogâmica e do Estado. O individualismo é extremado. O quanto não se investe em “obras de arte” que, ao contrário de uma reflexão do que é ser ser-humano, operam um ofuscamento ideológico para que possamos – sinal do nosso desespero coletivo? – escapular da tomada de consciência de que nos autodestruímos a cada coca-cola que consumimos e a cada pedaço de pão que compramos! Mesmo quando há um conteúdo aparentemente questionador, é quase sempre na moldura do capital e da propriedade privada. Quer seja por um hermetismo acessível apenas a alguns iluminados (da classe dominante ou dela serviçais), quer seja pela busca insensata de novas formas (como se a forma não fosse sempre a de um conteúdo que se mostra), quer seja pela ilusão de que o aporte de um enorme volume de recursos é *conditio sine qua non* à produção estética de qualidade.

A ficção científica não é uma expressão de massa de como sabemos ser trágico o futuro? O amanhã que nos oferta é o fatalismo de um mundo destruído que mantém o individualismo e o fetichismo do dinheiro: expressões cotidianas do fato de sermos “guardiões” da propriedade privada. De sermos dela servos e, não, senhores! Quando se canta essa maravilhosa criação humana que é o amor, não é sempre nos limites trágicos do constrangimento do patriarcalismo (e da propriedade privada que lhe dá suporte)?

Mesmo a teoria revolucionária não ficou isenta à esta decadência universal. Consideremos as muitas formas do anarquismo e do marxismo; olhemos as organizações revolucionárias e também os teóricos acadêmicos que ainda se postulam “de esquerda”. No geral, são tomados pela incapacidade de pensar o mundo, de olhar a realidade para além das “certezas” fornecidas pelos “tipos ideais” *a la* Weber (todas as revoluções são “Fevereiro” ou “Outubro” (Arcary, 2004), etc.), ou para além de concepções teleológicas da história (*a la* Mao Tse-Tung, Trotsky, Stálin, etc.): a humanidade caminharia inexoravelmente ao socialismo, como provaria a “doutrina” do marxismo, etc. Não têm as organizações promovido a reprodução ampliada da ignorância dos militantes? Conhece-se cada vez menos o mundo que se quer revolucionar e, no mesmo andar da carruagem, reproduz-se a crença (ainda que em formas crescentemente rebaixadas) de que a revolução seria inevitável: bastaria insistir no que temos sempre feito para que, um dia, ela viria. Como se a praxis revolucionária pudesse ser a demonstração do adágio popular, segundo o qual “Deus escreve certo, ainda que por linhas tortas”. Não é, precisamente isso, a definição popular de loucura: agir sempre da mesma forma esperando um resultado distinto?

Podemos olhar por onde queiramos: no mundo real, não haveria sequer uma minúscula parcela do que somos que indique um futuro menos desumano. Caminhamos para o mais sombrio dos tempos, quando a humanidade destruirá a si própria.

Iniciamos este texto com um “talvez”: “Talvez vivamos a véspera dos tempos mais sombrios de toda a história”. Bem pesadas as coisas, o “talvez” desta frase não faz qualquer sentido – a não ser que Marx e Lukács tenham alguma razão. Caminhamos para a mais sombria das eras, pois a humanidade inexoravelmente se autodestruirá. Corolário irrecusável: não há como descartar o suicídio como a mais humana e sensata, alternativa a esta vida. Por que sofrer e depois morrer? Ao calvário de depressões e dores que culminam com a morte, não é preferível, mais humano, para conosco e com os nossos, saltar por cima do calvário e mirar a morte nos olhos? Por que nos surpreendemos com a epidemia de suicídios que assola o planeta?! Contudo, se Marx e Lukács estiverem corretos, a nossa própria destruição não é um destino inexorável. Há um “talvez”.

Contribuição de Lukács: o “talvez” esmiuçado

Vivêssemos uma era de revoluções, tudo seria diferente, absolutamente diferente, “ontologicamente distinto” (Lukács). Estamos imersos, contudo, no período contrarrevolucionário mais extenso e mais profundo de toda a história da humanidade. Nunca, desde o encerramento da Revolução Francesa em 1815, passamos tantas décadas sem uma crise revolucionária! Desde o final da Revolução Chinesa, em 1949, lá se vão mais de sete décadas!

Há ao menos duas razões fundamentais para a humanidade não ter se transformado, nas últimas décadas, em uma imensa onda revolucionária:

1) O desenvolvimento do capital destruiu os centros operários com maior experiência revolucionária (Europa, principalmente, mas também EUA, a antiga URSS, etc.) e os substituiu por centros industriais ainda maiores, e com uma exploração mais intensa da força de trabalho (na Ásia, principalmente). Isto deu origem a uma classe operária oriunda do modo de produção asiático e, não como no Ocidente, do processo que, pelas revoluções burguesas, conduziu ao capitalismo. O novo contingente operário, gigantesco, mas com poucas décadas de existência, tem em seu passado recente o camponês asiático. Por um lado, um campesinato capaz de grandes e prolongadas revoluções (China, Vietnã, etc.); por outro lado, sem tradição de combate à propriedade privada. Este o limite histórico destas revoluções na Ásia e, também, o limite da tradição de lutas herdada pelo seu proletariado: foram lutas por novas modalidades do Estado, da família monogâmica e da propriedade privada, não por suas superações.

2) A segunda razão fundamental foi o desenvolvimento, nos primeiros três quartos do século XX, do fordismo e de sua aristocracia operária. O fordismo, porque articulou uma intensificação do ritmo de trabalho com uma incorporação parcial e minoritária de uma parte dos trabalhadores ao mercado de consumo (daqui o apoio da aristocracia operária ao Estado de Bem-estar e ao reformismo). A aristocracia operária, porque, ao ter ampliado seu poder de consumo, e ao controlar os sindicatos e partidos de base operária, passou a ser “parceira” do capital no controle dos trabalhadores – enquanto as contradições não deixavam de crescer. Quando, nas décadas de 1970-80, chegou a hora do confronto, o momento de, às demissões que vieram com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, opor-se com ocupações de fábricas e a intensificação das lutas proletárias, os trabalhadores haviam sido adestrados na “arte da negociação” e suas organizações haviam se convertido em “cães de guarda do capital”, na expressão de Alain Bihr. De negociação em negociação, sempre optando pelo “menos pior”, chegamos ao ponto em que nos encontramos.

Possivelmente sejam estas as causas decisivas da nossa atual incapacidade para destruir o capital, para reverter a tragédia que nos impomos cotidianamente. István Mészáros tem o texto mais importante sobre estas questões (*Para além*

do capital); Lukács, com a *Ontologia*, oferece-nos uma contribuição decisiva para compreendê-las.

Se, hoje, lutamos neste terreno contrarrevolucionário e com um isolamento social considerável dos revolucionários, se hoje sofremos a enorme pressão de uma vitoriosa ideologia segundo a qual não temos outro futuro que nossa destruição, se hoje não temos barricadas e as igrejas e os mitos revivem e ganham os corações e as mentes até mesmo de operários – se, ao invés de ocupações de fábricas, temos operários aceitando otimistamente o desemprego para se converter em “empreendedores” – resta pouco aos revolucionários senão lutar com as armas disponíveis. Estas são, não por escolha, mas por imposição das “circunstâncias”, armas teóricas. Por isso, uma ontologia no século XX, e a necessidade de desenvolvê-la no século XXI.

Quem iria perder tempo com uma ontologia, houvesse barricadas? Na ausência delas, nenhuma teoria revolucionária sem ontologia!

Por que uma ontologia?

A possibilidade de a humanidade superar o capital e transitar ao comunismo é uma daquelas questões que apenas podem ser respondidas pela filosofia. No interior dela, pela ontologia. Diferente de todas as ciências, a filosofia trata das questões mais universais envolvendo o ser humano. Cai fora do objeto, por exemplo, mesmo da mais universal das ciências naturais, a cosmologia (que trata da evolução do Universo), a gênese e desenvolvimento da vida ou do ser social. Nesse sentido, ainda que trate de todo o Universo, não deixa de ser uma ciência particular. O mesmo com a biologia (trata da totalidade da matéria orgânica, mas não da história do inorgânico nem do ser social). Ou, ainda, com a matemática, que se ocupa das relações abstratas do real que podem ser expressas quantitativamente -- e apenas delas. A “ciência” que trata da relação de tudo o que existe com o ser humano, que investiga a história humana em relação e em confronto com tudo o que existe, é a filosofia.

No interior da filosofia, contudo, há uma área de investigação que concentra, por excelência, a relação da totalidade da história humana com a totalidade da história do Universo (incluindo nela, claro, a vida). Enquanto a epistemologia ou a gnosiologia (as correntes filosóficas utilizam por vezes denominações distintas) tratam dos problemas relativos ao conhecimento; enquanto a ética trata da expressão em valores das mais genéricas necessidades humanas a cada momento da história; enquanto a filosofia política trata das formas de organização do Estado e de sua relação com os indivíduos; enquanto a estética trata da necessidade humana em expressar pela arte as necessidades e possibilidades afetivas que se desdobram ao longo do tempo – a ontologia busca a razão última para que a totalidade do existente (o ser em sua totalidade, para sermos

precisos: o inorgânico, o orgânico e o social), seja o que é, e não algo diferente. A ontologia é a explicação última e mais profunda que a humanidade é capaz, a cada momento da história, do porquê o mundo (nele incluso a humanidade) ser deste modo e não de outro, do porquê de a história humana ter este, e não outro, conteúdo.

Tomemos Aristóteles como exemplo. Quando, mais de trezentos anos antes de Cristo, explicou a totalidade do ser, estava ele elaborando uma ontologia cujos traços principais podem ser resumidos em algumas linhas. A observação de um céu estrelado mostraria, segundo ele, que as “estrelas imóveis” (que, sabemos hoje, movimentam-se, mas estão tão distantes que o movimento não é aparente) estariam na sua esfera externa. Logo abaixo, teríamos os planetas, que se movimentam. Abaixo deles, o Sol, que não apenas se movimenta, mas o faz mais rapidamente e ainda indo do sul para o norte e vice-versa a cada ano (os equinócios e os solstícios). Abaixo do Sol, temos a Lua. Esta, além de um movimento mais rápido e variável do que o do Sol, ainda alteraria a forma. Então, as nuvens: aleatórias, nenhuma lógica no seu movimento. Abaixo da Lua, teríamos a Terra e os seres humanos. Aqui, na Terra, o efêmero e não o eterno predominaria. Articulando a esfera mais externa, em que teríamos a eternidade, com o ponto central desta esfera, a Terra, *locus* do efêmero, haveria uma hierarquia que ordenaria todo o ser, uma hierarquia ontológica: o mais perfeito e eterno estaria na esfera mais externa; o mais imperfeito e mutável estaria na Terra. Tudo o que existe, das pedras ao fogo, do ser humano aos animais e plantas, teria um seu “lugar natural” nesta hierarquia: este, o lugar natural, seria a essência de cada ente.

Como essa hierarquia seria, segundo Aristóteles, eterna – tal como eterno seria o cosmos e a sua forma esférica – a essência de cada ente também seria imutável, eterna. Se o fogo sobe, é porque seu lugar natural é nas estrelas; se a pedra afunda na água, é porque seu lugar natural é abaixo da água -- e assim eternamente. Quanto ao ser humano, diz Aristóteles, nosso lugar natural seria acima dos escravos e abaixo dos semideuses. A essência humana seria a do senhor de escravos. A essência do escravo seria servir ao seu senhor... Para aquele momento da história (antes, lembremos, houvera apenas a Babilônia, o Egito, a Pérsia e os Fenícios – além dos “bárbaros”), esta ontologia cumpria a sua função social com plenitude. Era, de fato, a explicação última, “definitiva”, de tudo o que existia. Com o efeito colateral não desprezível de tornar o escravismo uma determinação essencial, portanto, eterna, do ser humano. Para todo o sempre, pregava Aristóteles, o ser humano seria senhor de escravo. O modo de produção escravista seria o ápice e o ponto final do desenvolvimento humano. Haveria diferentes civilizações no futuro, todas elas escravistas.

Não é preciso, aqui, se estender acerca dos inúmeros problemas desta concepção aristotélica. Basta, por agora, lembrar que foi suficiente para o desenvolvimento não apenas da práxis cotidiana, mas também do Direito, da política,

da economia, das ciências naturais, da ética, etc., entre a Grécia clássica e os primeiros anos da Era Cristã. Apenas então a decadência do Império Romano trouxe seguidas e decisivas questões que a ontologia aristotélica não mais respondia (por exemplo: o “fim do mundo” escravista, que Aristóteles concebia como eterno, portanto, incapaz de qualquer decadência...). Agostinho e, depois, Tomás de Aquino, vieram para suprir estas carências e elaborou-se a ontologia cristã, a concepção medieval de mundo. Nela, o ser humano, criatura divina, seria essencialmente pecador. Esta é a razão do sofrimento na vida terrena e, também por isso, a legitimidade do poder dos senhores feudais e da Igreja, a obediência aos quais conduziria à salvação.

O apogeu do feudalismo, com o desenvolvimento das forças produtivas e a gênese das primeiras relações sociais que não mais confinavam o desenvolvimento do valor de troca, conduziram, nos séculos vindouros, à Acumulação Primitiva, às revoluções burguesas e à Revolução Industrial. Trouxeram à humanidade novas possibilidades e necessidades históricas. Estas expressaram-se em questões e problemas que a ontologia medieval não podia sequer abordar, quanto mais responder -- o que conduziu à filosofia moderna. Esta, com sua aparente negação da ontologia ao identificá-la à metafísica medieval, terminou por elaborar uma nova concepção ontológica. Sendo muito breve: a concepção de um cosmos eterno e infinito criado por Deus, movido por leis próprias (a concepção newtoniana), leis que -- ao fim e ao cabo -- fariam burgueses os seres humanos. Assim, por essência imutável, a-histórica, imputada a nós por Deus com a mediação da natureza, o humano teria as características peculiares ao burguês: mesquinho, concorrencial, proprietário privado de capital, individualista, patriarcal e assim por diante. De Locke a Hegel, passando pelos iluministas, por Rousseau e Kant, esta foi, nos seus traços mais gerais, a ontologia da burguesia que dirigiu as revoluções dos séculos XVII ao XIX: o ser humano, convertido em “lobo” de si próprio (Hobbes), necessitaria do Estado burguês (não do absolutista) para contrabalançar o individualismo essencial das pessoas; o mercado seria a expressão civilizada da concorrência de todos contra todos e, por fim, a propriedade privada burguesa elevou-se à essência do que é ser humano. Hegel, em quem esta ontologia encontrou sua expressão mais acabada, pôde postular que, uma vez a essência da sociedade tendo se tornado burguesa, uma vez estabelecida a complementariedade dialética entre a essência burguesa dos indivíduos e a essência burguesa do Estado, haver-se-ia atingido o máximo possível de desenvolvimento aos humanos. A humanidade conheceria uma infinita prosperidade, mas sempre como uma sociedade burguesa (“o fim da história”, a identidade razão-presente, etc.).

Em suma, em cada período da história, a cada inédito conjunto de novas necessidades e possibilidades, a humanidade avança, aprofunda seu conhecimento do que os seres humanos são de fato e realmente. A cada nova ontologia, se nos

permitem esse gigantesco atalho, conhecemos cada vez melhor nossas relações com a natureza, o nosso “lugar” no Universo, as conexões pelas quais fazemos a nossa própria história. Temos um domínio cada vez maior dos processos históricos, das suas leis e dos seus acasos, que conduziram o ser social, do período primitivo aos nossos dias. Em que pesem todos os processos e complexos alienantes, há um desenvolvimento ascendente que nos conduziu do gênero humano primitivo ao gênero humano dos nossos dias. Este desenvolvimento é um fato: aqui, seu puro reconhecimento, sem qualquer valoração.

Esperamos que este brevíssimo esboço possa evidenciar a função social da ontologia: a cada momento, fornecer uma explicação última de porquê o mundo ser tal como é, incluindo nele a humanidade. Qual a essência do ser e, nela, qual a peculiaridade da essência humana? Esta explicação está intimamente articulada às necessidades e possibilidades, sempre novas, que os seres humanos produzem ao longo da história. Aristóteles explicou sua época e forneceu o porquê de a vida humana ser como, então, era. Tal como, mudando o que deve ser mudado, Agostinho e Tomás explicaram a vida aos humanos feudais e, mais tarde, os pensadores modernos explicaram o porquê de os seres humanos terem o direito (mais ainda: o dever) de derrubar revolucionariamente o modo de produção feudal e substituí-lo pelo mundo burguês. Hoje, de classe revolucionária à contrarrevolucionária, nada mais resta à burguesia senão continuar afirmando a a-historicidade da essência, quer pela filosofia abastardada, pela arte domesticada, quer pelas religiões e seitas atuais (que não chegam sequer aos pés de um Francisco de Assis ou Thomas Müntzer).

Tudo o que conhecemos do mundo evidencia que nada pode existir sem ser um processo, evidencia que tudo é histórico – inclusive a essência. Apenas uma ontologia revolucionária é capaz de elevar o nosso mais elevado conhecimento atual a uma concepção de mundo (*Weltanschauung*) que demonstre ser humana – e não divina ou da natureza – a essência dos seres humanos.

Nos termos das necessidades e possibilidades dos nossos dias, a questão ontológica central se condensa no porquê da nossa história, feita por nós, humanos, ser tão desumana a ponto de ameaçar a nossa própria existência. Para esta ontologia, “hoje possível”² e necessária, é que em pensadores como Marx, Engels, Lukács e Mészáros encontramos as contribuições decisiva. Introduzem um “talvez” na constatação, verdadeira, de que a humanidade caminha para sua destruição: realizam a crítica revolucionária do mundo burguês.

Por isso, enquanto as barricadas não chegam, não há teoria revolucionária sem uma ontologia revolucionária.

2 O título completo dos *Prolegômenos* é *Prolegômenos à ontologia do ser social, questões de princípio de uma ontologia hoje tornada possível*.

A *Ontologia* de Lukács

Lukács reproduziu, em sua evolução intelectual, a trajetória que, desde o idealismo alemão, levou de Kant a Marx. Foi um kantiano quando jovem. Descobriu, a seguir, que Hegel resolvia as questões que Kant não dava conta e que, além disso, explicava aspectos da vida que Kant nem tocara. Durante a I Grande Guerra (1914-18), descobriu que Marx resolvia todas as questões que Hegel deixava em aberto e, ainda, avançava em áreas que o grande idealista alemão nem pudera divisar. Com a Revolução de 1917, tornou-se um comunista com tinturas hegelianas. Em 1928, em Moscou, caminhou para sua maturidade intelectual: tornou-se um pensador materialista. O fato de ter um conhecimento profundo, íntimo, dos grandes filósofos modernos – possivelmente, entre a geração de revolucionários das primeiras décadas do século XX, tenha sido ele o de mais sólida formação filosófica – terá um papel importante em toda a sua obra. Basta lembrar de sua *Estética*, de *A destruição da razão* e da *Ontologia*, com o clássico *O jovem Hegel* entre elas. Em Moscou, leu os *Manuscritos de 1844* de Marx e confirmou sua percepção anterior de que o pensador alemão elaborara não uma nova economia, não uma nova filosofia da história, não uma nova estética, economia, sociologia, etc., mas sim uma nova *Weltanschauung*, uma nova concepção de mundo – tal qual Aristóteles, Tomás de Aquino e Hegel em suas épocas. Como Lukács apenas diria nos anos de 1960, Marx elaborara uma nova, superadora da de Hegel, ontologia: a mais avançada explicação última, a mais profunda fundamentação dos alicerces últimos, do porquê sermos como somos enquanto humanidade, das razões pelas quais objetivamos uma história tão desumana, tão alienada³.

Em pouquíssimas palavras (pois a *Ontologia* o fez em mais de mil páginas), Lukács argumenta que a concepção de mundo, a ontologia, de Marx e de Engels, tem seu pressuposto na constatação (não em uma dedução lógica ou valorativa, mas em uma constatação empiricamente verificável) de que o ser social, o que somos enquanto humanos, é o resultado do desenvolvimento da matéria. A evolução do Universo, da matéria inorgânica, criou as condições para o salto ontológico (isto é, a transição para a nova forma de ser) que dá origem à vida. A evolução dos seres vivos conduziu aos primatas superiores – a base biológica que possibilitou o salto ontológico que está na origem do ser humano. O ser humano, com suas ideias, sentimentos, obras de arte, religião, filosofia, etc., é a forma superior de organização da matéria. Pertence ao passado o dualismo espírito/corpo, alma/matéria das ontologias precedentes – ou do material/imaterial de um pretense marxismo contem-

³ Há uma biografia intelectual de Lukács da mais elevada qualidade: Oldrini, G. (2017) *Lukács e os problemas do marxismo no século 20*. Coletivo Veredas, Maceió.

porâneo: tudo o que existe são formas distintas de organização da matéria, formas originadas da sua própria evolução⁴ (Oldrini, 2022).

O trabalho, para Lukács (depois de Marx), é determinado com precisão como o “metabolismo entre ser humano e natureza”, é a articulação do ser humano ao ser de toda matéria. Por um lado, o trabalho é a expressão de nossa ineliminável base biológica: tal como todos os seres vivos, nossa reprodução biológica apenas pode ocorrer pela transformação da natureza. Por outro lado, é o que nos distingue do restante da natureza: para trabalhar nos organizamos em sociabilidades primitivas, depois em asiáticas ou escravistas, em seguida feudais e, hoje, na sociabilidade burguesa. É o modo como nos organizamos em sociedades que evolui e que constitui a nossa história – não a evolução biológica da espécie. Ao lado da evolução de bilhões de anos do Universo, de ainda bilhões de anos (ainda que bem menos, três ou quatro) de evolução da vida, há um terceiro processo, com cerca de 400 ou 500 mil anos apenas, que consubstancia o desenvolvimento ascendente da humanidade desde as tribos e bandos primitivos ao gênero humano atual. O ser humano é esse processo social que não pode nem ser reduzido ao, nem ser independente do, restante da natureza: o “afastamento das barreiras naturais” (nossa história é cada vez menos determinada pelos eventos naturais e, contudo, possui na natureza sua base ineliminável). Por isso, saltando conexões e processos, mas não falsificando a realidade, se destruirmos a natureza, destruímos a nós próprios.

Por atender à necessidade primeira, decisiva, de toda a reprodução social (converter a natureza em meios de produção e de subsistência sem os quais não há reprodução biológica e, portanto, nenhuma reprodução social) as necessidades e possibilidades produzidas pelo trabalho tendem a predominar sobre as possibilidades e necessidades resultantes das demais praxis. Com as devidas mediações, o trabalho de coleta fundou o modo de produção primitivo; o trabalho do escravo fundou o escravismo e, nos dias de hoje, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista. Por isso, a íntima articulação entre o trabalho e a totalidade social: esta é o campo concreto de possibilidades, historicamente determinado, no interior do qual o trabalho pode se desdobrar enquanto a categoria fundante desta mesma totalidade. Daqui a demonstração por Lukács de ser a totalidade social o momento predominante no desenvolvimento de cada complexo social particular (linguagem, política, Estado, ideologias, individualidades, alimentação, ciência, filosofia, arte, etc.), precisamente porque é esta mesma totalidade a mediação entre cada complexo parcial e o trabalho (o fundante do ser social).

4 Oldrini, G. (2002) „Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács“, in Pinassi, M. O. e Lessa, S. (orgs.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. Boitempo, São Paulo.

A reprodução social -- isto é, o complicado processo de síntese dos atos humanos singulares em totalidade, com todas as suas tendências universais, -- é o local no qual a teleologia presente em cada ato singular se converte em uma processualidade puramente causal, sem qualquer traço teleológico -- repetimos: ainda que tenha sua origem em atos teleologicamente dirigidos. A teleologia está presente apenas e tão somente, nos atos dos indivíduos humanos. Nesta esfera, ela é um fator dirigente do processo. Contudo, apenas nesta esfera. Os produtos da ação humana, o objetivado, são puros nexos causais, puras causalidades⁵.

O caráter causal, não teleológico, dos processos sociais (exceto os atos singulares, claro está) se articula com o acaso: não há processo que, ao ser determinado por lei, não seja determinado dentro de um campo de possibilidades que é a sua casualidade. Lukács cita com frequência a *dynamis* aristotélica: a possibilidade é possibilidade de ser e de não ser. Nada existe no presente que determine previamente que o futuro seja apenas e unicamente um ponto e, não, um campo de possibilidades. Toda relação causal possui, um *quantum* de acaso. Portanto, nenhuma teleologia na história: apenas causalidade e, sempre, com algum acaso.

Este estado de fato ontológico é o fundamento último da alienação: a desumanidade socialmente posta. As consequências das ações humanas não podem ser controladas em sua totalidade -- fundamentalmente porque as consequências futuras ainda não aconteceram no presente. Ao longo da história, muitos complexos produzidos na reprodução social terminaram resultando em obstáculos ao desenvolvimento humano. Pensemos no capital: um puro produto humano, uma relação social que converte a tudo, inclusive os humanos, em valores de troca. Ao longo da história, foi um potente impulsionador do desenvolvimento social, revolucionador das forças produtivas (lembramos os elogios de Marx e Engels à burguesia no *Manifesto Comunista*) -- em que

5 O que temos, nesta situação, é uma determinação ontológica mais geral, que diz respeito à totalidade da matéria. Ainda que as conexões sejam distintas no ser inorgânico, no orgânico e no ser social, em todos eles a totalidade possui qualidades, determinações que não estão presentes nos elementos singulares que a compõem. Assim, um elétron orbitando um próton origina o hidrogênio, com propriedades que nem o elétron nem o próton possuem. O mesmo com a vida: os átomos da matéria inorgânica, organizados em determinada totalidade, conferem à matéria a propriedade de reproduzir a si própria: a reprodução biológica. Similar para o ser social. A totalidade social, ainda que seja a síntese de atos singulares teleologicamente postos, é puramente causal. A explicação última de todos esses fenômenos está no fato de que na totalidade temos mais do que a somatória de seus elementos; temos também a interação dos elementos entre si e, destes, com a totalidade. É esta complexa malha de determinações apenas presente na totalidade que confere a esta última uma qualidade distinta de seus elementos. Com todas as devidas articulações, daqui o fato de que fazemos a história em "circunstâncias" que não escolhemos: a síntese dos atos singulares dos indivíduos resulta em processos históricos universais portadores de qualidades que raramente confluem com as finalidades presentes nas ações individuais.

pese o fato de sempre o fazer pela destruição de parte da humanidade. Até se converter, nos dias de hoje, na potência puramente alienada, absolutamente desumana, apenas destruidora do humano – uma alienação levada ao seu extremo máximo.

*

Nada disso seria possível, Lukács demonstra, não fosse o trabalho também fundante da evolução da singularidade meramente biológica dos indivíduos em direção a uma singularidade socialmente mediada – a personalidade⁶. Cada indivíduo, sem deixar de ser um singular biológico, é uma individualidade socialmente posta – que evolui conforme se desdobram as relações sociais que o cercam e, por último, conforme evolui todo o gênero. O que conecta esta evolução do indivíduo à evolução de toda a humanidade é o fato de todo ato singular humano ser a objetivação de uma teleologia -- cujo conteúdo não pode ser outro que o reflexo na consciência do mundo objetivo. Ao se objetivar teleologias, não apenas transforma-se a objetividade, mas também a subjetividade. Acima de tudo, porque a objetivação promove a exteriorização (*Entäusserung*) do conteúdo da consciência, promove seu confronto com a realidade objetiva. O que pensamos das propriedades de uma pedra tem sua correção, veracidade, etc., confirmada – ou não – ao fazermos um machado, e assim por diante. Novos conhecimentos, habilidades, sensibilidades, etc., surgem incessantemente nos indivíduos e, com as devidas medições, adentram à reprodução da sociedade como um todo. Deste modo, com conexões e desigualdades sempre presentes, a evolução do gênero se articula à evolução das individualidades. Tal como o gênero se fez primitivo, escravista, feudal, burguês, etc., as individualidades foram evoluindo de primitivas a individualidades típicas do escravismo, do feudalismo e, hoje, do reino do capital. Tal como a essência humana é o *ensemble* das relações sociais, a essência humana de cada individualidade é o *ensemble* das relações que cada pessoa desdobra com o gênero, ao longo de sua vida.

Daqui a riquíssima (bela, mesmo) discussão que Lukács trava com todos os grandes pensadores, dos gregos aos nossos dias: a substância deixa de ser entendida como fixa, eterna, a-histórica, para se converter no processo histórico em que a sua (do processo) substância permanece em constante mudança. A substância não é nem anterior nem posterior ao processo: ela se consubstancia pelo processo. Sua gênese é a gênese do processo. Seus traços de continuidade mais universais consubstanciam a essência do processo. Seus traços pontuais, singu-

6 Cf. Oldrini, G. (1995) „Lukács e o caminho marxista ao conceito de „pessoa““. Revista Praxis, n. 3, Ed. Projeto Joaquim de Oliveira, Belo Horizonte; Costa, G. (2012) *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. Instituto Lukács, Maceió; Lessa, S. (1995) *Sociabilidade e Individuação*, Adufal, Maceió.

lares, que não se mantém ao longo da sua continuidade, compõem a esfera fenomênica. Essência e fenômeno são, assim, tão históricos quanto a substância, são conexões moventes e movidas do processo – são integrantes das conexões mais universais do ser. Conclusão inescapável? Tudo é histórico. A historicidade é uma categoria ontológica universal.

Na substância humana, o novo surge constantemente, nos indivíduos e na sociedade como um todo. A continuidade do ser social não é mais o repor do mesmo da reprodução biológica. A consciência – que só existe imediatamente como consciência dos indivíduos – é uma sua mediação decisiva, ao lado e articulada à continuidade objetiva condensada (mas não exclusivamente) na evolução das forças produtivas. Trabalho, reprodução social, reprodução dos indivíduos se articulam com este papel da consciência de *médium* ineliminável da reprodução social. Com as devidas articulações, aqui radica a força material das ideias, dos valores, das ideologias, etc., no mundo do ser humano. É também o papel fundante do trabalho. Dando um salto sobre as conexões mais decisivas, aqui ainda radica o fato de o momento predominante na história ser exercido pelo desenvolvimento das forças produtivas, desenvolvimento que não pode ocorrer sem que os “produtos do espírito” atendam às funções que estão em suas gêneses. O fato de se desdobrar nestas relações as desigualdades mais variadas em nada altera a essência do aqui afirmado.

Nesta moldura categorial mais geral é que Lukács funda a sua análise dos complexos sociais. O que os distingue em suas particularidades, nas suas relações entre si e com a totalidade social, é a função social que está em suas gêneses. Esta, a função social, o papel que exerce na reprodução do mundo do ser humano, é o que determina o ser de cada complexo – e não qualquer definição de caráter lógico (Hegel, por exemplo) ou gnosiológico (Kant e os fenomenólogos). As análises de Lukács das diferenças entre as funções sociais dos distintos complexos (a ciência, a arte, a política, a filosofia, a religião, etc.) e suas eventuais funções ideológicas, demonstram em detalhes não apenas este fato da vida humana, mas também muitos dos processos que particularizam a essência de cada complexo.

Articulado a tudo isso, está uma recuperação do método em Marx que permanece inigualada na literatura contemporânea. Em muitíssimas passagens, com abordagens as mais variadas, demonstra que o processo gnosiológico é uma aproximação da subjetividade à objetividade, uma complexa operação da consciência para refletir as determinações do real. Este reflexo é, ao mesmo tempo, uma atividade da consciência (portanto, o refletido não se identifica jamais ao seu objeto) e uma subordinação da consciência ao mundo real. Um *tertium datur* entre dois simplismos: o idealista, que pretende que a consciência funda os objetos, e o materialista vulgar ou positivista, que postula o reflexo como fotográfico, como se a consciência fosse passiva na atividade do conhecimento.

A *Ontologia* de Lukács nos oferta a demonstração mais profunda, precisa, mediada e rica de que a história humana é criação da própria humanidade; de que fazemos nossa história, ainda que em “circunstâncias” que não escolhemos -- pois tais “circunstâncias” resultam da síntese em tendências históricas universais dos atos humanos singulares dos indivíduos concretos, historicamente determinados. Se hoje, destruímo-nos a olhos vistos, é porque nos fizemos desumanos, destruidores de nós mesmos – e não devido a nenhuma essência a nós imposta por forças transcendentais. A responsabilidade pelo nosso futuro está toda em nossos ombros: nada mais falso que culpar uma misteriosa essência, ou os deuses, pelos nossos infortúnios.

A *Ontologia* é uma peça teórica imprescindível para a crítica revolucionária do mundo contemporâneo: insere um “talvez” na pedra de toque das ideologias conservadoras: a tese de que não haveria alternativa ao capital. Nossa destruição -- por nós próprios -- pode ser evitada: podemos nos revolucionar e superar o capital. As forças que nos oprimem são as mesmas que conformam a possibilidade da revolução proletária (a de Marx e Engels, repetimos), acima de tudo a abundância advinda do atual patamar das forças produtivas.

Destruir-nos-emos? Talvez! Poderemos também superar o capital e conquistar o “reino da liberdade”, na expressão de Marx.

Os manuscritos

Ao falecer, em junho de 1971, Lukács deixou os manuscritos das *Notas para uma ética*, da *Ontologia do ser social* (de agora em diante, *Ontologia*) e dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (de agora em diante, *Prolegômenos*). Em 1976 (Volume I) e 1981 (Volume II), foi publicada a tradução italiana da *Ontologia*; Frank Benseler, amigo de Lukács e seu editor por muitos anos, editou em 1984 e 1986 a *Ontologia* e os *Prolegômenos* pela *Luchterhand Verlag* como os volumes 13 e 14 das *Obras de Lukács* (*Georg Lukács Werke*). Quatro anos depois, em 1990, saiu na Itália a tradução por Scarponi dos *Prolegômenos*. As *Notas para uma ética* conhecem, até o momento, apenas duas edições: a da Hungria (Akadémiai Kiadó, Budapeste, 1994) e a do Brasil (Instituto Lukács, 2015).

Essa sequência tem alguma importância porque resultou em que contamos com dois exames independentes dos manuscritos da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*. Scarponi fez sua tradução a partir de uma cópia dos manuscritos que, talvez, não seja exatamente a mesma a partir do qual Benseler organizou a edição alemã. Lembremos que nos anos de 1970 havia apenas fotocopiadoras, no futuro substituídas pelas máquinas de xerox. As fotocópias eram por vezes ilegíveis, sempre de qualidade ruim, além de caras. Não raramente, por isso, empregavam-se reproduções feitas a máquina de escrever e papel

carbono. Ao longo do texto, em notas da tradução, indicamos as passagens que talvez indiquem possíveis diferenças entre os manuscritos que serviram de base a Scarponi e a Benseler.

Optamos por publicar a edição de Benseler – lembremos: a única autorizada por Lukács –, com as diferenças com Scarponi indicadas em notas de rodapé. No caso das notas de rodapé de Lukács sem indicações de onde deveriam ser inseridas no texto, reproduzimos as distintas soluções dadas por Scarponi e por Benseler. Na mais de uma centena de pequenas diferenças entre Scarponi, Benseler e os manuscritos, sempre assinalamos a diferença, a partir do texto de Benseler. Assim, o leitor terá em mãos o texto integral de Benseler, assinaladas tanto as alterações por ele introduzidas no texto dos manuscritos, quanto as diferenças com a edição de Scarponi.

*

Os manuscritos dos *Prolegômenos* são antecidos por quatorze páginas de anotações diversas, numeradas a lápis de 340 a 352 e a caneta azul de 1 a (há uma página numerada 5a) 8, em pedaços de papel, e com indicações de em quais páginas elas deveriam ser inseridas. As anotações são seguidas pelo texto dos *Prolegômenos* com páginas numeradas de 1 a 339, em letra azul, com pequenos numerais no canto superior direito e, por vezes, com números em lápis grafite no canto inferior direito. Todo esse manuscrito está escrito à mão, em tinta azul, com correções em tinta azul e vermelha. Há palavras sublinhadas em vermelho – e não é claro por que estariam sublinhadas, já que não correspondem sempre a itálicos. A cópia digital de que dispomos é legível. Contudo, algumas páginas ou a resolução é baixa, ou os originais estão se apagando e a leitura é mais difícil. A escrita de Lukács não é de fácil compreensão, o que constitui uma dificuldade a mais para se estabelecer a integridade do texto.

Diferentemente dos *Prolegômenos*, os manuscritos de *Para uma Ontologia...* estão datilografados e corrigidos, exceto algumas poucas páginas. A qualidade da cópia digital disponível é boa e a leitura não oferece problemas. Os numerosos adendos, correções, anotações, observações estão em tinta azul e vermelha, alguns em tinta preta. A numeração das páginas é datilografada na parte superior e, na parte inferior direita, em lápis grafite, com números que nem sempre correspondem aos números datilografados – o que não constitui um problema para estabelecer a sequência das páginas.

Na cópia digital que recebemos, estão faltando as últimas páginas com as notas do capítulo “A alienação” e, em algumas poucas páginas, anotações nas margens direita e esquerda não são visíveis em sua inteireza.

O exame mais superficial dos manuscritos já revela que estão em estágios

muito distintos de preparação. O manuscrito da *Ontologia*, sabemos graças a Benseler, foi ditado por Lukács e a cópia datilografada foi posteriormente corrigida. O manuscrito dos *Prolegômenos* indica uma situação inteiramente diversa. Está ainda com a escrita à mão de Lukács (não foi datilografado nem revisto) e possui inúmeros adendos em folhas e pedaços avulsos de papel. É compreensível essa diferença entre o manuscrito da *Ontologia* e o dos *Prolegômenos*: enquanto os primeiros correspondem a um trabalho que se estendeu por vários anos, os últimos foram redigidos nos derradeiros meses de vida de Lukács.

Não é claro se todas essas anotações em lápis grafite e em tintas preta, azul e vermelha foram feitas pelo próprio Lukács, pela sua “secretária” ou pelos alunos que organizaram os manuscritos – ou mesmo, após a sua morte, por Benseler, ou por membros do antigo *Lukács Archiv* de Budapeste. A maior parte das anotações em azul e vermelho acha-se com letras que se assemelham à grafia de Lukács, mas as anotações em grafite e algumas em tinta azul talvez não sejam dele. Ainda, o grafite, o preto, o azul e o vermelho indicariam uma sequência temporal das correções e anotações, ou as diferentes cores não possuiriam significado algum?

Sem esclarecer a autoria e a sequência das anotações e correções, dificilmente se conseguirá uma edição ainda mais próxima do texto deixado por Lukács. Contudo, é de se crer que isso não seja da maior importância. Até agora, nenhuma questão de interpretação do texto lukácsiano poderia ter um encaminhamento diverso, a depender de qual versão se venha a adotar. Talvez haja uma única exceção, as páginas riscadas a grafite no capítulo sobre Hegel – mas isto precisa ser ainda confirmado pelas investigações futuras.

Há que se reconhecer os méritos, tanto de Benseler, ao editar os manuscritos para a edição da *Luchterhand Verlag*, quanto de Scarponi, ao traduzi-los para o italiano. Decifrar, principalmente nos manuscritos dos *Prolegômenos*, a escrita do filósofo húngaro e ordenar desde notas de rodapé até observações feitas à margem das páginas, e, ainda, corrigir eventuais erros gramaticais ou de redação – a tarefa de Benseler e Scarponi foi tudo, menos simples. Mesmo que uma ou outra passagem talvez pudesse ser mais bem ordenada ou traduzida, não há como se ignorar os méritos de ambos.

*

Quando se trata da tradução dos manuscritos póstumos de Lukács, dificuldades devem ser salientadas.

Em primeiro lugar, lembramos, são manuscritos com graus muito distintos de acabamento. Enquanto a datilografia do texto da *Ontologia* foi revista pelo autor, os *Prolegômenos* nem sequer foram datilografados. Enquanto os manus-

critos da *Ontologia...* foram elaborados ao longo de vários anos, os *Prolegômenos* não foram além de uma primeira versão redigida em poucos meses. Como resultado, há uma nítida menor precisão nos *Prolegômenos* que na *Ontologia*.

Some-se a essa situação:

1) Toda tradução, como bem disse Edson Bini, tradutor da *Metafísica* de Aristóteles, padece do fato de encontrar seu limite no intraduzível: há conteúdos que simplesmente são perdidos ao se passar de uma língua para outra. Em textos como a *Ontologia* e os *Prolegômenos*, em que a precisão é um requisito primeiro e obrigatório, o intraduzível tem sempre algum peso. Há, não poucas vezes, que se optar entre um texto mais legível e um texto mais próximo ao original – buscamos sempre a maior proximidade ao original.

2) Não contamos, ainda, com traduções e investigações consolidadas por décadas de estudos e investigações, com alternativas de tradução de expressões, conceitos e categorias já testados em diferentes momentos e por vários ângulos. Hoje, passagens ainda requerem tentativas de tradução que exibem algum grau de insegurança e provisoriidade (indicaremos, logo abaixo, as tentativas nesse sentido da presente tradução). Assinalamos em notas de rodapé tais passagens com as, por vezes distintas, alternativas seguidas nas diferentes traduções.

3) Outro conjunto de dificuldades advém de que, para o próprio Lukács, muito do que estava elaborando na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* o fazia pela primeira vez. Disto resultaram seguidas tentativas, envolvendo diferentes formas de expressão desse novo conteúdo. São reconhecidas, por exemplo, as dificuldades que trazem o uso da expressão “material” em momentos nos quais, de fato, Lukács queria expressar “objetivo” ou “objetividade” (o que existe fora da consciência). Enquanto, nesse sentido, objetividade se distingue com clareza de subjetividade, “material” serve mal, por vezes, para expressar essa distinção, já que a subjetividade, para Lukács, é uma forma superior de organização da matéria, portanto também é material. Já foram mais frequentes, mas ainda é possível encontrar aqueles que identificam neste traço do pensamento de Lukács uma identidade sujeito-objeto, tal como em Hegel. Já argumentamos contra essa interpretação equivocada e não há necessidade de voltarmos, agora, a esse tema⁷.

4) Há ainda dificuldades que decorrem das próprias concepções teóricas e políticas de Lukács. Dois exemplos, cremos, tornarão mais claro esta esfera de problemas.

O primeiro exemplo é a relação entre o trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas, a divisão de trabalho e a técnica. O que predomina largamente no texto, tanto dos *Prolegômenos* quanto da *Ontologia*, é a seguinte

7 Cf., p. ex., Lessa, S. (2013) “Lukács: o método e seu fundamento ontológico;” in Montañó, C. e Lustos, R. (orgs.) *Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas*. Ed. Outras Expressões, São Paulo e Lessa, S. (2016). *Mundo dos Homens*. Coletivo Veredas, Maceió.

relação: o trabalho funda o ser social e a divisão do trabalho emerge tanto das necessidades e possibilidades técnicas presentes a cada momento, quanto das relações sociais no interior das quais essas necessidades e possibilidades técnicas surgem e se desenvolvem. Por isso, desde os anos de 1920, contra Bukharin, Lukács já vinha argumentando que a técnica é, nessas relações, predominantemente determinada pelo trabalho e pelas relações sociais (as relações de produção). Ao longo da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*, Lukács remete aos textos de Marx e Engels a respeito, relembra sua polêmica com Bukharin, etc. Argumenta, por exemplo, que foram as relações de produção escravistas que limitaram o desenvolvimento da técnica na Antiguidade, exceto no exército onde não havia escravos, etc.⁸

Todavia, em um dos parágrafos iniciais de “A reprodução”, há uma passagem que sugere o oposto. Escreveu Lukács:

Naturalmente, é aqui impossível descrever, mesmo que apenas em grandes traços, o percurso recorrido pela divisão de trabalho, desde seu surgimento até sua forma presente, altamente diferenciada. Importa apenas mostrar brevemente que a divisão técnica de trabalho, cada vez mais claramente proeminente nos estágios mais desenvolvidos, origina-se da social e — com o reconhecimento de todas as interações existentes — antes de tudo é uma consequência, não uma causa.

Segue comentando rapidamente a evolução da divisão do trabalho do artesanato à manufatura e, desta, à Revolução Industrial. Então, conclui o parágrafo com estas palavras: “Apenas com a máquina tem início a autêntica divisão de trabalho, determinada pela tecnologia.”⁹

Entre a primeira e a última frase deste curto parágrafo, há uma importante distinção. Primeiro, a divisão técnica seria uma consequência, causada pela divisão social. Ao final do parágrafo, a “autêntica divisão do trabalho” seria “determinada pela tecnologia”. Se Lukács não se referisse em várias passagens tanto à divisão social quanto à divisão técnica do trabalho, este poderia ser um problema sem maiores consequências. Contudo, não é assim. Como proceder, em se tratando da tradução, nos momentos em que a relação entre divisão do social e divisão técnica do trabalho comparece? Deve-se optar, o quanto possível, por uma forma que se aproxime da técnica determinando a autêntica divisão de trabalho ou, pelo contrário, sendo por esta determinada? Trata-se, de fato, de uma contradição inerente à concepção de mundo de Lukács ou é um problema inerente apenas a uma ou outra passagem do texto? Sem uma investigação da totalidade dos manuscritos, claro está, é impossível responder a esta questão inequivocamente e, a depender da resposta, é possível que novas traduções destas passagens se tornem necessárias.

8 Entre outras passagens, ver Volume 14, p.7, 211-2 e 303.

9 A passagem está na página 121 do Volume 14.

O segundo exemplo é mais complexo, nuançado. O conjunto da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* (penso que, a esta altura das investigações, é segura esta afirmação) respalda a demonstração por Lukács de que, com o afastamento das barreiras naturais, com a crescente sociabilização do ser social, tende a aumentar o peso do complexo da ideologia na reprodução da sociedade. O fato de o peso dos complexos ideológicos tender a crescer com o desenvolvimento do gênero humano não cancela o fato de serem, sempre e indiscutivelmente, fundados pelo trabalho.

Lukács, contudo, estava convencido que a ordem soviética era socialista e que o futuro da humanidade ao comunismo necessariamente passaria pela URSS. As causas de o restante do planeta não ter se convertido ao socialismo soviético, bem como as causas de o socialismo soviético não ter sido capaz de superar suas “deformações”, como Lukács caracterizava o que ele predominantemente entendia como resquícios não superados da excessiva burocratização stalinista, não poderiam ter suas raízes no trabalho, nas relações de produção – já que nosso filósofo estava convicto que a transição ao socialismo na esfera produtiva já estaria concluída na URSS. Portanto, estas causas teriam que ser buscadas na esfera ideológica, mais especificamente em um complexo ideológico que ele vai caracterizar como “manipulação”. Haveria a manipulação stalinista, que frearia a superação das “deformações” da URSS, por um lado e, por outro lado, a manipulação do mercado de massas, do capitalismo desenvolvido, que impediria a adesão das massas trabalhadoras da “esfera capitalista” ao socialismo soviético.

Além disso, tanto no capitalismo quanto no socialismo soviético (para ficar com a concepção de Lukács), haveria o trabalho assalariado, a organização da produção nos moldes taylorista-fordistas, o Estado, a família monogâmica, etc. O que havia de muito distinto era a estatização dos meios de produção na URSS. Uma distinção acima de tudo jurídica e não ontológica, pois, sabemos, a propriedade privada não é a “coisa” que se possui, mas a relação de exploração que a funda. Dentro desta concepção, e da compreensão por Lukács do que seria o mundo após a Segunda Grande Guerra, a manipulação ideológica surge na *Ontologia* como a causa decisiva do não avanço do socialismo por todo o planeta: um fenômeno ideológico passa a predominar sobre o desenvolvimento do trabalho, das relações de produção, das formas de propriedade – com tudo o que isso significa para a evolução do gênero humano.

Uma tal reversão da relação fundado/fundante entre o trabalho, as relações de produção e os complexos ideológicos pode ser verificada na história, mas por períodos pequenos de tempo. Uma lançada de olhos sobre as revoluções, por exemplo, evidencia este fato. Entre os anos de 1789 e 1794, não foi nem o desenvolvimento do trabalho nem a evolução das forças produtivas o momento predominante na destruição das relações de produção e de propriedades

feudais na França, mas sim a luta política, a luta de classes. O mesmo pode ser dito dos meses entre fevereiro e outubro de 1917, na Rússia. Nestes momentos, pelo acúmulo histórico anterior (em que o momento predominante foi o desenvolvimento das forças produtivas, etc.), a política, a luta de classes vem a primeiro plano e as formas futuras de propriedade, do trabalho, das relações de produção, etc., são predominantemente determinadas pelo resultado dos embates entre as classes.

Este é um fenômeno, repetimos, encontrável em alguns momentos da história. Trata-se, sempre, em todos os casos, contudo, de processos que não perduram mais do que alguns meses, por vezes alguns poucos anos.

Quando, contudo, se trata da persistência das deformações socialistas na URSS, ou da recusa pelo proletariado do mundo capitalista em transitar ao socialismo soviético, estamos falando de processos que Lukács identifica como já sendo atuantes na década de 1930 e que persistiriam até a década de 1960: três ou quatro décadas, portanto. Um período tão longo em que um complexo ideológico predomina impedindo a generalização do socialismo a todo o planeta, insere, na arquitetura categorial da *Ontologia* e dos *Prolegômenos*, contradições e tensões. O trabalho como o fundante do ser social, e o desenvolvimento das forças produtivas como o momento predominante – categorias e relações categoriais essenciais à obra no seu todo – devem ser nuançados para dar alguma credibilidade à tese de que, em nosso patamar de desenvolvimento, tanto o trabalho quanto as forças produtivas abririam espaços para que a manipulação ideológica viesse a jogar um papel tão decisivo na reprodução social que, por várias décadas, fizesse dos complexos ideológicos da manipulação o momento predominante, tanto na evolução do Ocidente quanto na URSS. Esta colocação, assim sucinta, não é, esperamos, uma falsidade, mas elude os diversos argumentos e as não poucas mediações que Lukács introduz na análise dos problemas da transição ao socialismo. No estágio em que estão hoje as investigações, é provável que o andamento das mesmas traga mais elementos para a compreensão dessas passagens da *Ontologia*, em especial do capítulo “A alienação”. Contudo, mesmo tendo em vista tal carência das investigações, tudo indica haver neste complexo de questões na estrutura categorial, tanto da *Ontologia* quanto dos *Prolegômenos*, tensões e contradições que precisam ser melhor delineadas.

O que introduz, ainda, uma outra esfera de problemas: a relação indivíduo/gênero. Lukács argumenta seguidamente que é o desenvolvimento da totalidade social que abre o espaço de manobra ao desenvolvimento possível e necessário dos indivíduos. Ao fim e ao cabo, porque o momento predominante da exteriorização em todo ato humano é a objetivação. Quando, contudo, a manipulação passa a ser o predominante na história, o espaço de manobra do indivíduo frente ao gênero se amplia enormemente. Pois, agora, pela decisão

individual, pode-se resistir muito mais profundamente à manipulação (que é um complexo ideológico) do que seria possível em relação às alienações impostas pelo trabalho, pelo desenvolvimento das forças produtivas, etc. Páginas importantes do capítulo “A alienação” são dedicadas a este espaço qualitativamente maior que no passado de possibilidade da resistência por parte dos indivíduos para superarem as suas alienações na esfera pessoal. As tensões e os problemas que isto coloca para a estrutura categorial mais decisiva dos *Prolegômenos*, e da *Ontologia*, tornam-se cada vez mais evidentes na medida em que avançam as investigações.

Sem estas questões teóricas de fundo estarem precisamente compreendidas, claramente delimitadas, as traduções serão menos seguras, com possibilidades de imprecisões e mesmo de erros – e como são textos com enorme peso na luta ideológica em curso, não há imprecisão e erro que não sirva à contrarrevolução.

Estas são questões aparentemente afastadas da lide da tradução, seriam antes questões de interpretação e não da tradução propriamente dita. De fato, isto é verdade em larga medida. Mas apenas se for desconsiderado o fato de que o compreendido da totalidade do texto, de sua arquitetura mais geral, de como suas categorias decisivas se articulam, etc., joga um papel não desprezível nas escolhas entre as alternativas possíveis de tradução. Assim, para pegar um exemplo: a diferenciação no texto dos manuscritos entre o momento predominante e a determinação ou o determinante. Em Lukács há uma diferença nítida entre o momento predominante e uma determinação (a política é o momento predominante nos períodos revolucionários e o Estado é uma determinação das sociedades de classe, por exemplo). Por isso, traduzir tudo por determinante e variantes (momento determinante, determinação, etc.), termina por deformar o texto original. As traduções de Ballestero, de Morbois e de Monville por vezes incorrem nesta debilidade. Coisa que não ocorre com as traduções de Vedda, Chicote, Schneider e Vaisman. Talvez a maior influência da tradição althusseriana na Europa tenha, neste caso, algum peso.

As traduções

Mencionamos acima a carência de traduções consolidadas dos manuscritos póstumos de Lukács. Sem diminuir esta carência, já contamos com um pequeno conjunto de traduções. A *Ontologia* e os *Prolegômenos* contam hoje com quatro traduções completas – a húngara, a italiana (por Scarponi) e as duas brasileiras (por Vaisman/Schneider e Lessa¹⁰). Além delas, há traduções

10 Faremos referência às diferentes traduções pelo nome de seus tradutores: Vaisman se refere à edição publicada pela Boitempo em 2010 dos *Prolegômenos* (Lukács, 2010); Schneider corresponde à edição da *Ontologia* pela mesma editora em 2012-3 (Lukács, 2012, 2013). Lessa se refere à edição do Coletivo Veredas (primeira edição, 2018, segunda, 2024). Morbois corresponde à publicação ao francês em 2011 e 2012 pela Éditions Delga (Lukács 2011 e 2012) dos capítulos do trabalho, reprodução, ideologia e alienação da *Ontologia*; Monville corresponde à tradução ao

de capítulos. Carlos Nelson Coutinho traduziu os capítulos de Hegel e Marx (Ed. Ciências Humanas, 1979). A editora Merlin Press entre 1978 e 1980 publicou os mesmos capítulos dedicados a Marx, a Hegel e “O trabalho”. Na França, a editora Delga publicou os *Prolegômenos* (traduzido por Monville) e os capítulos do trabalho, reprodução, ideologia e alienação (traduzidos por Morbois). Para o espanhol, temos os capítulos dedicados a Marx e Hegel traduzidos por Emanuel Ballesteros e, na Argentina, Vedda e Chicote traduziram “O Trabalho” e “A alienação”, respectivamente¹¹.

Não é uma grande quantidade de traduções, mas já é um conjunto de experiências que, no enfrentamento das dificuldades e obstáculos acima enumerados, possibilita identificar, entre outras coisas, como atua a pressão do período contrarrevolucionário em que vivemos sobre as traduções. Termina por gerar um impulso – em tese, legítimo – a tornar Lukács compreensível para o amplo público. Este impulso é intensificado, quase sempre, pelo interesse das editoras por uma tradução que, em sendo mais acessível aos seus leitores, seja também uma mercadoria mais fácil de ser vendida. Como que espontaneamente, termina por predominar, digamos, a tentação ao copidesque. Isto é, a tornar a tradução mais acessível pelo rearranjo da ordem dos elementos da frase ou pela introdução de partículas (pronomes, diferentes tempos verbais, preposições ou mesmo substantivos, quebra dos longos parágrafos de Lukács em dois ou mesmo três parágrafos menores, etc.). “Outras vezes, ao se deparar com uma categoria ou relação categorial complexa, de não menos complicada compreensão”, opta-se por uma simplificação.

O problema decisivo, aqui, é que entre o “difícil”, o “obscuro”, o “confuso” do texto original, e a “forma mais clara” da tradução copidescada, interpõe-se a compreensão do tradutor. Dado o fato de que há muito ainda a ser compreendido nos manuscritos; dado que o próprio manuscrito contém descompassos e passagens nebulosas e, por fim e mais gravemente, o fato de que os tradutores nem sempre são conhecedores a fundo dos *Prolegômenos* e da *Ontologia*, é gigantesca a possibilidade de a compreensão pelo tradutor/editor ser incorreta, falha ou imprecisa. O resultado é que a redação mais clara resulta com grande frequência em uma deformação do original. O leitor, então, além das dificuldades já inerentes ao texto, para compreendê-lo precisa ainda superar as deformações trazidas pela tradução. A tradução “copidescada” termina, assim, resultando no oposto do almejado; isto é, dificulta – ao invés de facilitar – o entendimento. O texto pode resultar em uma leitura mais fácil.

francês dos *Prolegômenos* pela mesma editora, em 2009 e, Ballesteros, aos capítulos “Marx” e “Falsa y auténtica ontologia de Hegel” publicados na Espanha (Lukács, 2007 e 2017). Chicote indica a tradução argentina do capítulo da alienação (Lukács, 2013a), e Vedda, a tradução do capítulo do trabalho naquele mesmo país em 2004 (Lukács, 2004), ambos pela Editora Herramienta.

¹¹ Anuncia-se, nestes dias em que redigimos esta nota, a publicação da primeira tradução completa dos *Prolegômenos* e da *Ontologia* ao espanhol pela editora da Universidade de Zaragoza, Espanha, a cargo de Diego Fernando Correa Castañeda.

Como mercadoria, pode ter o mérito de ser mais “vendável”. Como instrumento para se conhecer o pensamento do autor, contudo, é um obstáculo, não uma facilidade, a mais.

Na tradução do alemão para as línguas latinas, por vezes o mero alterar da ordem dos elementos da sentença (verbo, sujeito, predicados, complementos, etc.) – alteração muitas vezes inevitável dada a diferença na estrutura das línguas – já insere ou sugere um conteúdo diverso do original, introduz ressonâncias indesejáveis. O que podemos observar nas diversas traduções e na nossa própria experiência, é que a tentação ao copidesque é tanto maior quanto mais inacabada é a passagem, e tende a se intensificar quando se impõe uma excessiva preocupação em tornar o texto “mais legível”. Nas diferentes traduções, esse impulso se impôs de modo e em intensidades diversas. Inexistente nas traduções de Chicote e Vedda (as traduções na Argentina dos capítulos da *Alienação* e do *Trabalho*), e de Scarponi (Itália), mais presente na tradução de Monville (os *Prolegômenos*) e menos na de Morbois (o segundo volume da *Ontologia*) (França) e bem mais intenso nas de Schneider e Vaisman.

Das traduções completas consultadas, a única que não foi realizada por um único tradutor e não foi traduzida integralmente do alemão é a de Schneider/Vaisman, pela editora Boitempo. Os problemas e debilidades desta tradução se tornam cada vez mais evidentes com o tempo. O fato de utilizarem traduções de seções ou de capítulos realizadas ao longo de décadas por diferentes tradutores (Mario Duayer, Ivo Tonet, Carlos Nelson Coutinho, Schneider, Vaisman), algumas delas feitas a partir da tradução italiana por Scarponi, já é uma primeira fonte de problemas. A começar pelo fato de haver entre tais tradutores importantes diferenças, por vezes mesmo contradições, na compreensão do texto lukácsiano. Citemos as mais conhecidas: a interpretação de Tonet sobre a relação da política com o trabalho se opunha à interpretação de Carlos Nelson. Os dois, por sua vez, bem como Vaisman, nunca compartilharam da interpretação que Mário Duayer tinha do complexo da alienação, etc.

Com frequência, em passagens mais complexas ou de traduções mais difíceis, a tradução recorre a uma “palavra mais ou menos indefinida que soa bem, mas obscurece o significado do autor; ou, pior ainda (...) a toda uma série de diferentes termos, esquecendo-se que um termo técnico tem que ser sempre vertido pelo mesmo e único termo.”¹² Citemos alguns poucos exemplos, longe de ser uma lista completa, para sugerir a dimensão do problema:

1. A “posição teleológica”, o “pôr teleológico”, a “posição de finalidade” e o “pôr finalidade” são todas expressões que comparecem seguidamente e que ocupam uma posição decisiva na estrutura categorial da *Ontologia* bem como dos *Prolegômenos*. Todas elas têm por núcleo o verbo *setzen* (pôr) ou o substantivo posição (*Setzung*). A opção tanto de Vaisman quanto de Schneider 12 Enges, F. (1895) “How not to translate Marx”. *The Commonweal*, n. 10, novembro. Londres.

por traduzir *teleologisch Setzung* (posição teleológica) por “pôr teleológico”, ou *Ziel* ou *Zweck Setzung* por “pôr finalidade” ou “pôr propósito” (tornando verbo o substantivo) tem por consequência que o verbo *setzen* em *Ziel setzen* ou em *Zweck setzen* não pode ser mais traduzido por “pôr”. A tradução é forçada, assim, a traduzir de modos diversos o que é rigorosamente idêntico no original. *Zielsetzungen* é vertido por “posições de fins” (Vaisman, p.62/ Vol.13, p.29) e não por “pôres de fim”; *Ziel der Setzung* (Vaisman, p.236/ Vol.13, p.187) é traduzido por “o fim posto” ao invés de “finalidade da posição”. Problemas similares aparecem em Vaisman p.348/Vol.13, p.293; e em Schneider, p.164/Vol.13, p.453 numa lista que poderia se prolongar.

2. *Weltanschauung* é uma categoria presente em praticamente todo o texto dos *Prolegômenos* e da *Ontologia*. É decisiva na definição da função social da ideologia. A tradução de *Weltanschauung* estabelecida e que tem funcionado sem problemas para expressar seu conteúdo tanto na *Ontologia* quanto nos *Prolegômenos* é “concepção de mundo”. Schneider e Vaisman assim traduzem em inúmeras passagens. Contudo, em Schneider p.120 /Vol.13, p.413 é traduzida por “visão de mundo”. A confusão se acresce ao, na mesma página, *Weltbild* ser também traduzida por “visão de mundo” e também por “imagem de mundo”, enquanto que *weltanschauliche* é traduzida por “visão de mundo” em Vol.13, p.416 /Schneider, p.124) e em Vol.13, p.392/Schneider, p.98. *Weltauffassung* é também vertida por “concepção de mundo” em várias passagens. Ao leitor é impossível perceber a diferença que existe no texto de Lukács entre “concepção de mundo”, “visão de mundo” e “imagem de mundo”. Questão que se agrava pelo imediatamente abaixo:

3. *Anschauung*, vem traduzida por “concepção”, outras vezes por “noção” (Vol.13, p.424, 435, 456/Schneider, p.133, 145, 168); por vezes é “ponto de vista” (Vol.13, p.637/Schneider, p.365), “Ideias” (Vol.13, p.637/Schneider, p.366) outras vezes vira “intuições” (Vol.13, p.428 e 435/Schneider, p.137 e 144), ou “visão” (Vol.13, p.434/Schneider, p.144; Vol.13, p.599/Schneider, p.325) para, no Vol.13, p.615, 642/Schneider, p.342, 371 e Vol.13, p.650 e 659/Schneider, p.380 e 389, *Auffassungen* ser também traduzida por “concepções”. Contudo, em Vol.13, p.449/Schneider, p.160, *Anschauungen* volta a ser “noções” duas vezes e, na mesma página, *Anschauungsraum* é traduzido por “espaço intuitivo” (Vol.13, p.449/Schneider, p.160 e Vol.13, p.450/Schneider, p.161). Em *Marxsche Wirklichkeitsauffassung*, *Auffassung* volta a ser “concepção”: “a concepção marxiana da realidade” (Vol.13, p.611/Schneider, p.338). Nas páginas Vol.13, p.643-44/Schneider, p.373, *Auffassung* é “concepção”, fazendo com que “*Konzeption*” na mesma frase perca sua peculiaridade de significado.

4. *Einsicht* (discernimento) é traduzido “noção” (Vol.13, p.446/ Schneider, p.156) e, também, por “ato de julgar” (Vol.13, p.592/Schneider, p.317) seguindo direto o italiano, “giudicare” (Scarponi, p.298). Por vezes, simples-

mente desaparece: “Wenn wir nun, auf diese Einsichten gestützt, die Beziehung Produktion—Konsumtion gesondert betrachten...” (“Ao agora, com apoio nesse discernimento, considerarmos separadamente a relação produção-consumo...”) (Vol.13, p.605), foi traduzido por “Se agora, levando em conta o que acabamos de dizer...” (Schneider, p.332)

5. *Ansichseienden*, literalmente “em-si existente”, foi assim traduzido em boa parte do texto. Contudo na secção sobre o existencialismo e no Capítulo sobre Hartmann, foi vertido por “ente-em-si” (Vol.13, p.387, 393, 397, 427, 428, 453/Schneider, p.90, 99, 102, 136, 137, 164). Em uma passagem ao menos, esta opção conduz ao sem sentido. Onde lemos “*Daß sie durch die gedankliche Unterordnung unter die Logik fast überall weit über diese Seinssphäre hinaus verallgemeinert und dadurch vom Gesichtspunkt der Ontologie des Ansichseienden entstellt werden...*” (“Que, através da subordinação no pensamento, seja muito amplamente generalizada quase sempre sob a lógica e com isso, seja desfigurada do ponto de vista da ontologia do em-si-existente”), traduziu-se por “Mas, por estarem subordinadas à lógica, essas categorias aparecem quase sempre generalizadas para muito além dessa esfera do ser e, desse modo, resultam deformadas do ponto de vista da ontologia do ente-em-si...” (Vol.13, p.503/Schneider, p.220) Uma “ontologia do ente-em-si”, não faz qualquer sentido do “ponto de vista” de Lukács, anda mais nesta passagem. Ainda, é também traduzido por “existência em si” (Vol.13, p.426/Schneider, p.135).

6. *Seiendes*, literalmente, “existente”, é traduzido, três vezes, em duas frases distintas, como “ente” (Vol.13, p.453/Schneider, p.164), para voltar a ser “existente” logo em seguida (Vol.13, p.453/Schneider, p.165) e é traduzido por “algo dotado de ser” em Vol.13, p.458/Schneider, p.170. No capítulo sobre Hegel, é traduzido três vezes por “ente” (“ente-em-si”) e na linha imediatamente superior, ao tratar da *an sich seienden Wirklichkeit*, foi traduzido por “existente”: “realidade existente em si” (Vol.13, p.497/Schneider, p.213). Em Vol.13, p.590, “*die Beziehungen und Verhältnisse als seiende Bestandteile des gesellschaftlichen*” (“as relações e condições como componentes existentes do ser social”) é arbitrariamente traduzido por “as relações e conexões são partes integrantes ontológicas do ser social” (Schneider, p.315). Na mesma página, volta a ser “ente” para, algumas páginas depois, “*seiende Elemente, als seiende Momente*” vir traduzido como “elementos reais (...), momentos do ser” (Vol.13, p.605/Schneider, p.331).

7. *wirklich*, *Wirklichkeit* (real, realidade) categorias decisivas de qualquer ontologia, não apenas a de Lukács, são traduzidas de várias maneiras (real, efetivo, realidade, efetividade, etc.), sem que as razões de tais variações sejam explicitadas. Assim, para pegarmos dois exemplos apenas, em cerca de 10 linhas, comparecem como “efetivo” e “realmente” (Vol.13, p.89/Vaisman, p.130) e, ao menos uma vez, por “autêntica” (Vol.13, p.457/Schneider, p.169). *Unwirklichkeit*, literalmente “irrealidade”, é traduzido seguidas por vezes por inefetividade (cf., p. ex., Vol.13, p.458, Schneider, p.170).

8. *eigentlich* (específico) é muitas vezes traduzido por “enquanto tal”, que seria mais adequado para traduzir, *selbst*. Vira “essencial” (Vol.13, p.410/Schneider, p.117) para ser vertido por “propriamente dita” em Vol.13, p.436/Schneider, p.146).

9. O termo *Gesamt*, literalmente “como um todo”, recebe distintas traduções. É “geral” em *Gesamtkonzeption* (Vol.13, p.437/Schneider, p.147), vira “totalidade” (Vol.13, p.433, 623/Schneider, p.142, 351), “global” (Vol.13, p.623/Schneider, p.350) e “abrangentes” (em “processos abrangentes”) em Vol.13, p.438/Schneider, p.148, etc.

Esperamos que esta lista, limitada a alguns dos muitos casos encontrados em Schneider e Vaisman, e apenas no Volume 13, acentue o que já assinalamos antes. Traduzir de modo distinto os mesmos “termos técnicos”, no dizer de Engels, as mesmas categorias ontológicas, diríamos nós, impede o leitor de perceber que se trata, de fato e realmente, de uma mesma e única categoria. O quanto isto torna-se um óbice à compreensão e análise do texto lukácsiano, não é preciso que salientemos.

*

Há, ainda, na tradução de Schneider, equívocos de ordem filosófica que se relacionam à compreensão que o tradutor possui das categorias lukácsianas. Já mencionamos algumas delas em uma resenha¹³. Um ou dois exemplos bastam para indicar a dimensão do problema.

Nem na *Ontologia*, nem nos *Prolegômenos*, essência, aparência e fenômeno são postulados como entes. Isto é uma constatação à primeira leitura. Jamais nenhum estudo dos textos de Lukács demonstrou ou sugeriu esta tese. Contudo, a passagem:

Gerade hier zeigt sich der ontologische Ursprung der Reflexionsbestimmungen. Wesen, Erscheinung und Schein sind in ihrer seienden Selbständigkeit uralte Kategorien; auch ihr Kontrastieren miteinander ist keine Neuentdeckung. (Vol.13, p.532)

Cuja tradução é (grifamos as passagens):

Precisamente aqui mostra-se a origem ontológica das determinações de reflexão. Essência, fenômeno e aparência são, em sua existente independência, categorias antiquíssimas; mesmo o contrastar entre elas não é uma nova descoberta.

Foi vertida por:

Essência, fenômeno e aparência são, na sua autonomia enquanto entes, categorias antiquíssimas, e nem mesmo o ato de contrastar umas com as outras é uma descoberta nova. (Schneider, p.252)

13 Lessa, S. (2018) “A tradução brasileira do volume I de Para uma ontologia do ser social, de Lukács”. Revista Crítica Marxista, Ed. Unesp, São Paulo.

Em uma outra passagem, o mesmo equívoco. Lê-se no original:

Soll hier eine echt ontologische Erkenntnis des Seienden entstehen, so ist es klar, daß für die Ontologie einzig und allein die reale Genesis jene Methode sein kann, wodurch das Dasein und das Sosein, das Geradesosein einer Seinsart begriffen werden kann. (Vol.13, p.447, sublinhados nossos - SL)

Ou seja:

Se aqui deve surgir um autêntico conhecimento ontológico do existente, então é claro que para a ontologia o único e exclusivo método só pode ser aquele da gênese real, pela qual a existência e o ser-assim, o ser-precisamente-assim de um tipo de ser podem ser compreendidos.

Em Schneider (2012, p.158), contudo, lemos:

Para que, nesse ponto, surja um conhecimento autenticamente ontológico do ente, está claro que, para a ontologia, única e exclusivamente a gênese real é capaz de constituir o método pelo qual se pode compreender o ser-aí e o ser-assim, o ser-propriadamente-assim, de um tipo de ser.

Equívoco similar na passagem em que Lukács escreveu “*Der Ausspruch von Parmenides, nur Seiendes ist, Nichtseiendes ist nicht (...)*”, (“O comentário de Parmênides, de que apenas o existente é, o não-existente não é (...)”), recebeu uma tradução um tanto criativa: “O dito de Parmênides ‘só o ente é, o não-ente não é’” (Vol.13, p.433/Schneider, p.143).

Nosso segundo exemplo: a incompreensão do texto lukácsiano por Schneider comparece, também, ao longo do capítulo dedicado a Hegel, ao confundir *Mechanismus*, literalmente “mecanismo”, por mecânico (em alemão: *mechanistischen*) e derivados. Que Hegel caracteriza o funcionamento da natureza como “mecanismo” (*Mechanismus*) é algo sobejamente conhecido. Que isto nada tem a ver com a problemática do materialismo mecanicista, quer pré-marxista, quer do marxismo vulgar, não é algo menos conhecido. Sem mais, traduzir *Mechanismus* por mecanicismo e não por mecanismo, tem por consequência colocar no texto de Lukács a avaliação de ser mecanicista o sistema hegeliano. Que Lukács postule ser mecanicista o sistema hegeliano é uma tese que tangencia a definição de absurdo.

Uma terceira esfera de problemas tem sua origem na liberdade com que a Boitempo reordenou os parágrafos do texto lukácsiano. Por se tratar de manuscritos, portanto textos inacabados, tanto Scarponi quanto Benseler quebraram alguns poucos parágrafos ou, muito mais raramente, uniram dois parágrafos distintos. Mas são poucos e raros, tais eventos (assinalados, como sempre, nas notas de rodapé). A edição da Boitempo (pois nos parece inconcebível que seja iniciativa dos tradutores) em mais de 260 oportunidades (também assinaladas nas notas de rodapé) quebrou o que é um único parágrafo em Lukács em dois e, por vezes, mesmo três parágrafos distintos. Obnubila-se, nestas muitas passagens, os longos parágrafos de Lukács que correspondem aos raciocínios e demonstrações normalmente extensos que caracterizam o

seu pensamento. Por vezes, contudo, ocorre algo mais grave: ao se quebrar o parágrafo em dois ou três outros, abre-se a possibilidade de interpretações distorcidas ao se sugerir que a quebra do parágrafo representaria a interrupção de um raciocínio/demonstração e o início de um outro.

A navalha de Ockham

Guilherme de Ockham, o célebre pensador medieval, discípulo de Duns Scotus e dos maiores nominalistas, estabeleceu um princípio que tem se mantido válido no desenvolvimento da ciência e da filosofia desde então – em que pesem as polêmicas ao seu redor e mesmo levando-se em conta as diversas formulações que têm recebido. No fundo, sua validade por tantos séculos se baseia em que, se é mais do que puro bom senso, é bem pouco mais do que isso. Diz a sua “Navalha de Ockham” que entre duas formulações com o mesmo conteúdo, a mais simples é a preferível; em segundo lugar, que formulações já estabelecidas pelo uso e pelo costume apenas devem ser substituídas por novas depois de comprovadas, tanto a debilidade das formulações antigas, quanto a superioridade das novas.

Nas traduções da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* por Schneider e Vaisman, a “Navalha de Ockham” é pouco considerada¹⁴. Complica-se desnecessariamente o que já não seria, por si mesmo, simples; introduzem novas formulações e vocábulos para categorias que já contavam com traduções assentadas e consolidadas, que passaram pela prova do tempo e que não representam nenhum óbice à compreensão do texto em apreço. Isto, sem que seja demonstrada a falha das antigas traduções nem a superioridade das novas. Na enorme maioria das vezes – portanto, nem sempre –, a opção é justificada com a alegação de que é uma forma mais próxima ao original alemão. Este argumento da proximidade ao alemão é feito do ponto de vista puramente formal, linguístico, sem se ater ao também importante aspecto do conteúdo a ser expresso. Em uma obra como os manuscritos póstumos de Lukács, em que o significado completo das categorias muito frequentemente é dado pela totalidade da estrutura categorial do texto, o critério meramente formal é sempre insuficiente.

Para tomar um exemplo, sem deixar de ser importante, secundário: *Geradesosein* tem uma tradução já estabelecida e provada por décadas nos mais diversos textos e autores marxianos: ser-precisamente-assim. Seu conteúdo também é claro e preciso: o que existe fora da consciência e, desta, independente. O “ser-precisamente-assim existente”, uma expressão que aparece inúmeras vezes em Lukács, tem este conteúdo exato: o ser que existe, tal como

¹⁴ Este é um problema que não se restringe às traduções de Lukács. Não é aqui, contudo, o local para uma discussão desta questão.

existe, no mundo objetivo, externo à consciência e, desta, independente. O ser-precisamente-assim da natureza inclui, por exemplo, sua causalidade própria, sua existência anterior ao ser social, etc.

Geradesosein recebeu uma nova versão em Vaisman e Schneider: “ser-propriadamente-assim”. Qual a debilidade ou defeito de ser-precisamente-assim que faria com que devesse ser preterido por “ser-propriadamente-assim? Em que ser-propriadamente-assim seria superior a ser-precisamente-assim para expressar o conteúdo de *Geradesosein*? Já nesse caso periférico, há uma consequência grave: o leitor é levado a crer que o “ser-propriadamente-assim” de Lukács seria distinto do “ser-precisamente-assim” de Marx ou Engels. Impressão absolutamente inverídica, causada pela tradução: há uma identidade completa entre eles, nesse particular. Tanto para Marx e Engels, quanto para Lukács, *Gerasosein* tem o conteúdo preciso do ser-precisamente-assim existente fora de nossa consciência e que, em aberta confrontação com Kant, pode ser apreendido pelo conhecimento. A opção “ser-propriadamente-assim” sugere uma inexistente diferença entre esses clássicos.

Outro caso, este nada periférico: contra a redução do conteúdo da consciência à mera reprodução mecânica do real, contra o rebaixamento da relação da subjetividade com o mundo objetivo a uma determinação imediata daquela por este, em oposição à concepção mecanicista no interior do marxismo, Lukács na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* não apenas argumentou, como ainda demonstrou em detalhes as conexões ontológicas que articulam o processo objetivo do mundo com o processo subjetivo da consciência, tanto na ciência (os reflexos desantropomorfizantes) quanto na filosofia e na arte (os reflexos antropomorfizantes). O reflexo possui, assim, um conteúdo em Lukács (mas, também, em Marx e Engels) preciso e muito rico: a atividade pela qual a consciência, pela mediação fundante do trabalho, é capaz de reproduzir como ideia, como representação, como categoria teórica, as determinações do ser-precisamente-assim existente.

Essa apreensão do ser-precisamente-assim pela consciência é expressa por dois termos em alemão: *Spiegelung* e *Widerspiegelung*. A diferença entre eles é intraduzível ao português. Temos uma única palavra (reflexo) que cobre todo o significado de ambos os vocábulos. Schneider e Vaisman optaram por traduzir, ao invés de reflexo, por “espelhamento”. Novamente, não foi demonstrada a superioridade da nova tradução – espelhamento --, nem a inferioridade da antiga -- reflexo. Com uma evidente desvantagem do ponto de vista da expressão do conteúdo do reflexo em Marx, Engels e Lukács: para eles, a consciência nem é, nem funciona como um espelho! Além dos problemas “práticos” da tradução (passagens em que “espelhamento” ou “espelhar” geram tensões ou contradições no próprio texto¹⁵), o que nos importa aqui é as-

15 Por exemplo, na tradução de *Spielbild*, nas palavras de Jordan citadas por Lukács (Volume

sinalar que “espelhamento” é uma opção claramente inferior a “reflexo” para expressar o conteúdo desta categoria na tradição de Marx, Engels e Lukács, pois indica uma relação mecânico-imediata de determinação da consciência pelo mundo objetivo completamente estranha a esses pensadores.

Por razões análogas, optamos por manter a tradução de *Mehrwert*: “mais-valia”. As observações críticas de Claus Germer e Pedro Leão da Costa Neto¹⁶ expõem com clareza a questão e os problemas decorrentes de traduzi-lo por “mais-valor”. Nas passagens e categorias de *O Capital* de Marx, seguimos em todos os casos a tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe para a Abril Cultural, exceto na expressão de *Gesamtarbeit* e seus derivados, que preferimos traduzir por “trabalho como um todo”, pelas razões que já expusemos¹⁷.

A tradução de *Aufhebung* presente na *Ontologia* e nos *Prolegômenos* exhibe um conjunto análogo de problemas. Hegel confere um novo significado a esse vocábulo ao fazê-lo expressar o momento em que o antigo é superado pelo novo em um processo no qual o novo apenas pode ser o antigo desdobrado; portanto, em uma circunstância em que o velho desaparece e, contudo, continua subsistindo no novo. O tratamento lógico das determinações ontológicas por Hegel tem um de seus principais problemas no fato de que tudo o que vem depois deve conter em si o que já ocorreu antes; portanto, a rigor o novo não existe, é apenas o desdobramento do antigo e, correspondentemente, o desaparecimento também não pode ocorrer de modo completo, pois algo do antigo sempre subsiste no novo. A concepção teleológica da história em Hegel tem aqui um seu nódulo decisivo.

Marx e Engels retiraram a *Aufhebung* desse invólucro logicista ao inseri-la na história: os termos já se alteram. A superação do feudalismo pelo capitalismo certamente possui traços de continuidade (são mantidas as classes sociais, o Estado, a família monogâmica, a propriedade privada, a política, etc.), mas, nesse processo, o decisivo é a ruptura, é a descontinuidade. O feudalismo desapareceu, deixou de existir, e foi superado pelo capitalismo. Este, ainda que tenha suas origens no interior do feudalismo, não é o feudalismo desdobrado, nem o feudalismo é o capitalismo em germe. Um não pode ser reduzido ao outro por uma relação ser em germe/ser desdobrado.

A tradução de *Aufhebung* por superação – assentada há décadas -- é su-

13, p.252), em que “a inclinação da matéria para o aumento da entropia... pode ser considerada como imagem refletida (*Spielbild*) (...) do pecado original”, a opção por traduzir *Spiegelung* por espelhamento induziu a tradução a optar por “espelho físico”, com o que a frase se torna de difícil entendimento: “o aumento da entropia pode ser considerado como um espelho físico (...) do pecado original”. (Vaisman, p.302)

16 Germer, C. e da Costa Neto, P. L. (2012) “Comentário à tradução dos *Grundrisse*”. Revista Crítica Marxista n. 34, Ed. Unesp, São Paulo.

17 Lessa, S (2011). “Trabalhador Coletivo no Livro I de *O Capital*”. Rev. Crítica Marxista n. 32, Ed. Unesp, São Paulo.

ficiente para expressar esse novo conteúdo a ela dado por Marx e Engels e, por extensão, por Lukács. Mas, argumenta-se, não é uma tradução exata do vocábulo alemão. Os argumentos são, na imensa maioria, antes lógicos que ontológicos. Na tradução da *Ontologia* por Schneider, optou-se por suprasunção e, em outras passagens, por superação. Novamente, sem ter sido demonstrado o problema da alternativa antiga (superação) e qual a vantagem da nova (suprasunção). Nem, tampouco, a razão para optar-se por suprasunção (e derivados) em alguns casos e, em outros, manter superação (e derivados). Novamente, sem se preocupar em esclarecer ao leitor que “suprasunção” teria o mesmo e exato conteúdo de “superação” – esclarecimento que levaria o leitor a questionar pela razão que teria levado à adoção do novo termo.

Tomemos, por exemplo, a frase que poderia ser de Marx, Engels ou de Lukács: “A superação da propriedade privada no comunismo”. Em que medida seu conteúdo seria mais bem expresso pela variante: “A suprasunção da propriedade privada no comunismo”? Nada nos é informado. Uma vez mais, gera-se uma confusão desnecessária: entre a superação em Marx e Engels, e a suprasunção na *Ontologia* de Lukács, haveria identidade? Se sim, por que traduções distintas?

De todas as traduções com que tomamos contato, depois da de Scarponi, a única a traduzir *Entfremdung* por estranhamento, e reservando alienação para a tradução de *Entäusserung*, foi a de Schneider/Vaisman. Esta opção foi trazida ao Brasil por José Chasin a partir da leitura da tradução ao italiano da *Ontologia* de Lukács por Scarponi. Naqueles anos, argumentávamos que o estranhamento seria a desumanização do ser humano pelo ser humano, enquanto a alienação seria a autoconstrução humana do ser humano. Colocamos estranhamento no lugar de alienação, e no lugar da exteriorização (*Entäusserung*), colocamos alienação. Criamos uma confusão que não foi pequena! Nada surpreendente que, pouco tempo depois, o céu tenha caído em nossas cabeças! As consultas aos textos em alemão dos manuscritos póstumos de Lukács, bem como ao *O Capital*, e aos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, demonstraram que tinham razão aqueles que, por anos, arguíam o equívoco de se traduzir *Entfremdung* por estranhamento, e *Entäusserung* por alienação: era uma hegelianização de Marx, de Engels e de Lukács¹⁸.

Em alguma medida como autocrítica, mas principalmente como uma tentativa de esclarecer a questão, tive a oportunidade de publicar um apêndice à edição dos *Manuscritos de Paris e dos Manuscritos de 1844 pela Expressão Popular* (2015, edição sob a supervisão de José Paulo Netto). Lá argumentamos, no essencial, que “estranhamento” é um processo que necessariamente pressupõe, senão a consciência de se estar “estranhado”, ao menos a intuição

18 Apenas como registro: Nicolas Tertulian, José Paulo Netto, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho eram os que mais insistiam em demonstrar nosso equívoco.

ou sensação de não se estar “em casa”, no “aconchego” do que é conforme ao sujeito que sente ou intui. O estranhamento possui por *locus* a consciência; um estranhamento apenas pode existir como um estado da consciência. No contexto do pensamento de Hegel, isto faz sentido: por essa razão algumas vezes traduz-se, em Hegel, *Entfremdung* por estranhamento – ainda que isso não seja uma unanimidade mesmo entre os hegelianos¹⁹.

Contudo, para Marx, Engels e Lukács – para permanecer no nosso horizonte mais próximo –, a alienação é um processo objetivo que pode ter vários e variáveis reflexos na consciência²⁰. Pode, até mesmo, não se fazer presente na consciência enquanto alienação – e isso ocorre com frequência na história. Na escravidão entre os gregos, por exemplo. Aristóteles postulava serem os escravos instrumentos de trabalho, tal como o cavalo e a enxada – e isso não era, para o maior pensador da Antiguidade, qualquer alienação, mas mera expressão da inalterável essência humana. O burguês, tipicamente, não se percebe estranho ou estranhado pelo capital – ao contrário, a alienação objetiva que essencialmente é o capital expressa sua potência enquanto classe. Um machista empedernido dos nossos dias não está “estranhado” no patriarcalismo. Em poucas palavras, classes inteiras, senão toda uma sociedade, podem se “reconhecer” em um processo alienante, com o que a consciência não reflete tal processo como “estranhado” e, contudo, continua sendo objetivamente uma alienação, independentemente desse seu reflexo na consciência. Talvez faça sentido, no contexto idealista hegeliano, traduzir *Entfremdung* por estranhamento; contudo, não no materialismo de Marx e Lukács.

Essa “hegelianização” de Marx, Engels e Lukács é, claro está, um equívoco, e a antiga tradução de *Entfremdung* por “alienação” (e de *Entäußerung* por “exteriorização”) tem se demonstrado uma opção muito mais capaz de expressar o conteúdo dessa categoria nos clássicos do marxismo e em Lukács do que estranhamento.²¹

19 Por exemplo, Paulo Meneses preferiu “alienação” ao traduzir a *Fenomenologia do Espírito* (Vozes, 1992), bem como os tradutores (dos quais também faz parte Paulo Meneses) da *Filosofia do Direito de Hegel* (Unisinos, 2010). Cf. tb. Inwood: *A Hegel Dictionary*. Blackwell, Inglaterra, 1996 p.35 s.

20 Cf., p. ex., de Marx, o final do Capítulo I da quarta edição alemã de *O Capital*, em que trata do fetichismo da mercadoria; de Marx e Engels, *A sagrada família* (Boitempo, 2003); de Engels *Do socialismo utópico ao científico. Textos I*. (Edições Sociais, São Paulo, 1977), e de Lukács a primeira parte do capítulo A Alienação, da *Ontologia* (Volume 14 da presente edição).

21 Além disso, por vezes, traduzir *Entfremdung* por estranhamento traz problemas de outra ordem. A começar pelo fato de que ressoa muito próximo a “estranho”. Com isso, a expressão da relação em que algo é estranho (mas não alienado, por exemplo, na frase “o chinês é uma língua a mim estranha”), torna-se fonte de confusões, por vezes conduzindo a verdadeiros malabarismos. Na p.494, do Volume 13 (capítulo sobre Hegel) da *Ontologia*, afirma Lukács: *Der Unterschied von Fremdsein und Entfremdesein ist rein ontologisch gemeint*, “A diferença entre ser-estranho e ser-alienado é puramente pensada ontologicamente”. A opção por tra-

Enfim, e ao cabo, com a exagerada importância ao aspecto formal da correlação do alemão com o português, -- abandonada, enfim, a referência fundamental ao conteúdo a ser expresso, -- a tradução perde o único solo em que encontra alicerces confiáveis. A partir de então, todas as opções parecem ser igualmente justificadas pela escolha arbitrária do tradutor ou editor. Podem-se alinhar legítimos motivos, puramente formais, tanto para justificar quanto para recusar, por exemplo, na tradução de *Aufhebung*, a superioridade de “suprassunção” ante “superação”; na tradução de *Entfremdung*, a superioridade de “estranhamento” ante “alienação”; a superioridade de alienação ante exteriorização, para verter *Entäusserung*; de “ser-propriadamente-assim” em comparação ao “ser-precisamente-assim”, ou de “espelhamento”, frente a “reflexo”. Tudo passa a depender, perdido o predomínio do conteúdo, da preferência pessoal, arbitrária, do tradutor ou do editor.

Neste campo, a precisão indispensável ao pensamento filosófico e científico – mesmo ao pensamento não-revolucionário, burguês – está perdida. Se o pós-modernismo postula que a realidade não passa de uma representação do sujeito, o primado do arbítrio na tradução postula que o texto corresponde à interpretação de quem o traduz. Ao leitor é oferecido a versão do texto que se acomoda à interpretação do tradutor. A objetividade do texto, seu “ser-precisamente-assim”, está, na melhor das hipóteses, comprometida.

Tentativas e soluções provisórias

Essa relembração das virtudes da Navalha de Ockham não significa, claro está, negar a existência de problemas que estão à busca de melhores soluções. Ao contrário. Na presente tradução, há dois casos nos quais nos pareceu sensato experimentar uma nova alternativa. Ambos dizem respeito a complexos sociais nos quais a presença da consciência é de elevada importância.

O primeiro caso se refere às categorias que fazem parte do complexo de valores. Muito sumariamente: a objetivação de uma teleologia sempre, inexoravelmente, põe um valor objetivo. Este valor objetivo se relaciona com a teleologia que está em sua origem e, simultaneamente, é portador de possibilidades e necessidades objetivas novas, postas pela própria objetivação e pelo processo objetivo e subjetivo de generalização que sempre a acompanha. O afastamento das barreiras naturais, o desenvolvimento das forças produtivas, etc., incluem, também, a criação e o desenvolvimento objetivo de valores²².

duzir *Entfremdung* por estranhamento conduziu à tradução “A diferença entre ser-estranho e ser-estranhado (...) é pensada puramente ontologicamente” (Schneider, p.210).

22 Essa relação categorial da objetivação com a criação de valores me foi apresentada por Mariana Andrade. Seu livro *Ontologia, dever e valor em Lukács* (2016, Coletivo Veredas) é a

Todo desenvolvimento objetivo, pelas conexões as mais diversas, sempre com contradições e sempre de modo desigual, termina por ter seu reflexo na consciência. Esta, como mediação da continuidade do ser social, necessariamente tem de também refletir os valores que objetivamente vão surgindo²³. O reflexo destes valores é o fundamento ontológico das elaborações teóricas acerca dos complexos valorativos (costumes, ética, por vezes o Direito, moral). Concomitantemente, tais elaborações teóricas, ao colaborarem nas escolhas das alternativas a serem objetivadas, terminam por interferir nas objetivações e, por mediações variadas, exercem um papel no desenvolvimento dos valores objetivamente postos e, por conseguinte, contribuem para o desenvolvimento do ser social como um todo.

Lukács emprega cerca de uma dezena de categorias para descrever esse complexo de interações. Após as pesquisas de Mariana Andrade (Andrade, 2007), pareceu-nos o mais acertado traduzir tais categorias da seguinte maneira: *wertvoll* – pleno-de-valor; *wertlos* – desprovido-de-valor, *wertfrei* – livre de valor, *bewerten* (e derivados) – avaliar, *Bewertung* – avaliação, *Beurteilung* – apreciação, *Wertung* – valoração, *Wertgeltung* – validade-de-valor, *wertheftigkeit* e *wertmässigkeit* – valorosidade, *wertmässig* – valorativo, *wertwidrigkeit* – avessidade-ao-valor. É de se esperar que a continuidade das investigações bem como as duas traduções da Estética em andamento tragam novas soluções.

O segundo caso é composto pelas conexões ontológicas que atuam no reflexo pela consciência do ser-precisamente-assim existente. Do ponto de vista mais geral, as dificuldades são equivalentes: o reflexo é uma atividade da subjetividade que, pela mediação das objetivações, possui um efeito objetivo no desenvolvimento social. As dificuldades residem, primeiro, em *Vorstellung* e *Abbildung*. O primeiro com grande frequência vem traduzido por “representação”, o que impõe a tradução de *Abbildung* por “reprodução”. A segunda dificuldade está em *Abbild*, literalmente cópia, o que conduziria *Abbildlichkeit* a ser traduzida por “copiedade”. Cópia e copiedade são ruins por se aproximarem ou sugerirem a relação mecânica de determinação da consciência pela objetividade. Pela mesma razão, descartamos as possibilidades de “retrato” e “retratabilidade”. Para contornar esses impasses, estamos sugerindo a alternativa de, apenas no caso do ato da consciência de refletir o real, traduzir *Vorstellung* por “ideação”, mantendo “representação” para todos os outros casos. Para distinguir a “representação” de *Abbildung* da “representação” de *Vorstellung*, este último caso vem sempre acompanhado do termo alemão entre parênteses. Com isso, podemos reservar “imagem” para *Abbild*, e “representabilidade” para *Abbildlichkeit*. Nossa opinião é que, ao longo do

primeira investigação profunda desta conexão ontológica no pensamento do último Lukács.

23 Para evitar qualquer mecanicismo: mesmo que esse reflexo ocorra de modo absolutamente deturpado, falso. Pensemos, por exemplo, na identificação por Aristóteles, já mencionada, do ser escravo como essência imutável do humano.

texto dos manuscritos, essas escolhas se legitimam. Contudo, elas precisam passar pela prova do tempo.

Essas foram as linhas gerais e os critérios que procuramos seguir na tradução. Passaremos agora a indicar algumas questões que, cremos, o leitor, principalmente o estudioso, deverá levar em conta.

1) *Gattungsmäßigkeit* é de difícil tradução. É o abstrato de gênero. Generalidade deve ser reservada para *Allgemeinheit*. Traduzir por “espécie” não é menos problemático, pois muitas vezes é empregado para expressar o caráter genérico dos humanos e este não se confunde com a espécie no sentido biológico – as traduções dos textos de Lukács para o inglês padecem desse problema. A alternativa até agora proposta, a de *genericità* por Scarponi, traduzida por Chasin pelo neologismo “generidade”, se tornou uma unanimidade nas traduções para o português (Vedda e Chicote também empregam “generecidade”).

2) Preferimos traduzir *teleologische Setzung* por “posição teleológica”, reservando “pôr teleológico” para *teleologische Setzen*; *Sollen* traduzimos por “dever”, deixando “dever-ser” para *Seinsollen*.

3) A tradução do par *Ziel* e *Zweck*: *Ziel*, literalmente, é “fim”, no sentido de finalidade. Preferimos traduzi-lo por “finalidade” para evitar que uma expressão como o “fim do ato de trabalho” fosse compreendida como o término, o encerramento, do ato de trabalho. *Zweck*, traduzimos por “propósito”, que atende bem ao sentido que lhe confere Lukács e, ainda, por se distinguir com clareza de *Ziel*.

4) Kant e o finalismo da natureza. A expressão kantiana é *Zweckmäßigkeit ohne Zweck*. Valério Rohden traduz por “conformidade a fins sem fins”²⁴; Vaisman (p.47, 50) e Schneider (p.49) preferiram “finalidade sem escopo”. Preferimos “adequabilidade sem propósito”, que nos parece mais fiel ao sentido da crítica de Lukács a Kant e aos kantianos.

5) Traduzimos *überwiegen* e derivados por “preponderar” e derivados, reservando “predominante” para “momento predominante” (*übergreifende Moment*).

7) *Beschaffenheit*, traduzimos por “qualidade” e não por “constituição”, por ser a opção mais próxima do uso cotidiano e que expressa com precisão o conteúdo do texto de Lukács, bem como para distinguir de *Konstitution*. Pelas mesmas razões, em relação a *Zusammenhang*, optamos por “conexão”, preterindo a opção “contexto”, que reservamos para *Kontext*.

8) Optamos por traduzir *Wirksamkeit* por operatividade, e *wirksam* por operante, reservando efetividade para *Effektivität*.

9) Mantivemos as traduções tradicionais para *Ansichseienden* (em-si-existente), *Nichtseienden* (não-existente), *Dasein* (existência, exceto em Heidegger e algumas citações de Hegel, nas quais é traduzido por ser-aí), *Sosein* (ser-assim)

²⁴ Rohden, V. (1995). *Crítica da faculdade do juízo*. Forense Universitária, Rio de Janeiro, p.72.

e *Geradesosein* (ser-precisamente-assim). Não vemos razões para preteri-las.

10) *Grundlage*, traduzimos por “base”, deixando “fundamento” para *Grund* e seus derivados.

11) Traduzimos *kompliziert* por “complicado”, para distinguir de *komplexe*, o adjetivo “complexo”.

12) *Weltanschauung* é sempre traduzido por “concepção de mundo” e, correspondentemente, *Anschauung* por “concepção”, exceto alguns poucos casos indicados com o alemão entre parênteses.

13) *Gesamt* foi traduzido pela expressão “como um todo”²⁵, reservando-se “totalidade” para *Totalität* e *Gesamtheit*. No caso de *Gesamtheit* colocamos sempre entre parênteses o alemão para distinguir de *Totalität*.

14) *Selbständig* e *unabhängig*, preferimos traduzir, ambos, por independente/independência, o que não é uma opção muito segura e talvez seja um caso a ser revisto no futuro. Optamos por esta alternativa pelo fato de que uma autonomia é sempre relativa, pois uma autonomia absoluta já é uma independência. Faz sentido uma independência relativa, mas não uma autonomia relativa, como tradução de *relative Selbständigkeit*. Com isso pudemos manter autônomo e autonomia para *autonomen*, *Autonomie* e variações.

15) *Gegensatz* e derivados, *widersprüchlich* e derivados: mantivemos oposição e derivados para o primeiro, e contradição e derivados para o segundo, devido a passagens como esta:

Hegel untersucht nämlich jene Verhältnisse, in denen die primitivste Wesensart aller Gegenstände – Prozesse etc. mit inbegriffen – als die ihrer Beziehung auf sich selbst und zugleich auf jede andere in einer Kategorienreihe des jeweiligen Umschlags ins Gegensätzliche von der Identität bis zur Widersprüchlichkeit führt. (Para ser preciso, Hegel examina aquelas relações nas quais a espécie mais primitiva de essência de todos os objetos – processos etc. inclusos – como relações consigo próprios e, ao mesmo tempo, com todo outro, conduz, em uma série categorial do respectivo traspasar da identidade em opositividade (*Gegensätzliche*), até a contraditoriedade (*Widersprüchlichkeit*). (Volume 13, p.535).

16) *Objektivierung* e *Vergegenständlichung* são empregadas por Lukács para expressar a objetivação. Contudo, se há alguma diferença de conteúdo entre estes dois termos, confessamos, não conseguimos precisar ao longo desses anos de estudo da *Ontologia*. A hipótese aventada por Schneider (p.422 do segundo volume da *Ontologia*) talvez precise ser melhor investigada. Como para nós não é nítida a diferença entre os dois termos, traduzimos os dois por objetivação, mas pode ser que, no futuro, consiga-se uma tradução mais precisa.

17) *Wesensschau* é uma categoria que comparece com mais frequência entre os filósofos da fenomenologia ou próximos a ela, como os existencialistas,

25 Cf. Lessa, S (2011). “Trabalhador Coletivo no Livro I de *O Capital*”. Rev. Crítica Marxista n. 32, Ed. Unesp, São Paulo, sobre a tradução de *Gesamtarbeit* e derivados.

e também tem um papel decisivo em Heidegger. Não há um consenso na tradução para o português. O tradutor da *Filosofia do idealismo alemão*, de Hartmann, para a editora Calouste Gulbenkian (Portugal) traduziu por “intuição de essências” e por “intuição essencial”²⁶; Castilho, na tradução de *Ser e Tempo* de Heidegger, preferiu “visão de essência”²⁷. Optamos por “intuição de essências”, mas não passa de uma insegura aproximação.

18) *Besonderheit* e *Partikularität*. Ambos são traduzidos por particularidade. Contudo, em Lukács há uma diferença importante de conteúdo. *Partikularität* se refere à particularidade alienada, *Besonderheit* se refere à ineliminável particularidade ontológica, por exemplo, dos indivíduos humanos. Para distinguir os dois, assinalamos sempre a particularidade alienada colocando *Partikularität* entre parênteses.

19) Fizemos todo o possível para manter intactas as traduções para o português das obras citadas por Lukács. Toda boa tradução tem a sua integridade, e respeitá-la é sempre a melhor alternativa nas citações. Por vezes isto gera alguns conflitos formais (por exemplo, a tradução de *Dasein*, nas traduções de Hegel, por ser-á e não por existência); ainda assim, salvo casos extremos nos quais os conflitos eram consideráveis, os quais sempre indicamos nas notas, optamos por manter a integridade das traduções citadas.

Algumas observações marginais:

1) As considerações acima indicam a importância, talvez ainda maior que em outros casos, da busca de uma tradução dos manuscritos póstumos de Lukács que se deixe ao extremo ser guiada pelo conteúdo. Por mais ambíguo, impreciso ou confuso que possa o texto parecer, ou mesmo ser, em alguns momentos. Uma tradução fiel aos manuscritos não pode deixar de ser fiel aos seus problemas e desencontros; toda tentativa de tornar o texto mais “redondo”, mais “compreensível”, mais “legível”, etc., aumenta em muito o risco e deformá-lo. Fazendo nossas as palavras do Pe. José Nogueira Machado²⁸, tradutor de Hegel, “Esta tradução tenta ser antes literal que livre. O que pode conservar ou aumentar um tanto a dificuldade de compreensão, mas diminui o risco de uma compreensão desviada”.

2) Optamos por forçar ao máximo os limites da língua portuguesa no sentido de buscar a maior aproximação ao conteúdo original do texto. É provável que em algumas passagens tenhamos exagerado. Preferimos, neste caso, pecar pelo exagero do que pela falta.

26 Hartmann, N. (s/d) *A filosofia do idealismo alemão*, F. Gulbenkian, Lisboa, p.457 e 477, respectivamente.

27 Heidegger, M. (2012) *Ser e tempo*. Trad. F. Castilho. Ed. Unicamp, Campinas, p.419.

28 Nogueira Machado, Pe. (2016). “Apresentação” in Hegel: Enciclopédia das ciências filosóficas em c*ompêndio, Vol. II. Ed. Loyola, São Paulo, 2016.

3) Há, ainda, em relação ao alemão de Lukács, uma peculiaridade. Sua trajetória de vida e a longevidade de sua atividade intelectual, cremos que ambos os fatores contribuíram para que o seu alemão possua algumas disparidades para com a língua tal como falada e escrita hoje, digamos, em Berlim. Expressões, palavras, formas de articular as sentenças e períodos, por vezes seguem caminhos próprios que, se não são incorretos necessariamente, também estão longe de usuais. A gramática alemã também passou por mudanças depois da morte de Lukács. Tentamos contornar essas dificuldades recorrendo a alguns especialistas na língua alemã (Knuth Thormählen foi de grande ajuda) e, também, com a escolha de dicionários mais antigos, mais próximos do uso feito por Lukács da língua alemã. Prioritariamente adotamos o *Enzyklopädisches Wörterbuch*, editado por O. Springer, edição revisada de 1974, da *Langenscheidt*; seguido de *Das Grosse Wörterbuch der deutschen Sprache*, da Duden, já numa edição mais recente. Sempre que imprescindível, lançamos mão do *Deutsches Wörterbuch von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm*, que traz a variação do uso e conteúdo das palavras e expressões da língua alemã ao longo dos séculos 19 e 20. Os dicionários da *Langenscheidt* para o português e o espanhol são nitidamente inferiores, por isso os utilizamos apenas como último recurso. Há ainda, e a ela recorreremos algumas vezes, a edição de 1923 do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa e Alemã* (Leipzig), do dicionário alemão-português, da Michaelis, surpreendentemente adequado em muitas ocasiões para resolver dúvidas de passagens muito marcadas pela dialética de Hegel ou de Marx.

*

Na luta ideológica em curso, neste período contrarrevolucionário em que vivemos, é natural que as concepções conservadoras e/ou contrarrevolucionárias se façam amplamente predominantes e que ressoem, inclusive, na consciência cotidiana dos operários e trabalhadores. Sem a luta de classes adquirir um conteúdo revolucionário, as teorizações a serviço da burguesia encontram espaço livre para seu desenvolvimento e divulgação --, enquanto às teorias revolucionárias pouco resta de solo social para o seu desdobramento. Os inúmeros problemas que daí se originam para o desenvolvimento da teoria revolucionária equivalem aos problemas enfrentados para o desenvolvimento da prática dos revolucionários. Esta realidade serve de pretexto para as inúmeras afirmações acerca da “morte” da teoria revolucionária, em especial acerca da “morte” do marxismo. Serve também, por vezes mesmo entre os revolucionários, de argumento “prático” para a postulação da irrelevância da teoria para a luta de classes.

Entre reconhecer as dificuldades que a concepção de mundo revolucionária enfrenta no presente para se desenvolver, e o abandono da luta ideológi-

ca, substituindo-a pela pobreza da luta praticista e eleitoreira, há um gigantesco abismo. Há um real campo de possibilidades até mesmo para uma luta ideológica no mais elevado patamar, aquele que Lukács caracterizou como o das “ideologias puras” (a filosofia, a arte, etc.). O abandono desta luta pelos partidos e organizações que se querem revolucionárias, mas não vão além de agrupamentos eleitoreiros financiados pelo Estado, é também um dos indícios do quanto estão distantes das tarefas revolucionárias trazidas pelas nossas “circunstâncias”.

É indicativo dessas possibilidades o que foi realizado, na última década e meia, pelo antigo Instituto Lukács, e pelo atual Coletivo Veredas. Que editoras com enormes recursos não sejam capazes de ir além de traduções e edições que, se nem sempre são imprestáveis, não raramente são por demais problemáticas, por um lado, e por outro, que alguns poucos indivíduos possam publicar e distribuir a preços de custo vários dos textos mais importantes de Lukács (além da *Ontologia* e dos *Prolegômenos, A destruição da razão, Notas para uma ética, Pensamento Vivido, Conversando com Lukács, Introdução a uma estética marxista*, etc.), como ainda, de Eleanor Leacock *Mitos da dominação masculina*, de Guido Oldrini *Lukács e Hegel: duas estéticas em confronto, Lukács e os problemas do marxismo contemporâneo, Os marxistas e as artes, História do cinema na cultura do século XX*, – vários destes textos inéditos no país –, além de mais de duas dezenas de autores nacionais, sugere o quanto seria possível se fazer neste campo da luta revolucionária. Indica, além disso, o quanto o “traduzir para vender” se distancia, na qualidade do resultado, do “traduzir para lutar revolucionariamente”.

A importância, em nossos dias, de surgirem outros “Institutos Lukács” e “Coletivos Veredas” é impossível ser exagerada. Que o exemplo estimule novas iniciativas nesse sentido.

*

Nenhum parágrafo de agradecimento e de reconhecimento seria possível sem uma menção ao velho José Chasin. Não apenas pelas aulas, discussões e sessões de orientação, mas também pelas longas conversas madrugadas adentro sobre as vias da filosofia e os meandros da história. A leitura imanente, o método de investigação rigoroso e preciso, a exigência que nos leva a não conceder aos defeitos da investigação, mas que, ao mesmo tempo, não nos paralisa por estabelecer um patamar sempre inatingível, muitas e muitas foram as lições que aprendi com meu antigo mestre. A divergência política que acabou nos separando e que terminou por fragmentar o grupo que havia se aglutinado ao redor da Revista Ensaio, bem como os seus equívocos na interpretação do Brasil contemporâneo, não diminuíram, com o tempo, a minha admiração

por seu conhecimento e a minha gratidão pelo que me ensinou.

Desde então, muitas foram as pessoas importantes para o presente projeto de tradução da *Ontologia*. Ivo Tonet, o camarada desde sempre; Cristina, cujo apoio ao longo de décadas foi imprescindível. Gilmaisa, Norma e Edlene, companheiras por décadas no estudo e na pesquisa. Enio, Camilinha e o grupo que se reunia ao redor deles em São Paulo, responsáveis pelos primeiros passos do que viria a ser o Instituto Lukács, local em que se iniciou o projeto da tradução. O agrupamento Labuta, de Vitória da Conquista, e, mais recente e decisivamente, os integrantes do Coletivo Veredas. Sem Milena e Guto, Zilas e Aninha, Artur, Verônica, Renata, Julinha de Fortaleza e Escolástica de Teresina, esta tradução não teria sido possível. Sem o comprometimento de Atahualpa, Fernanda, Thayná, Flaviane e Marcella na etapa final da edição de 2018, sem a generosidade do Sidney e de Daniele Faria na revisão do português; por fim sem a participação de Silvio, Bruno, Karine, e Frederico, para esta edição de 2024, o propósito não teria sido realizado. Um agradecimento especial é devido às quase três dezenas de indivíduos que nos enviaram observações e apontaram incorreções na edição de 2018, bem como aos coautores da apresentação, Sergio Gianna e Mariana Andrade (que também revisou o volume 14 da edição de 2018, com sugestões decisivas para toda a tradução). Não fosse nossa sociedade tão injusta, todos esses nomes teriam, de algum modo, de ser nomeados como cotradutores.

Ao se terminar uma empreitada como esta, restam duas certezas e uma esperança. A primeira certeza é que a colaboração dos acima nomeados evitou muitos erros e equívocos; a segunda certeza é que eles ainda existem, apenas não os conseguimos localizar. A esperança é que eles não sejam demasiados! Que faça, o leitor, bom proveito.

Bibliografia

- Andrade, M. (2007) *Ontologia, dever e valor em Lukács*. Coletivo Veredas, Maceió.
- Arcary, V. (2004) *As esquinas perigosas da história*. Ed. Xamã, S. Paulo.
- Cockcroft, J. e G. (1965) “The High Cost of Dissent in the U.S.A.” *New Left Review*, n.30, Londres.
- Costa, G. (2012) *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. Instituto Lukács, Maceió.
- Enges, F. (1895) “How not to translate Marx”. *The Commonweal*, n. 10, novembro. Londres.
- Germer, C. e da Costa Neto, P. L. (2012) “Comentário à tradução dos *Grundrisse*”. *Revista Crítica Marxista* n. 34, Ed. Unesp, São Paulo.
- Hartmann, N. (s/d) *A filosofia do idealismo alemão*, F. Gulbenkinan, Lisboa.
- Hegel, G.W.F. (1992) *Fenomenologia do Espírito*. Ed. Vozes, São Paulo.
- Hegel, G.W.F. (2010) *Filosofia do Direito*. Ed. Unisinos, São Leopoldo.
- Inwood, M. (1996) *A Hegel Dictionary*. Blackwell, Inglaterra.
- Lessa, S. (1995) *Sociabilidade e Individuação*, Adufal, Maceió.
- Lessa, S. (2013) “Lukács: o método e seu fundamento ontológico;” *in* Montañó, C. e Lustos, R. (orgs.) *Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas*. Ed. Outras Expressões, São Paulo.
- Lessa, S. (2011) “Trabalhador Coletivo no Livro I de *O Capital*”. *Rev. Crítica Marxista* n. 32, Ed. Unesp, São Paulo.
- Lessa, S. (2016) *Mundo dos Homens*. Coletivo Veredas, Maceió.
- Lessa, S. (2018) “A tradução brasileira do volume I de Para uma ontologia do ser social, de Lukács”. *Revista Crítica Marxista*, Ed. Unesp, São Paulo.
- Lukács, G. (1984-6) *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Georg Lukács Werke*, vols. 13 e 14, Luchterhand Verlag, Frankfurt.
- Lukács, G. (1990) *Prolegomini all’ Ontologia dell’ Essere Sociale*. Ed. Guerini e Associati, Milão.
- Lukács, G. (2004) *El trabajo*. Ed. Herramienta, Buenos Aires.
- Lukács, G. (2005) *Ontologia del ser social: el trabajo*. Herramienta, Buenos Aires.
- Lukács, G. (2007) *Marx, ontologia do ser social*. Ediciones Akal, Madrid.

- Lukács, G. (2009) *Prolegômenes a l'ontologie de l'être social*, Éd. Delga, Paris.
- Lukács, G. (2010) *Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*. Boitempo, São Paulo.
- Lukács, G. (2011) *Ontologie de l'être sociale: le travail, la reproduction*. Éd. Delga, Paris.
- Lukács, G. (2012) *Ontologie de l'être sociale: l'idéologie, l'aliénation*. Éd. Delga, Paris.
- Lukács, G. (2013) *Ontologia del ser social: la alienación*. Herramienta, Buenos Aires.
- Lukács, G. (2013a) *La alienación*. Ed. Herramienta, Buenos Aires.
- Lukács, G. (2017) *Falsa y auténtica ontologia de Hegel*. Trad. Emanuel Ballester. Edicions Bellaterra, Barcelona, Espanha.
- Lukács, G. (Vol.I, 1976, Vol.II, 1981) *Per una Ontologia dell' Essere Sociale*. Ed. Riuniti, Roma.
- Lukács, G. (Vol.I, 2012, Vol.II, 2013) *Ontologia do Ser Social*. Ed. Boitempo, São Paulo.
- Lukács, G. (2018) *Prolegômenos à ontologia do ser social e Para uma ontologia do ser social*. Volumes 13 e 14 das Obras Completas de Lukács. Coletivo Veredas, Maceió.
- Lustos, R. (orgs.). *Conhecimento e sociedade: ensaios marxistas*. Ed. Outras Expressões, São Paulo.
- Nogueira Machado, Pe. (2016) "Apresentação" in Hegel: Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, Vol.II. Ed. Loyola, São Paulo, 2016.
- Oldrini, G. (1995) "Lukács e o caminho marxista ao conceito de "pessoa"". Revista Praxis, n. 3, Ed. Projeto Joaquim de Oliveira, Belo Horizonte.
- Oldrini, G. (2002) "Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács", in Pinassi, M. O. e Lessa, S. (orgs.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. Boitempo, São Paulo.
- Oldrini, G. (2017) *Lukács e os problemas do marxismo no século 20*. Coletivo Veredas, Maceió.
- Rohden, V. (1995) *Crítica da faculdade do juízo*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

ÍNDICE ONOMÁSTICO VOLUMES 13 E 14

A

- Adler, Fr. Vol.13 575
 Adler, M. Vol.13 74, 575, Vol.14 298 s.
 Altenstein, K. V. Vol.13 513 s., Vol.14 567
 Anders, G. 380 s. Vol.14 725
 Andersen H. Chr. Vol.13 3, 59
 Antípatro Vol.13 206, Vol.14 703
 Archimedes Vol.13 296
 Aristarco Vol.13 329
 Aristófanes Vol.14 590
 Aristóteles Vol.13 206, 226 s., 328, 334, 392, 430, 448, 452, 459, 483,
 515, 531, 542, 574, 639, 666, 681, Vol.14 13 s., 16 s., 18 s., 31-
 34, 37 s., 43, 51, 80, 101, 160, 229, 233, 293, 306, 309 s., 318,
 363, 373 s., 395, 415, 473, 524, 703
 Agostinho Vol.13 336, 70, Vol.14 72, 630
 Avenarius, R. Vol.13 326, 342, 345, 352

B

- Bach, J. S. Vol.14 537
 Bacon, R. Vol.13 33, 329, Vol.14 395 s.
 Balzac, H. de Vol.13 73, 101, 462, 663, Vol.14 81, 536, 689
 Barth, K. Vol.13 412-415, Vol.14 630 s.
 Bartók, B. Vol.14 537
 Bauer, B. Vol.13 32, 95, Vol.14, 560, 141, 229-31, 553, 560, 364, 567
 Bauer, O. Vol.13 149
 Baudelaire, Ch. Vol.14 569
 Bavink, B. Vol.13 402, 403
 Bayle, P. Vol.13 93
 Beethoven, L. van Vol.13 210, Vol.14 678
 Belarmino, Cardeal Vol.13 7, 31, 34, 337-339, 342, 344-346, 349, 418 s.,
 425, 440, 473, 533, Vol.14 58 s., II 108, 11386, 11631
 Bentham, J. Vol.14 71
 Bergson, H. Vol.13 341 s., 372, 393, 478
 Berkeley, G. Vol.13 339, 351, 527, Vol.14 396
 Bernal II Vol.13 25
 Bernstein, E. Vol.13 234, 575
 Bismarck, O. v. Vol.14 436 s., 439, 550, 567
 Bloch, E. Vol.13 407, Vol.14 391, 458, 521, 655

Bloch, J. Vol.13 676, 227
 Böll, H. Vol.13 154
 Boisguillebert, P. Vol.14 318
 Boltzmann, L. 528, 569, 627, Vol.14 388, 512
 Bonhoeffer, D. Vol.14 655
 Brecht, B. Vol.13 337 s.
 Bruno, G. Vol.14 470
 Brutus, M. J. Vol.13 73, Vol.14 85 s.
 Buber, M. Vol.13 411
 Bukharin, N. I. Vol.13 314, Vol.14 7, 303
 Bultmann, R. Vol.13 415-417, Vol.14 569
 Buonaiuti Vol.14 610-612, 655
 Burgelin, P. Vol.14 628
 Burke, E. Vol.14 492

C

Calvin, J. 150, Vol.14 584, 611 s., 61, 630
 Carnap, R. II , 352 s., 356, 363, 365, 367, 370, 372, 379 s., 406, 412,
 446, 589, II 633 672 674 729
 Carthy, Mc. , Vol.14 696
 Cassirer, E. Vol.13 613
 Catão Vol.14 82
 Caudwell, C. Vol.13 577
 Cervantes, M. de Vol.13 210, Vol.14 473, 487, 553 687-689
 Cesanne, P. Vol.14 536, 540 678
 Chamberlain, H. St. Vol.14 487, 599
 Childe, G. Vol.14 23 s., 406, 427
 Churchill, W. Vol.14 36, 554
 Cícero, M. T. Vol.13 93
 Cincinnatus, L. Q. Vol.13 206
 Claudel, P. Vol.14 625
 Clausewitz, C. Ph. G. Vol.14 219, 253
 Clemens v. Alexandrien Vol.13 336
 Cohen, H. Vol.13 148, 436
 Condorcet, M. J. A. N. Vol.14 491
 Constable, J. Vol.14 678
 Constantino 336, Vol.14 612, 654
 Copérnico Vol.13 230, 253, 299, 337, 400, 494, 571, Vol.14 58, 92,
 108, 316
 Cromwell, O. Vol.13 208
 Curie, M Vol.14 531

Cusa, N. Vol.13 470, 518
 Cuvier, G. Vol.13 312

D

Daim, W. Vol.13 409
 Dante 337, Vol.14 85, 97, 179, 572, 594
 Darwin, Ch. Vol.13 23, 50, 87, 100, 135, 212, 214, 216, 230, 285, 299,
 307, 312, 348, 430, 566, 571, 625, Vol.14 9, 15 s., 55, 142, 393,
 401, 410, 488, 548, 566, 599
 Delbrück, M. Vol.14 213
 Demócrito Vol.13 158-160, 348, 434, 445, 458, 517
 Descartes, R. Vol.13 3 s., 230, 249, 297, 329, 415, 557, Vol.14 9, 499,
 541, 632, 702
 Dickens, Ch. Vol.14 533
 Diderot, D. 338 s., Vol.13 472 s., 530
 Diels, H. , Vol.14 557
 Dilthey, W. Vol.13 97, 376, 451
 Diogenes Laertius Vol.13 334
 Dostoievsk, S.. M. Vol.13 73, Vol.14 553, 569 s., 615, 625
 Dreyfus, A., Vol.14 543, 697
 Dühring, E. Vol.13 114, 122, 142, 215, 246, 260, 294, 297,
 494, Vol.14 210
 Dürrenmatt, s. Vol.14 701
 Duhem, P.-M. Vol.13 342, , Vol.14 58, 108, 386, 631

E

Eckermann, J. P. Vol.14 241, 651
 Eichmann, A. Vol.14 586
 Einstein, A. Vol.13 345, 3 53, 359-363, 1158, Vol.14 388, 391 s.
 Elster, E. Vol.13 493, 483
 Engels, F. Vol.13 21, 23, 74, 79, 86, 107, in, 122-126, 141-143, 149, 184,
 190, 193, 196, 212, 213, 260, 276, 285, 294, 306, 421 s., 462,
 479, 484, 499, 501, 507, 516, 559 h, 566, 570, 576 s., 583,
 587, 623, 633, 643 s., 647 s., 655, 659, 663, 676, Vol.14 6, 11,
 15, 28, 88, 95 s., 103-105, 107-109, 120, 169, 183, 207, 210-
 214, 216 s., 227, 244, 259, 268 s., 276, 338 s., 366h, 393, 411
 s., 414 h, 421, 429 s., 431h, 433, 450 s., 460, 11487, 496-499,
 505, 509, 515, 519, 531, 533, 536, 548, 559, 606, 652, 661,
 679-681, 725, 757
 Epicuro Vol.13 92-94, 158-160, 334, 348, 391, 445,
 492-494, Vol.14 94, 114

Euclides Vol.13 359, 361
 Esopo Vol.13 338
 Espártaco Vol.13 70, 124 s.
 Espinosa, B. Vol.13 91, 115 s., 122, 146 s., 150 s., 161 s, 179, 230, 246,
 250, 292, 338- 391, 471, 488, 490- 493- 498, 500, 521, 526,
 557, 570, 614, Vol.14 71, 93, 114, 469, 488, 527 s., 650
 Ésquilo Vol.14 482
 Euripides Vol.14 520
 Eusébio de Cesareia Vol.14 612

F

Fallada, H.Vol.14 552
 Ferguson, A. Vol.14 505
 Feuerbach, L. Vol.13 37 s., 40-42, 81, 107, 205, 241 s., 327, 421-423,
 484, 514, 559, 560, 562, 575, 664 s., Vol.14 6, 28, 51, 130, 207,
 240, 351, 494, 522, 548, 556-560, 563-566, 570, 619 s., 622,
 653, 662
 Fichte J.G. Vol.13 367, 468, 473, 488 s., 519, 531, 658, Vol.14 191, 430
 Fischer Vol.13 149 Flaubert, G. Vol.14 536
 Forberg, S. K. Vol.13 372
 Fourier, Ch. Vol.13 84, 470, 480, 683, 687, Vol.14 132, 458, 517 s., 531
 France, A. Vol.13 543
 Franklin, B. Vol.13 592
 Franz v. Assisi Vol.13 209, 3 36, 11613, Vol.14 623
 Frazer, J.G. Vol.14 576, 584 s., 639, 694
 Friedrich Wilhelm Vol.13 479
 Fromm E. Vol.13 26

G

Galbraith, J. K. Vol.14 717
 Galileu, G. Vol.13 31 s., 153, 230, 250, 337, 342, 400, 425, 471, 494 ss.,
 Vol.14 58, 108, 401, 468, 488, 631
 Gans, E. Vol.13 479
 Gaulle, Ch. Vol.14 711
 Gassendi, P. Vol.13 94
 Gehlen, A. Vol.13 240, 419, Vol.14 29 s., 729
 Genghis Khan Vol.14 586
 Geoffroy de S. Hilaire Vol.13 492
 George, St. Vol.14 232, 241
 Gibbon, E. Vol.14 491

Gide, A. Vol.13 81, 254, Vol.14 465, 541, 553, 625
 Giordano Bruno Vol.13 493
 Gobineau, J. A. Vol.14 599
 Goethe, J. W. v. Vol.13 50, 105, 319, 324, 478, 492-494, 531, 666, Vol.14
 130, 240-243, 330-333, 358, 378, 381, 647, 649-651, 678
 Gogh, V. Vol.14 678
 Goldwater, B. Vol.14 696
 Gorki, M. Vol.14 394
 Gramsci, A. Vol.13 112, 5 77, Vol.14 397 s.
 Gundolf, S. Vol.14 232, 359, 485

H

Harkness, M. Vol.13 663
 Harnack, A. Vol.13 340
 Hartmann, N. Vol.13 161, 163, 327, 330, 346, 421-467, 500, 536, 547
 s., 570, 615, 675, Vol.14 14, 18 s., 31 s., 43, 255, 309 s., 390-
 392, 396
 Hauptmann, G. Vol.14 570
 Hebbel, F. Vol.14 99, 133, 233
 Heer, S. 408 s.
 Hegel, G. W. Vol.13 11, 21, 24, 28, 31, 40 s., 47, 93, 107, 112-117, 120-
 122, 125 s., 128-134, 136-138, 140 s., 145, 147, 150 s., 158,
 160, 162, 208 s., 219 s., 228, 252, 259 s., 273, 277, 301, 309,
 311 s., 327 s., 340, 343, 365, 382, 387 s., 392, 407, 414 421 s.,
 429, 434 s., 443, 451, 463, 467-469, 472-480, 482-499, 501,
 504, 506-514, 516-562, 565-568, 572-576, 578, 580 s., 589 s.,
 604 s., 607, 613, 641-644, 662, 666, 676, 681, Vol.14 6, 13 s.,
 16-20, 22 s., 51, 61, 64-66, 72 s., 77, 103-105, 107, 123, 145,
 152, 168, 191 s., 203 s., 214, 230, 253-255, 267, 305, 309, 324-
 327, 333_336, 357 s., 370, 11382, 389 s., 393, 420, 422, 430,
 443, 452, 466 s., 468, 476, 495, 501 s., 540 s., 11556-559, 563
 s., 11567, 570, 575, 590 s., 607, 618 s., 678
 Heidegger, M. Vol.13 7, 64, 372, 376 - 395, 397, 407, 411, 416 s., 421,
 423, 478, 667, Vol.14 359, 553, 589
 Heine, H. Vol.13 32, 374, 492 s., 513, 531, Vol.14 483, 567
 Heisenberg, W. Vol.13 397, Vol.14 387, 391
 Heller, A. Vol.13 574
 Helvetius, C. A. Vol.13 338
 Heráclito Vol.13 92, 274, 433, 435, 469 s., 517 s., 536, 613
 Herder, J. G. Vol.13 472 s.

Hesíodo Vol.13 87
 Hitler, A. Vol.13 216 s., 310, Vol.14 284, 372, 437, 499, 599, 693-695, 697, 700 s., 710
 Hobbes, Th. Vol.13 33, 150 s., 338 s., 471, 570 s., Vol.14 71, 393, 395
 Holbach, P. H. D. Vol.13 473
 Homero Vol.13 74, 146, 271, 660 s., 682, Vol.14 95 s., 259, 296, 511, 519, 553, 590, 674
 Horácio Vol.13 465
 Husserl, E. Vol.13 7 s., 376-378, 383, 667, Vol.14 589
 Huysmann, J.K. Vol.14 553
 Huxley, J. Vol.13 167 s.

I

Ibsen, H. Vol.14 523, 598, 720
 Infeld, L. Vol.13 359

J

Jacobi, s. H. Vol.13 511
 Jacobsen, J. P. Vol.14 14, 570, 600, 615
 Jäger, W. Vol.13 333, Vol.14 185, 491
 James, W. Vol.13 342, 355
 Janossy, F. Vol.13 599, Vol.14 708
 Jaspers, K. Vol.13 64, 387, 395, 401, 415-417, Vol.14 569, 632 s., 654
 Jellinek, G. Vol.14 189, 192
 Jesus Vol.13 73, 189, 207, 209, 232, 335 s., 413, Vol.14 273, 293
 Joachim von Fiore Vol.13 337
 Joana D'Arc Vol.13 52
 Jordan, P. Vol.13 252, 402, 404-406, Vol.14 389, Vol.14 501, Vol.14 629
 Jung, C. G. Vol.13 627

K

Kant, I. Vol.13 7, 11, 19 s., 23 s., 28, 31, 33, 87, 106, 128, 133, 145 s., 169, 171, 239, 282, 305, 309, 328, 339, 351 s., 385, 387, 390-401, 416, 421, 424, 426, 446, 463, 468, 472 s., 475, 488, 495, 497, 507, 516, 527-532, 544, 557, 561, 566, 575, 579, 625, 658, 678, 681, Vol.14 14-17, 63-65, 114, 151 s., 188, 191, 227, 231, 293, 299, 305, 370, 389, 413, 422, 480, 539, 548, 557, 588 s., 603, 704
 Kaufmann, H. Vol.13 493
 Kautsky, K. Vol.13 575, 578, 599, Vol.14 289, 480
 Keller, G. Vol.13 319, 324, 422, 560, Vol.14 433, 553

Kelsen, H. Vol.13 658, Vol.14 189, 192, 104
 Kennedy, J. Vol.14 283, 697, 711
 Kepler, J. Vol.13 337, 400, Vol.14 108
 Kierkegaard, S. Vol.13 341, 388 s., 412, 414, 422, 514, 677, vol.14 541,
 553, 568 s., 570, 654
 Kings, M.L. 697
 Klages, L. Vol.13 393, 407
 Knoll, A. M. Vol.13 409
 Koch, L. Vol.14 167
 Kodaey, Z. Vol.14 537
 Kolakowski, L. Vol.14 617
 Kollontai, A. Vol.14 131, 533
 Kugelman, W. Vol.13 78, Vol.14 220, 394, 507

L

Lafargue, P. Vol.13 493
 Lamarck, J.B. Vol.13 50, 492, 625
 Lange, S. A. Vol.13 372, Vol.14 394
 Laplace, P. S. Vol.13 87, 466, 566, 625, Vol.14 311, 421
 La Rochefoucauld, Vol.13 681
 Lassalle, S. Vol.13 148, 158, 160, 655-658, Vol.14 188, 495, 499, 664
 Leibniz, G. W. Vol.13 44, 281, 358, 364, 421, 504.517.1113,
 Vol.14 243, 759
 Lenin, W. Vol.13 60, 112, 126, 192, 210, 234-237, 254, 309, 345 s., 401,
 421, 462, 497, 504, 514, 516, 530, 559, 575-577, 610, 638, 649
 s., 652, 654, 682 s., 685 s., 688 s., Vol.14 6, 172, 209, 279, 383,
 386 s., 391, 394, 397, 435 s., 451-453, 469, 495, 497, 499, 513,
 536, 545 s., 548, 551, 666-668, 681, 685, 690, 719
 Leonardo da Vinci Vol.14 21
 Leucipo Vol.13 517
 Levy-Bruhl, L. Vol.13 48
 Lewis, S. Vol.14 109, 696
 Liebknecht, K. Vol.13 310, Vol.14 499, 709
 Licurgo II Vol.13 184, Vol.14 478
 Lifschitz, M. Vol.13 663
 Linne, K. V. Vol.13 312
 Liszt, s. Vol.14 678
 Lorentz, H. A. Vol.13 345, 353, Vol.14 58
 Louis, Philippe Vol.14 438
 Loustalot, E. Vol.14 141
 Lucanus Vol.14 82

Lucrecio Vol.13 334
 Lunatscharski, A. W. Vol.13 342
 Lutero, M. Vol.14 177, 222, 572, 612
 Luxemburg, R. Vol.13 234 s., 342, 575, Vol.14 283

M

Mach, E. Vol.13 326, 342, 352, 376, 575
 MacMahon Vol.14 438
 Mainx, F. Vol.13 367, 369
 Malthus, Th. R. Vol.14 393
 Mandeville, B. de Vol.13 33
 Mann, Th. Vol.13 254, Vol.14 134, 553, 689, 706
 Mannheim, K. Vol.13 344, Vol.14 5 53, 684, 695
 Maquiavel, N. Vol.13 325, 574, Vol.14 97, 395, 443, 491
 Marat, J. P. Vol.13 472
 Marcellus Vol.13 296
 Maritain, J. Vol.13 412
 Marx, K. Vol.13 10 s., 13 s., 16, 20 s., 23, 27, 32-38, 40-42, 45-47, j 1, 60, 63, 66, 68 s., 71 s., 75-81, 85 s., 90, 92-95, 107, 109 s., 112-117, 125 s., 133, 142-145, 147-149, 152 s., 155-161, 169, 172, 174, 179, 184, 190, 192-198, 200-202, 206-208, 210-214, 216, 220, 222, 224, 226-233, 235-237, 239-243, 246, 254, 256, 259-264, 2 66, 268, 270-275, 277, 280 s., 285-287, 290-294, 296-298, 300-302, 304-310, 312, 314, 321, 324-328, 350 n., 392, 395, 421 s., 439, 443, 450 s., 467, 469, 480, 482 s., 493, 495, 507, 511, 514, 516, 524, 537, 542, 555, 559 s., 561, 563-612, 618 s., 623 s., 629-631, 638-644, 646-651, 653, 655-668, 672 s., 675-677, 679 s., 682-689
 Marx, K. Vol.14 6-8, 10, 12, 15-17, 23 s., 26, 28, 33, 38, 41, 51, 58, 67-69, 74-78, 80, 107, 113, 116, 122, 125 s., 129 s., 132 s., 135, 138-141, 143, 145, 147, 149-153, 166, 171, 189, 195 s., 199, 206, 208, 211-214, 216-220, 225, 227, 229-231, 233 s., 240, 244, 247, 252, 254 s., 257, 259-267, 269, 272 s., 274 s., 278-289, 291 s., 295-298, 300-305, 308, 316-323, 328, 332 s., 335 s., 338, 341, 346, 349, 351 s., 355 s., 358 s., 362, 11365 s., 367, 372 s., 375, 385, 390, 393 s., 396-398, 403 s., 409 s., 411, 413, 419 - 423, 425 s., 427, 434 s., 441-446, 448-452, 457-460, 462 s., 475 s., 479-481, 485-487, 489, 491-495, 11496-500, 501-514, 516 s., 522, 531-534, 536, 540, 542, 544, 546-551, 556, 558-567, 577-582, 584 s., 587 h, 595, 597 s., 599, 605 s., 617, 635, 637, 644-646, 653, 657-665, 667 s., 671-675, 677-681, 685 s., 689-692, 698 s., 703, 706 723 s., 728, 730

Maufrigneuse, Duquesa Vol.13 101
 Mauriac, S. Vol.13 411
 Mehring, S. Vol.13 575, 662, 676
 Mestre Eckart 21, Vol.13 209, Vol.14 616
 Menenius Agrippa Vol.13 104, 627, Vol.14 127
 Meschkowski, H. Vol.13 403 s., 406, 413
 Mestre Eckart Vol.13 21, 209, Vol.14 616
 Meyer, G. Vol.13 656
 Michel, K. M. Vol.14 6
 Mill J.St. Vol.13 344, Vol.14 303 s.
 Mills, C.W. Vol.14 504 s., 716, 727
 Moldenhauer, E. Vol.14 6
 Moleschott, J. Vol.14 67
 Moliere J.B.P. 129, Vol.14 60, 171, 483
 Moreau, J. V. Vol.13 79
 Morgan Vol.14 600
 Morus, Th. Vol.13 83
 Moses Vol.14 478
 Münzer, Th. Vol.13 124, 207, Vol.14 615
 Mussorgski, M. Vol.14 678

N

Napoleão I. Vol.13 73, 79, 142 s., 478 s., 512 s., Vol.14 219, 43
 Natorp, P. Vol.13 148
 Needhams, J. Vol.14 25
 Newton, I. Vol.13 23, 87, 400, 471, 639, Vol.14 15
 Nietzsche, S. Vol.13 341 s., 372, 421 s., 544, Vol.14 11, 487, 6
 Nohl, H. Vol.13 519

O

Olken, L. Vol.13 492
 Orígenes Vol.13 336
 Overbeck, s. Vol.13 335

P

Parmênides Vol.13 433, 435
 Pareto, V. Vol.14 727
 Pascal, B. Vol.13 338, 494, 11386, 541
 Paulo Vol.13 335
 Pavlov, I. P. Vol.13 5 51, Vol.14 30
 Pitágoras Vol.13 217

Planck, M. Vol.13 87, 98 s., 213, 229, 345, 347, 401-403, 416,
569, Vol.14 388
Platão Vol.13 131, 150, 296, 333, 427, 433, 458, 574, Vol.14 318,
395, 437, 482, 491, 499, 548, 680
Plekhanov, G. W. Vol.13 575, 662, 674 s., Vol.14 298, 322, 566
Plotino Vol.13 333
Plutarch Vol.13 296, 761
Poincarè, H. Vol.13 34, 253, 342, 352 s., Vol.14 58, 386
Pontoppidan, H. Vol.14 570
Pons Vol.13 405
Portmann, B. Vol.13 626
Prantl, K. Vol.14 43
Proclos Vol.13 333
Proudhon, P.J. Vol.13 197, 202, 239, Vol.14 189, 252, 495, 499
Ptolomeu Vol.13 12, 15, 253, 354, 458, Vol.14 629
Puschkin, A. S. Vol.13 210

R

Raabe, W. Vol.14 553
Rafael Vol.14 106
Raimundo Lúlio Vol.13 504
Ranke, L.V. 230, 444, Vol.14 220, 441, 492 s.
Reinhold, K. L. Vol.13 473
Rembrandt Vol.13 20
Rey, Abel Vol.13 346
Riazanov, D. Vol.13 587
Ricardo, D. Vol.13 302, 325, 469, 480 s., 584, 595, 623,
414 s., 489, Vol.14 503, 672
Ricken, H. Vol.13 97, 148, 230, 326, Vol.14 391, 485
Riemann, B. Vol.13 407, Vol.14 392
Riesmann, D. Vol.14 663
Robespierre, M. Vol.13 232, 472, Vol.14 614
Robinson Vol.14 655
Roosevelt, F. D. Vol.14 283
Rosenberg, A. Vol.14 599
Rosenkranz, K. Vol.13 340, 479, 522, 529, 535, Vol.14 567
Rousseau, J.-J. Vol.13 84, 472 s., 624
Rüben, W. Vol.13 332
Ruskin, J. Vol.14 671

S

- Saint-Hilaire, de Vol.13 50
 Sartre, J. R Vol.13 8, 38, 64 s., 395 s., 407, Vol.14 151, 553
 Sassulitsch, V. Vol.14 507 s.
 Scott, R. S. Vol.14 701
 Scheler, M. Vol.13 7, 376-378, 387, Vol.14 255, 589
 Schelling, S. W. J. Vol.13 469 s., 473, 488, 490 s., 494, 518 s., 523,
 529 s., 557, Vol.14 16
 Schiller, S. V. Vol.13 245, 251, Vol.14 651
 Schlegel, S. Vol.13 340
 Schleiermacher, S. Vol.13 339 s., 406, 511, 514
 Schmidt, C. Vol.13 507, 633, 655
 Schneider, R. Vol.13 411
 Schopenhauer, A. Vol.13 421, 493, Vol.14 599, 670, 704
 Schrödinger, E. Vol.13 368
 Shakespeare, W. Vol.13 209 s., 661, 667, Vol.14 85, 473, 481, 48
 Simmel, G. Vol.13 341, 400, 406, 681, Vol.14 677
 Sismondi J. Ch. 595, 489, II 503, II 671, II 674
 Smith, A. Vol.13 480
 Sócrates Vol.13 189, 206, 332, Vol.14 114, 188, 473, 482, 590, 617
 Sófocles Vol.13 73, 209, Vol.14 313, 530, 644
 Solon Vol.14 184, 478
 Sombart, W. Vol.14 677
 Soret Vol.13 666
 Sorge, S. A. Vol.14 665
 Spann, O. Vol.14 127
 Spencer, H. Vol.14 401
 Spengler, O. Vol.13 240, 627, 630, Vol.14 388, 670
 Stalin, J. W. Vol.13 18, 112 s., 184, 237, 271, 276, 310, 343, 514, 516,
 577 s., 583, 600, 650, 688 s., Vol.14 200, 261, 279, 284, 299, 322,
 328, 480 s., 499, 527, 548, 551, 599 s., 636, 654, 689-691, 722 s.
 Starkenburg, H. Vol.13 79
 Stendhal Vol.13 73
 Stirner, M. Vol.13 560, Vol.14 553
 St. Juste 232
 Sue, E. Vol.13 663, Vol.14 536

T

- Taine, H. Vol.14 232
 Talleyrand, Ch. M. de Vol.14 184

Teilhard de Chardin Vol.13 253, 408-411, Vol.14 389, 633 s., 654
 Tertuliano Vol.13 336
 Thierry, A. Vol.14 491
 Thies, E. Vol.14 6
 Ticiano Vol.14 48 3
 Tocqueville, A. Vol.13 344
 Tökei, F. Vol.14 261 s.
 Tolstoi, L.N. Vol.13 73, 210, Vol.14 536, 569, 599, 615, 623 s.,
 648, 655, 677, 679 s.
 Tomás de Aquino Vol.13 418, Vol.14 633, 716, 729, 733
 Toynbee, A. Vol.13 630
 Treitschke, H. V. Vol.13 513, Vol.14 567
 Toeltsch, E. Vol.13 340
 Trotsky, L. Vol.13 577, Vol.14 499
 Tchekhov, A. Vol.14 678
 Tschernischewski, N. G. Vol.13 422
 Tucídides Vol.14 491

U

Uexküll Vol.13 475

V

Vaihinger, H. Vol.13 341, 372
 Veblen, Th. Vol.13 386
 Vergil Vol.13 74, 662
 Vico, G. Vol.13 574, Vol.14 206
 Voltaire, s. M. Vol.14 720

W

Wagner, R. Vol.13 217
 Walther von der Vogelweide Vol.14 179
 Weber, M. Vol.13 306, 672, 674, Vol.14 82, 85, 97, 190, 217, 267,
 278, 370, 492-494, 603, 607, 610 s., 613 s., 623 s., 677
 Wehner, H. Vol.14 614
 Weil, S. 411, 626 s., 654
 Weischedel, W. Vol.14 6
 Welskopf, E. Ch. Vol.14 96
 Whyte, W. H. Vol.14 109, 717
 Windelband, W. Vol.13 148, Vol.14 485
 Wittgenstein, L. Vol.13 371 s., 374-376, 379 s., 385, 392, 406
 Wolzendorff, K. Vol.14 187

X

Xenophanes Vol.13 422, Vol.14 557

Z

Zenão Vol.13 518

Zola, E. Vol.14 543, 598

Zdanov, H. Vol.14 397

Zinoviev, G. Vol.13 235

NOTA AO ÍNDICE DE ASSUNTOS

Desconheço qualquer estudo sério de um texto clássico que não tenha resultado em um índice de assuntos. Por mais pessoal e por menos aparência de um “índice de assuntos” que venham a ter as anotações do estudioso, e por raro que tenha se tornado a publicação de tais anotações, organizadas sob a forma de um índice, são poucas as ferramentas que podem ter maior utilidade para as investigações do que um índice de assuntos bem organizado. Por vezes, chegam mesmo a ter alguma interferência nos debates acerca desta ou daquela categoria, desta ou daquela interpretação de uma passagem mais decisiva, ou chave do texto em apreço. Apenas para citar um exemplo, a importância que jogou entre nós, nas décadas passadas, o índice de assunto das traduções para o francês das obras de Marx, por Maximilien Rubel, publicadas nos anos de 1960 pela Pleiade/Galimard, Paris. Raras foram as polêmicas entre os marxistas que não passaram pelas indicações de Rubel nos quatro volumes publicados (dos seis planejados) em uma bela edição, capa dura e em papel bíblia. Os vários índices de assuntos tornados públicos (por vezes em edições reduzidas) dos três volumes de *O Capital* de Karl Marx, na antiga DDR, testemunham o intenso debate que teve lá lugar. E os exemplos poderiam prosseguir.

O índice de assuntos que o leitor tem em mãos requer que façamos algumas ponderações para que seja utilizado com maior proveito.

Em primeiro lugar, o critério para a seleção das passagens assinaladas. Hoje, com os mecanismos de busca nos arquivos digitais, tornou-se muito mais fácil do que no passado encontrar as passagens que eventualmente interessem à pesquisa. Buscar “consciência” ou “conscienciosidade” nos trará uma vasta quantidade de passagens em que tais termos aparecem nos *Prolegômenos* e na *Ontologia*. Por esta razão, não utilizamos na organização deste índice este mecanismo de busca: isto pode ser feito por qualquer pessoa e sem grandes esforços. O que não quer dizer que não deva ser feito e que não seja complementar ao índice aqui impresso. O que buscamos catalogar foram as passagens que nos parecem mais significativas bem como aquelas outras que tratam da categoria em questão, ainda que não a mencionem explicitamente. Assim, para continuar com nossos exemplos, a “consciência” e a “conscienciosidade” são tratadas em várias passagens em que Lukács investiga a continuidade social, ainda que tais termos não compareçam explicitamente.

O que, por sua vez, requer dois alertas. O primeiro, é que este índice fornece ao leitor não poucas referências que não viriam por uma busca automática-digital das categoriais, mas está longe de ser uma listagem completa de todos os trechos da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* em que Lukács aborda este ou aquele termo, esta ou aquela categoria. Em segundo lugar, e mais importante,

é que o índice aqui impresso leva a influência da interpretação do tradutor. O que tem por consequência que os avanços das investigações devem alterar o índice, tornando-o mais preciso e/ou corrigindo equívocos na catalogação provocados pela interpretação do tradutor. Portanto, diferente do passado (para continuar com nosso exemplo), em que o índice de Rubel era tomado como tão completo que pouco ou nada haveria na obra de Marx sobre aquelas categorias, além das indicadas, a incompletude e a provisoriidade deste índice deve estar sempre presente.

Que seja permitido fornecer alguns exemplos. Vejamos esta passagem dos *Prolegômenos*, à página 206, do Volume 13:

A pólis heleno-romana trouxe, a esta controvérsia, motivos decisivamente novos. Por um lado, permanece de fato ainda amplamente intocado o preconceito natural da base da vida; todavia, a cidadania da pólis, particularmente em sua etapa democrático-heroica, cria uma esfera de ação exemplar-plena-de-valor — já como consequência da inexorável economia escravista dominante — que parece ser capaz de empurrar para o pano de fundo os alienados fundamentos da vida. Uma vida, segundo as leis de uma tal generidade, desperta não apenas ilusões da possibilidade de ultrapassar a alienação, mas também de tais *modos de comportamento* pessoais e de suas conscientes justificações ideológicas, nos quais as relações do ser humano com sua própria generidade tornam-se visíveis, os quais, se não realizáveis mesmo na duração do respectivo presente, ao passarem descuidadamente ao largo das bases econômicas de sua própria alienação, contêm, todavia, intenções acerca do modo de agir humano, nas quais alcança expressão determinações importantes de uma generidade não mais alienada. Pense-se nos 300 espartanos nas Termópilas, em Cincinato, na — já no período da crise — morte de Sócrates e assim por diante. Um tal comportamento para com as bases sociais da própria existência social pode, por vezes, conduzir a uma consideração razoável (*Einsichtsvollen Betrachtung*) — historicamente considerada relativamente — das bases objetivas então dominantes da alienação. Marx cita, em »O Capital«, concepções de Aristóteles e do poeta Antipatros, os quais esperaram de uma forma de produção mais elevada (a máquina) o fim da escravidão. E é altamente característico de sua atitude para com esta questão que não critica ironicamente o seu utopismo, mas sim o daqueles economistas do período capitalista que, em sua cega parcialidade, deixam de apreciar o papel da máquina na intensificação da exploração no próprio presente. Aos seus olhos, portanto, um tal utopismo ingênuo está mais próximo da verdade social última do que a apologetica de um patamar mais elevado de desenvolvimento econômico²⁹.

29 {113} Marx: O Capital, Livro I, Tomo II, Nova Cultural, São Paulo, 1996, p.41.

Com isso, Marx está longe de superestimar o significado social de antecipações intelectuais, emotivas, mesmo se convertidas em atividades, das necessidades reais do desenvolvimento. Ele as descreveu, certa vez, em modo resumido, como realizações tacanhas, ao mesmo tempo que não deixa, evidentemente, de descrever todo modo de manifestação de satisfação na ideologia do mundo moderno como »vulgar«.

Ainda que aqui não compareça uma referência explícita ao complexo valorativo da ética, não restam dúvidas de que tal passagem é de importância significativa no exame da função social dos valores, em especial da ética, em sua relação com a generidade que se desdobra ao longo do tempo. Tal passagem poderia, portanto, ser igualmente indicada sob a rubrica “ética”, “valores”, “Grécia Clássica”, “cidadania grega”, “economia antiga”, etc. Nossa opção foi de colocá-la sob “Ética”, “realizações tacanhas” e “Antecipações” – o que claramente inclui uma escolha entre alternativas, escolha marcada pela nossa interpretação. O que não quer dizer que tais escolhas sejam necessariamente falsas, mas sim que devem ser examinadas com cuidado pelo leitor.

O segundo exemplo está na página 240, do mesmo volume 13, ainda parte dos *Prolegômenos*:

A degradação da história a uma ciência singular entre tantas outras teve, todavia, consequências ainda mais amplamente tangíveis. Não apenas a extensão como um todo do histórico é artificialmente limitada, como também a totalidade existente de cada etapa histórica tem de ser »profissionalmente« fatiada entre as distintas, igualmente limitadas, ciências singulares; *i.e.*, a existente totalidade histórico-social tem de sofrer, em toda linha, esse desmembramento em »campos especializados« precisamente divididos. Assim a historicidade enquanto ponto de vista universal na abordagem da realidade, perdeu sempre mais sua influência sobre as ciências. As exigências da »diferenciação especializada«, a limitação à »exatidão« como resultado dessa diferenciação, etc., tornaram as ciências singulares cada vez mais incapazes de apreender corretamente ontologicamente até mesmo os momentos parciais do processo como um todo. Todavia, uma vez que tal mediocridade de especialista (tratamento »exato« de problemas aparentes) facilita e promove a subsunção das ciências singulares sob a manipulação capitalista universal, essa tendência tornou-se dominante também na práxis científica acadêmico-oficial.

Trata-se, nesta passagem, do efeito sobre as ciências do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Trata, contudo, também da historicidade. Assim esta passagem foi por nós assinalada na rubrica “Historicidade, e categorias”, “Historicidade, e ciência” e “Ciências singulares”. Contudo, poderia também comparecer em “Ideologia e ciência”, ou “Concepção de mundo moderna e ciência”, e algumas outras mais.

Um terceiro e último exemplo. Ainda no volume 13, ainda nos *Prolegômenos*, à p. 255-6, onde lemos:

Aqui, onde tratamos dessas questões meramente de um ponto de vista ontológico geral, temos de nos contentar com essas observações gerais. Com isso não se nega, naturalmente, um determinado significado prático (criticamente limitado) também da filosofia. Pense-se, por exemplo, nos modos fenomênicos presentes da alienação, aqui já indicados. O princípio da alienação — ao menos como aparente nas partes economicamente mais desenvolvidas do capitalismo presente — diferencia-se de suas formas capitalistas precedentes a partir dos fundamentos econômicos. Quanto mais a exploração capitalista deixa para trás, ao menos no patamar mais elevadamente desenvolvido, a forma originária direta de exploração (prolongamento das horas de trabalho, queda dos salários), convertendo uma subsunção formal na real subsunção do trabalho sob o capital, tanto mais intensamente obscurece na práxis do movimento dos trabalhadores a coincidência imediata da luta contra a exploração enquanto tal e contra as consequências alienantes para os seres humanos. A mudança categorial da exploração separa agudamente os dois momentos entre si. A evidentemente ainda sempre necessária luta contra a alienação adquire, como consequência da mudança econômica, um caráter prevalentemente ideológico. (Como os seres humanos devem empregar seu tempo livre?) O conhecimento do reordenamento categorial, já que as categorias são formas de ser, pode portanto também conduzir a um certo discernimento na perspectiva estratégica das atuais lutas de classe. Todavia, se falta um discernimento, da mesma qualidade, dos detalhes concretos, através dos quais as categorias no ser social podem mostrar sua qualidade concreta, verdadeira, a mais correta compreensão destas não pode conduzir a uma práxis autêntica, socialmente efetiva.

Justamente essa indissolúvel dependencialidade recíproca faz, das categorias, em Marx, o princípio fundamental de formação do próprio ser e, por consequência, do pensamento acerca dele. Tal como a generalidade das categorias pode existir apenas como princípio, como portadora da unidade do ser por ela determinada, tal como o movimento dos complexos processuais produz seguidamente uma unidade categorial interna, não pode haver uma »muralha chinesa« gnosiológica que venha a separar o conhecimento científico das objetividades concretas, de sua generalidade categorial (filosófica). Se, agora, para poder claramente colocar à luz a estrutura categorial da imagem marxiana de mundo com toda brevidade apresentamos os três grandes processos por ele brevemente expostos, fizemo-lo antes de tudo para esclarecer melhor a qualidade específica das categoriais do que até agora foi possível, precisamente no seu ser processual. Com isso que seja igualmente introdutoriamente comentado que em nenhum dos três processos trata-se, de modo primário, de constatações

puramente categoriais. Antes de mais nada, não são mais que constatações factuais *post festum* do próprio desenvolvimento, em que tanto a conservação ou, melhor dito, a permanente nova-reprodução (*Neureproduktion*) de componentes determinados há muito existentes, como o ininterrupto surgimento de novas objetividades, novas formas de processos, etc., é faticamente observado. Em nenhum desses complexos de processos irreversíveis é constatável algo que fosse o resultado de alguma construção, por mais bem fundada, que fosse primariamente uma construção intelectual. Trata-se, em toda parte, da constatação de alterações processuais reais que, de fato, têm lugar com todas as suas determinações no processo de vida do ser social e apenas *post festum* permanecem conservadas como fatos na memória da humanidade com a ajuda das ciências. Os processos, portanto, que aqui se tornam conhecidos, são apenas processos reais do próprio ser social. Por isso, todos os três processos são bem conhecidos, até mesmo até uma trivialidade.

Classificamos esta longa passagem sob “Método, *post festum*”, “Racionalidade, categorias em Marx”, “Ser, unidade categorial interna”, “Alienação, hoje luta prevalente ideológica”, “Categorias, formas de ser e de pensamento”, “Categoriais, constituição processual categorias”, “Ciência, fundamento ontológico da ciência, filosofia”, “Conhecimento, e prioridade do ser”, “Consciência, e subsunção real”. Demos menor importância à indicação, nesta passagem, da contraposição subsunção formal/real do que, talvez, outros leitores da obra dariam.

Estes três exemplos, esperamos, bastam para sublinhar nossas observações acima: este, como todo índice de assuntos, é também portador da interpretação que se faz do texto. Seguem-se: 1) que o índice seja empregado pelo que de fato é: uma indicação de assuntos que passa pela interpretação do seu autor. Portanto, que seja recebido sempre *cum grano salis*; 2) que o leitor elabore seu próprio índice de assuntos e que, no futuro, venha a publicá-lo.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Abstrações (*Abstraktionen*)

cf. tb. método

Volume 13

Engels, abstrações razoáveis 124-5, 273-4, 361-3

abstrações pela consciência, matemática 346-8

“caminha ida e volta” abstração 580-2

real opera abstrações 589-90

abstrações em *O Capital* 595-6, 598-9

“abstração despojada de conceito” e economia política 600

Volume 14

abstração, “caminho de ida” 7, 10

abstração razoável 116, 441, 552

generalização e singularização “processos reais” 330

espontânea, reflexo 345

caráter das abstrações 441-3

abstrações razoáveis: *Grundrisse* 440-3

abstrações e generalidade para-si 652-4

Acaso (*Zufall, Zufälligkeit*)

cf. tb. causalidade *versus* casualidade

Volume 13

e causalidade 78-80

diferença economia/individualidade 78-80

versus necessidade 150-161

e possibilidade 161 e s.

e estatística 465-6

e lei 171, 631-3

concretização complementar da causalidade 171

determinação de reflexão com a necessidade 547

e legalidade geral 632-9

e trabalho 632-3

e lei econômica 634 e s.

e previsibilidade 635-7

fundamento ontológico 322, 647

Volume 14

classe e indivíduo 142-3
 e necessidade (Espinosa, Kant, Hegel etc.) 143-5
 e individuação e superação da alienação 725-6

Afastamento Barreira Inorgânica*Volume 14*

contraste com o ser social 49, 90-1
 mutismo/analogia afastamento barreiras naturais 148-9
 ação do ambiente 155-6
 momento predominante 156, 159
 espontânea necessidade biológica 167
 devir orgânico 204-5
 som, luz em sinais, etc. 514-5

Afastamento Barreira Natural (*Zurückweichen der Naturschranke*) e Alternativa (*Alternative*)*Volume 13*

definição 13, 261-4, 321 (momento primário)
 e categorias 321-2
 e ato singular 615-6 (alternativa)

Volume 14

afastamento barreira natural e alternativa 36-7
 trabalho e devir humano dos homens 43-5, 514-5
 definição 148

Afastamento Barreira Natural (*Zurückweichen der Naturschranke*)*Volume 13*

e capitalismo 75-6 (e casualidade indivíduo/sociedade)
 ampliação horizonte de possibilidades 172-81
 imanente causalidade 203, 678
 afastamento barreira natural 215-8, 261-2
 fundamento ontológico 263-4
 e queda taxa de lucro 601-2
 e def. 654

Volume 14

afastamento da barreira natural 08, 45-6
 e complexo de complexos 47-8
 e papel ativo, essencial, da consciência 90-1
 afastamento barreira natural 120-1 (e divisão social do trabalho)

e determinações naturais/sexo/ divisão de trabalho 120-1
 e valor de troca 123-4
 esfera biológica: base inexorável 128
 base biológica *versus* ser social 129
 afastamento barreira natural 138-9 (cidade/campo)
 novas categorias 146
 sociabilidade crescente 148
 base biológica do ser social 149
 trabalho como fundamento 150
 mutismo 153-4
 em-si e consciência do em-si 154
 esfera biológica polo da reprodução social 156
 devir biológico *versus* social / definição afastamento da barreira natural 158-9
 consciência e mutismo 176
 e natural *versus* social 204-5
 e evolução dos sentidos 243-4
 trabalho como fundamento 224-5
 momento predominante é o social 238
 e evolução dos sentidos 243-4
 e dialética pergunta/resposta 250-1
 novo *versus* prossecução da natureza 255-6
 escravismo e feudalismo 273, 277-9 (propriedade)
 e taxa média de lucro 278-80
 e mais-valia relativa 281-2
 e alienação 257, 514-5
 relação natural é social: *Manuscritos* 1844 516-9

Afetos (*Affekte*)

cf. tb. posição teleológica secundária (PTS)

Volume 14

o domínio consciente dos afetos 45, 67, 75 e 84 (valor), 527-8,
 origem afetos nas posição teleológica primárias 416-7, 639

A-historicidade

Volume 13

potência ideológica na história 90-6 (dos gregos a hoje),
versus caráter sintético da processualidade 92
 e separação ciência/filosofia 95-103,
 e Estado orgânico do romantismo 104-5

Alienação (*Entfremdung*) no capítulo “A alienação”

cf. tb. ter

Volume 14

é histórica 501-3, 509-10, 526, 543

def.: forças produtivas *versus* individuação 503-4, 652

desenvolvimento capacidade *versus* personalidade 504-5, 510

def: sua essência 505-6, 513-5, 514-7

(sensibilidade), 517-8 (sexualidade), 663, 670-1, 698-9 (Marx)

caráter social 508-9

alternativas históricas e posição teleológica singular 508-9

vivido imediato: alienação: ética e política 509-10

e individualidade; duas alienações; definição 510-12

alienação de quem aliena 519, 562

não ser digno; limites superação Antiguidade 519-21 (opressão da mulher), 530-1

personalidade e gênero: ultrapassagem do mutismo 524-7, 530-33 (sexualidade)

centrada no singular enquanto singular 526-7

obstáculo à não-particularidade do indivíduo 527-8

e sua ultrapassagem 528-9 (“subjetiva, consciente”), 530-3, 538 (permanente para

o singular), 551-3 (ato individual), 698 (súmula), 713 (independência singular/social)

pluralidade alienações 528-9, 552

em-si base ao para-si 529-30

e opressão da mulher 530-33

fundamento social 530-3, 551

arte *versus* trabalho : alienação 534-8, 621-

Partikularität adesão acrítica ao gênero 535-6, 622-5, 685-6 (reformismo) não é

condition humaine; papel da alienação 543-4

não é única forma de opressão 543

historicidade 545-7

citoyen e bourgeois 547-8

e indivíduo singular 551-2; 527-8, 530-3, 595-7

jamais estática 554

“elemento fundante imediato” 556 (vida cotidiana)

universalidade 561-2

de Hegel a Feuerbach a Marx 556-61, 561-2 (*citoyen x bourgeois*)

aspectos gerais, qualitativo estruturais 562-3

base material da alienação religiosa 564-6, 570, 641-3

alienação religiosa 567-8 (Hegel: “penumbra ontológica”), 568 (Kierkegaard),

605-7, 607-8 (função social), 609-10 (imediaticidade), 622-4 (generidade em si),

630-5 (dupla verdade), 634-5 e 641-4 (função social), 653

religião: tendência à universalidade 571-2

(ontologia da vida cotidiana), 608
 e coisificação 579-80, 585-6, 587-8 (fetichismo), 593-5 (alma versus corpo)
 coisificação e alienação 579-80, 582-3, 584 (e religião), 601-3, 604-5, 642-4
 da magia à religião 584-5, 639-40
 ciência: intensificação coisificação/alienação 586-7
 e Estado 605-6, 628 (e religião),
 e ciência, filosofia, arte 606, 677-82 (arte)
 da seita à Igreja 608-10 e 615-9 (diferença), 610-11, 611-3 (Calvinismo),
 613-6 (capitalismo), 615-7 e 622-5 (e para-si), 626-7 (S. Weil – transição)
 e fixação na *Partikularität* 627 (pós-1945), 633-4, 698
 alienação religiosa e neopositivismo 630
 diferença sec. XIX e hoje 635-9 (manipulação), 702-3
 determinações biológicas *versus* sociais 640-2
 gênese e desenvolvimento da alienação 642-4
 e coisificação na sociedade industrial 642-4
 e ética 649
 síntese do capítulo “até aqui” 656-7
 e sociedades pré-capitalistas 660-2, 682-6
 e ação do indivíduo 660-2 (pré-capitalismo)
 base objetiva: contra o economicismo 662-6
 e desenvolvimento social 668-9
 e ideologia 656-7, 669-70
 aspecto subjetivo-objetivo 670-1
 “rompimento” “subjetivo” pelo indivíduo 672-3
 capitalismo e perda do futuro 675-6
 e ideologias conservadoras 676
 e atos individuais 676-7
 arte e alienação no sec. XIX 677-8
 espaço de manobra dos indivíduos 679-80 (artistas)
 definição: indivíduo e alienação 681-2
 fundamento social e atividade unipessoal 682
 individuação e dedicação à causa: 685-8 (D. Quixote), 688-91 (qualidade da “causa”)
 socialismo, individuação, “causa” 686-90
 especificidade da alienação stalinista 690-2, 722-3
 limites à individuação pelo nazismo: alienação 693-5 (crítica totalitarismo)
 alienação hoje 696-7 (desideologização), 698-9, 725-6 (generalização)
 e categoria do “ter” 699-700
 “ter” e consumo de prestígio 700-1
 e cultura 701-2
 limites do tédio 705-7
 crise do sistema de manipulação 705-6, 708-12

exigência mínima para subversão da manipulação 711-2
 “conformismo não conformista” 711-2
 definição: e iniciativa individual, exteriorização 712-4
 gênese ontológica 713 (exteriorização)
 e “concepção de mundo” 714-6, 717-8 e 720 (crise), 718 (revoltas estudantes),
 728-9 (“incapacidade elites”)
 hoje 724-6
 hoje e arte 725
 acaso, individuação e superação da alienação 725-6

Alienação (*Entfremdung*) em outros capítulos

Volume 13

definição 193-7, 200-4, 205 (Feuerbach), 226-9 (e Hegel), 594-5
 apenas no ser social 193, 202-3
 via objetiva da generidade 201-210
 acima de tudo objetiva 203, 594-5
 e generidade não mais muda 193-200, 201-2
 e capitalismo 233-7
 religião: primeira alienação 248-9
 e Descartes e gnosiologia 249-50
 e manipulação 250-1
 hoje 255, 269-70
 hoje luta prevalente ideológica 255
 expressão da generalidade humana 269
 e »caráter dos indivíduos« 622

Volume 14

contradição/ base econômica e valores superiores/ economia *versus* desenvolvimento
 gênero humano autêntico 80-1
 contradição economia e seus efeitos valores 80-1
 e trabalho 94-5
 e vida plena de sentido 94-5
 e caráter alternativo dos atos singulares 202-3
 e »parcelamento da individualidade” 202-3
 e desenvolvimento forças produtivas 257, 285
 alienação e desantropomofização 276-7
 e manipulação 285
 e objetivação e exteriorização 354-5
 e exteriorização 354-5
 e ética 509-10
 e religião 579-81
 def. 667-8

Alienação (*Entfremdung*) e periodização

Volume 13

“entra na vida com o escravismo” 197

no início da história 248-9

Descartes, gnosiologia e alienação 249-51

Volume 14

toda história desde a escravidão 509-10

início da história e alienações 520-1

pólis e medievo; período moderno 527-9

Grécia: homem *versus* mulher 530-2

sociedade industrial; gênese, forma primitiva e desenvolvimento: periodização 642-4

escravidão: primeiro grau de alienação objetiva 669-70

Alimentação (*Nahrung*)

Volume 14

e alienação 517

Alternativas (*Alternativen*)

Volume 13

e negação 115-126 (Hegel, Espinosa, Engels),

e decisão (apenas no ser social) 223-4

homogeneização e gênese dos valores 502-3

e continuidade social 616-7 (valor de uso e troca)

e valor 677

Volume 14

e *dynamis* aristotélica 34

objetivação do reflexo e caráter de alternativa. 34-40

não há alternativa no reflexo animal 34-5

e trabalho 34-7

a escolha é uma cadeia de escolhas 35-6

a função do erro 36

mediação entre reflexo e causalidade posta 36-7

e barreiras naturais e o salto ontológico 36

é sempre concreta/ escolha não é objetivação 37-9

e germe ontológico da liberdade/papel da consciência 40-1

categoria mediadora entre possibilidade e realidade 41-3

e gnosiologia 42-3

diferença na esfera econômica e na moral 81-2

e a liberdade/ período de consequências 99-100

“crescente significado” das “decisões subjetivas” 113-4

diferença estrutura interna (exteriorização) 506-7
e política 454-5

Analogia (*Analogie*)

Volume 13

e primeiros momentos ser social 247-9
e ciência contemporânea, manipulação, *Partikularität* 251-3

Volume 14

aproximação da consciência ao real 377-8
e domínio do desconhecido nas PTP e PTS 409-10
e concepções ontológicas teleológicas 410-11
e desconhecido na vida cotidiana 574-5
e vida cotidiana 575-6 (e método duas vias: implícito)
origem da religião 576-81

Antecipações (*Voraussicht, Vorwegnahme*)

Volume 13

intelectuais, emotivas 206, 210 (transição comunismo)

Antropomorfização (*Anthropomorphisierung*)

cf. tb. desantropomorfização

Volume 14

arte e filosofia *versus* ciência 467-72

Aproximação (cat. da)

Volume 14

e a relação sujeito-objeto 87-8 (distância sujeito/objeto)
conhecimento é uma ampliação do ignorado 168

Arte (*Kunst*)

Volume 13

e ciência e filosofia 505-6
estrutura e gênese da obra de arte/ desenvolvimento desigual 660-64

Volume 14

diferença com a religião 466-7, 620-2 (arte)
filosofia *versus* arte 470-1
individuação e arte 471-2
arte como ideologia pura 472-8

e filosofia enquanto ideologias puras 480-3, 484-5
 função social da filosofia e da arte 484-5 (gênese e duração), 534-6 (arte),
 620-2 (e grande arte)
 e emancipação 485-7, 533-5
 arte *versus* trabalho : alienação 534-6
 generidade em-si, arte, artista 534-7
 arte *versus* economia: generalidade para-si 536-9
 receptividade 537
 ideologias superiores puras, arte e filosofia 618-9
 generidade em si e para si 620-1
 e religião e ultrapassagem generidade em si 621-7
 arte e alienação no sec. XIX 677-81
 como ideologia 677-9
 e superação alienação 678-80
 fonte informações ontológico-sociais 687
 e desideologização 701
 arte, capitalismo e alienação hoje 725-6

Atomismo (*Atomismus*)

cf. ciência

Autenticidade (*Echtheit*)

cf. tb. sentido da existência

Volume 14

fundamento ontológico 86

vida plena de sentido 94-6

Autonomia (*Autonomie, Selbständigkeit*) relativa dos complexos

Volume 14

Direito e economia 79-80

trabalho e dualidade alma x corpo 95-6

economia e outros complexos sociais 211-2

Beco sem saída (na história) (*Sackgasse*)

Volume 13

e esfera da vida 44, 102, 135

e desenvolvimento desigual 256-7 (modo produção asiático), 265-6, 290,
 649-50, 659-61 (e arte)

e alternativas 618

sociedades primitivas *versus* capitalismo 670-1

Volume 14

no escravismo e no feudalismo 269

modo de produção pré-capitalistas 445-6

Capitalismo (Kapitalismus)

cf. tb. Beco sem saída

Volume 14

contemporâneo 280

primeira formação social 288-90

e modos de produção anteriores 660-1

Caso “clássico”*Volume 13*

classicidade em Marx 265-7, 646-50

e socialismo soviético 649-50

Catarse (Katharsis)*Volume 14*

catarse estética 473-5

Categorias (Kategorien)*Volume 13*

e essência e historicidade 35-6, 314-6

gênese e desenvolvimento historicidade 36-8, 103

categorias 128-9, 129-143 (Hegel), 572-3, 605-7

e lógica e gnosiologia (necessidade) 145-50

categorias modais enquanto complexo 128-31, 131-43, 144-50,

problema atual das categorias 144-5, 177, 180,

categorias modais em Marx (necessidade) 148-50

formas de ser 127, 134-5, 179, 211-221

súmula da discussão sobre categorias 211

formas de ser... 271-6, 277 (generidade processual/existente), 310-11 (o essencial)

categorias em Marx e no pensamento burguês 237-8

e historicidade e práxis 241-3

formas de ser e do pensamento 255-6, 261

constituição processual das categorias 255-6

categorias, generalidade ontológica, continuidade 274-84

e experimento 278

fundamentos ontológicos de Marx 310 e ss. (ser é ser objetivo), 326-8

“categoria significa” (def.) 311
 e afastamento barreiras naturais 321-2
 categorias modais e Hegel 544 e ss.

Volume 14

trabalho, formas de ser 27, 703
 “formas de ser” e conhecimento 171

Causalidade *versus* Casualidade (*Kausalität, Zufälligkeit*)

cf. tb. teleologia, universal *versus* singular, categorias modais

Volume 13

e valores 74
 gênero *versus* singular humanos 44-7, 77-8
 e acaso 78, 171
 caráter se-então 102-106
 necessidade e casualidade 151-2, 160, 464-7 (e Hartmann)
 casualidade 154-6, 156-60 (no ser social)
 contra causalidade mecânica 157-8
 “Em suma...” 172
 definição causalidade 283
 fundamento ontológico do acaso 647

Volume 14

causalidade: “princípio de automovimento posto a partir de si próprio” 13
 e teleologia 17, 297-8
 casualidade *versus* causalidade 106-7
 no ser social 144
 ser biológico/ser social 290-3
 capitalismo: relações sociais puras : acaso e necessidade 445-6
 nexos causais não são teleológicos 464
 teleologia no singular *versus* causalidade pura 504
 casualidade e vida dos seres humanos 550-1
 acaso *versus* necessidade 551-2
 casualidade e causalidade na alienação hoje 726-7

Causalidade posta (*gesetzte Kausalität*)

cf. tb. dever

Volume 14

Causalidade posta 17, 19-20, 26-36, 52-1, 60-2
 cadeias causais e finalidade 60-1

Ciência (*Wissenschaft*)

Volume 13

e correção ontológica 27-8
 distinção com a ontologia e problemas 28 (desantropomorfização)
 e capitalismo/ ontologia e gnosiologia 29-31
 função ideológica da dupla verdade 32
 e vida cotidiana, método 33-4
 a-historicidade e separação ciência/filosofia 96-103
 gnosiologia e positivismo: religião e mercado 96-8
 atomismo e prioridade do complexo 93
 fundamento ontológico 187-9, 371
 crítica ciência contemporânea/manipulação 217-19, 363-70
 crítica ciência contemporânea/experiência 218-22
 e ideologia e ontologia 221-2, 298 (manipulação)
 cientificidade 237-8
 ciência, filosofia, linguagem e práxis 245-6
 historicidade, ciência e filosofia 246-8
 fundamento ontológico inseparabilidade ciência/filosofia 254-5, 258
 fundamento ontológico da ciência, filosofia 255 (e experimento), 271-3, 289
 função social 297-8
 ciência e filosofia 540-1, 591

Volume 14

e trabalho 21-5, 36-8
 trabalho e gênese da ciência 24-25, 49-50
 generalização e desantropomorfização/diferença com o reflexo no
 trabalho/articulação com a causalidade posta “imperante” 54-5
 reflexo, generalização e ontologia geral 55
 experimento científico, matemática e ontologia 57-8
 ciência e manipulação 59
 ciência, filosofia, totalidade, *intentio obliqua* 60
 e manipulação 107-9
 e vida cotidiana, papel da desantropomorfização 378
 e valor 385
 ciência e vida cotidiana 385-9 (dupla verdade), 487-90
 crítica ontológica, *intentio recta/obliqua*, ciência 390-1
 conhecível *versus* inconhecível: ciência e magia 408-9
 filosofia *versus* ciência 467-9
 função ontológica da ciência 489, 490-4
 ciência *versus* filosofia 495-6
 e superação ontologia vida cotidiana 572-3
 e religião 607-8 (alienação)

Citoyen/Bourgeois*Volume 13*

citoyen/bourgeois 231 e ss.
 domínio da particularidade 232-5
 e stalinismo 236-7

Volume 14

citoyen versus *bourgeois*: alienação 547-8, 560-1
 e crítica à religião 561

Classes (*Klassen*)*Volume 13*

e generidade 70-1
 e método em *Das Kapital* 603

Volume 14

trabalho e classes sociais 139-40
 função modificadora da consciência no ser das classes 140-1
 partes da totalidade e em referência às outras classes 141
 e ação dos indivíduos 141
 classes sociais 183-4, 211-3 (e escravismo), 216-7, 220 (e economia), 289-90, 444-50
 fundamento ontológico das classes 220-1, 222
 condição histórica classe revolucionária 450-1

Classicidade*Volume 13*

e Marx 646-51

Coisalidade (*Dinghaftigkeit*)

cf. materialidade

Coisificação (*Verdinglichung*)*Volume 13*

desaparecer da gênese 571-2, 590-1

Volume 14

e ideologia, e vida cotidiana 477-8
 e trabalho manual *versus* intelectual, e Newton 478-9
 e Marx 479 e ss.
 e religião, e Marx 577-8
 e vida cotidiana 579-80 (e alienação)

Marx, *O Capital* 580-1 (fetichismo)
 determinação marxiana da coisificação 580 e ss.
 e trabalho 581-2
 coisificação “inocente” e verdadeira 578-84
 e capital, “forma espectral” 583-4
 da magia à religião 584-5
 fundamento da coisificação religiosa 585-6, 588
 sociabilização e coisificação 586-7, 587-8 (fetichismo), 589
 método gnosiológico, Heidegger, Husserl 589-90
 e vida privada 590-2
 e transcendência 592-4
 e alienação religiosa / negação da historicidade 592-7
 e mercadoria 597-8
 e ciência, racionalismo e nazismo 598-600
 do marxismo 599 (Stalin)
 prioridade da vida cotidiana nas coisificações 599-600, 601-2 (retorno mitos)
 coisificação é “meio ideológico” 601-3
 mediação da alienação 601-3
 ser e dever, coisificação na vida cotidiana 601-3 (Direito)
 e afastamento das barreiras naturais 637-8
 fundamento ontológico-prático 637-9
 e religião 642
 coisificação e alienação 642-5, 693-4

Coleta (*Sammeln*)

Volume 14

forma inicial do trabalho 69
 antes do trabalho “em sentido próprio” 340

Complexos (*Komplexen*)

Volume 13

e historicidade 624-5
 complexos naturais *versus* sociais 625-6

Volume 14

e salto ontológico 49
 tudo é complexo 119

Complexo de complexos (*Komplex aus Komplexen*)

Volume 13

def. 103-4, 181-2, 628
 e método 105-8

Volume 14

todo grau de ser é complexo de complexos 7
 e ser social, todo: momento predominante 119-20
 e peculiaridade reprodução social 127-8
 vida e morte dos complexos 179-80, 196-7
 determinabilidade sem limites precisos 180, 201-2
 independência complexos singulares e prioridade da totalidade 199-200, 218-22
 (esfera econômica), 227, 253-4 (e Hegel)
 economia: momento predominante 218
 complexos e unitariedade do ser 348-9

Concepção de mundo (*Weltanschauung*)

cf. tb. imagem de mundo (*Weltbild*)

Volume 13

e unitariedade do ser social 225-6
 e vida cotidiana 226-7

Volume 14

e determinação social/ poder social 58
 e vida cotidiana 375-8
 e alienação 714-5
 e analogia 409-11

Conhecimento (*Kenntnis, Erkenntnis*)

cf. tb. sujeito versus objeto

Volume 13

e prioridade do ser 255, 316-7, 328
 e trabalho 286
 caráter *post-festum* 287, 288-92 (e generidade e singularidade), 303-4, 317-20
 e práxis 327-8
 “gnosologia do marxismo”, “dialética da subjetividade” 530
 “aproximação” 638

Volume 14

conhecimento e trabalho 47-8, 54-5
 e liberdade 100-3, 103-4 (Hegel), 104-5 (Engels)
 aproximação 171-2,
 e limites conhecimento cotidiano 219, 375-7
 prioridade ser, independência reflexo 348-54
 do ser social e da natureza 367-8 (incerteza)
 relação conhecimento/desconhecido 408-10 (analogia)
 e ontologia da vida cotidiana 408-11, 413

Consciência (*Bewußtsein*)

cf tb. falso socialmente necessário

Volume 13

necessária mediação do ser social 76-7, 314-5, 322

limite na vida cotidiana 221

“de fora” e mais-valia relativa (Lenin, Rosa) 235-6, 666-7

limites concepção “de fora” de Lenin 236

realização e expressão generalidade/mutismo 243-5

momento imperativo, fundante 244

e subsunção real 255

não é epifenômeno 522

Volume 14

não é epifenômeno 27-8

“princípio remodelador, neoformador” 27-8

epifenômeno nos animais 26-7, 34

instrumento da reprodução 49-50

relação sujeito/objeto; “distanciamento” 56, 87-8

consciência e exteriorização, não é epifenômeno 90-1, 237-8

fundamento ontológico 91-2 (e corpo biológico), 463-4

de classe 140-1

realização parcial do para-si, dever 161

órgão e médium da continuidade (continuidade social *versus* natural) 160-1,

162, 164, 202

e continuidade social 161-4

consciência para-si; valor e consciência para-si 161

e memória 164

e linguagem 168-9

não epifenômeno 176-7

em-si em processo ao para-si da generidade 176, 239-40

consciência falsa e universalidade 201

imediatamente do indivíduo 239

e objetividade 255

e vida cotidiana 463 (hoje)

falsamente necessária 290

em-si e para-si 517-55 (mais longa passagem)

reflexo, distinção sujeito-objeto, coisificação 578-84

Continuidade (*Kontinuität*)

cf. tb. essência (*Wesen*)

Volume 13

e desenvolvimento ascendente 50-1

ser social 68,
 Hegel e unitariedade ontológica 131-4
 universal 136-7
 e historicidade 143-4,
 generalidade ontológica e “persistir” 274
 presente: passagem passado ao futuro 228
 e generalidade e singularidade 283
 e substância 613-6, 681-2
 peculiaridade social 616-7 (e alternativa)
 dos valores autênticos 681-3

Volume 14

continuidade e substância 83
 e educação 134-5
 e reprodução social 159-60
 e ser social e na natureza 160
 particularidade continuidade social 160, 162, 175-6
 e consciência: continuidade social *versus* natural 161-5, 167-9 (sinal x palavra)
 e conexão indivíduo-gênero 161-2
 consciência: produto e expressão continuidade 163, 164 (portadora e mantenedora), 168-9
 e consciência como órgão, médium, da continuidade 161-5
 e linguagem 165-9
 no ser social 175-6
 e ruptura: Direito 196
 e essência e fenômeno 329
 e substância que se conserva 368-9 (e individuação)
 e essência indivíduo 402-3
 e ser social; exteriorização; ser e devir 417-8
 concreta e desigual 525-6
 e passado 673-5

Contraditoriedade (*Widersprüchlichkeit*)

cf. identidade da identidade com a não-identidade
 cf. desenvolvimento desigual

Volume 13

e desenvolvimento desigual 650 e ss.
 e dinâmica ontológica 566-8

Volume 14

e integração dos complexos sociais /desenvolvimento genérico e alienação 80-1
 e desigualdade no desenvolvimento histórico 82-3
 base ontológica 362-3

Cotidianeidade (*Alltagstätigkeit*)

cf. vida cotidiana

Crítica ontológica (*ontologische Kritik*)

cf. tb. método

Volume 13

e Engels, Hegel e a negação 115-20, 121-128,
princípio metodológico básico decisivo 640-2

Desantropomorfização/Antropomorfização (*Desanthropomorphisierung, Anthropomorphisierung*)

Volume 13

função social, def. 27-8

e capitalismo/ ontologia e gnosiologia 28

e vida cotidiana, método 28

Volume 14

e gênese da ciência e trabalho 49-50

e generalização 49-50, 55

e Revolução Industrial 275-7

pressupõe a objetivação 377-8

“instrumento intelectual” para o conhecimento 379

antropomorfização 379-80

Desenvolvimento desigual (*ungleichmäßige Entwicklung*)

cf. contraditoriedade

cf. id. da id. com a não-identidade.

Volume 13

e Marx 177-79, 189-192, 651-64 (arte), 665 e ss. (Direito)

e história 198

“imaneente movimento legal” 630

fator objetivo e subjetivo 652-3 (Lenin)

e Marx e Direito 655-60

Volume 14

e gênero humano 153

e realizações precoces 259 (Homero)

Determinabilidade versus necessidade (*Determiniertheit versus Notwendigkeit*)

Volume 14

e liberdade 102-3

Determinação de reflexão (*Reflexionsbestimmung*)

Volume 13

e Hegel 128, 140-1, 527-8, 531-8, 540-5, 548-9, 553-8

e Kant 528

no pensamento e na objetividade 557

e Marx 605 e ss.

e momento predominante 607

quantidade-qualidade 629

Volume 14

na consciência e na objetividade 139

generidade e singularidade 330

e Hegel 357

Dever (*Sollen*)

cf. tb. valor

Volume 13

Renascimento e período moderno 83-4, 471-5

e práxis 118-9

valor e meio homogêneo 502-3

Volume 14

concepção dualista idealista 26

dever e ato teleológico: momento determinante imediato 60-1, 62

futuro determina a ação presente. 60-1

“forma originária” do dever 60-1

“caráter ontológico do dever” 60-4

métodos equivocados de se tratar o dever 63

fetichização do dever em Kant 63-4

crítica de Hegel a Kant / limite 64

Hegel na *Enciclopédia*: avanço importante 65

e ação sobre a subjetividade; sua objetividade 65-6

gênese ontológica do dever no trabalho 66

no trabalho e na posição teleológica secundária 67

no trabalho: fundamento da gênese do dever 67

dever no trabalho e nas suas formas mais elevadas 68

dever e valor: conexões e diferenças 68-9, 152

e Direito 193-7

e ideologia 464-5

origem do dever 602-3

Dialética (*Dialektik*)*Volume 13*

Definição: legalidade objetiva, universal 395-6

Volume 14

dialética contraditória do desenvolvimento 123

Direito natural (*Naturrecht*)*Volume 14*

e reprodução 184-5, 193-5

Direito (*Recht*)*Volume 13*

contraditoriedade inerente 655-60

gênese e contraditoriedade 665-60

Volume 14

objetividade dos valores/ relação economia 79-80, 198

gênese 183, 196

e a moral e a ética na polis e na república romana 184-5

evolução do Direito 185-189

caráter de classe 185-6, 197-8

e Direito natural 185, 194

“sistema unitário de instruções” 197-8

fetichismo do Direito: positivismo 196-7

“reconhecimento oficial do fato” 189-93

lei geral x caso singular 193, 195-6 (*Crítica Programa de Gotha*)

diferença com economia 193-4

função social do Direito Positivo: manipulação 198

e guerra civil 218

forma e conteúdo 253-4

e ideologia 427-9

e exteriorização 429

e falsidade ideológica 429-30

e moral, costume 431-2

força sobre humana/ fetichismo do Direito 431-2

objetivação do para-si 542-3

e coisificação 601-3

Divisão do trabalho (*Teilung der Arbeit*)

cf. tb. divisão técnica do trabalho

Volume 13

diferença com a natureza 52-3
 divisão “social” e “técnica” 135
 campo manobra para as individualidades 173-4
 e gênese linguagem 186
 e subjetividade 263-4

Volume 14

resultado orgânico necessário do trabalho 12, 118-9, 135-7
 e sexualidade 120
 “autêntica divisão do trabalho” “determinada pela tecnologia” 121
 divisão técnica e divisão social 120-1, 135-6
 divisão do trabalho e posição teleológica primária e secundária 136-7
 e divisão cidade e campo 137-9
 trabalho físico e intelectual 138

Dualidade ontológica

cf. tb. substância social
 cf. tb. formas ontológicas misturadas

Volume 13

contra o dualismo ontológico 13-4, 284-5, 328-9
 unitariedade e dualidade do ser social 59-60
 duplicidade/unidade 62
 dupla determinação 562-3
 formas ontológicas misturadas 565
 e unitariedade social 588-9, 593-4, 626-7

Volume 14

alma e corpo 91-7, 299-302, 521 (fenomenologia), 538-9 (e Kant)
 contra o dualismo 93-4
 e magia 95-7
 e marxismo vulgar 298-9 (e stalinismo)
 e alienação 593-4 (alienação), 595-7 (pecado original), 642-3
 e alienação religiosa 630-1 (dupla verdade)

Economia (*Ökonomie*)

cf. tb. prioridade ontológica
 cf. tb. momento predominante

Volume 13

“base material” das “formas decisivas” do ser social 235-6
 e Engels e ideologia 676-7

Volume 14

diferença entre trabalho e economia 74-5
 à economia cabe a função primária, fundante 78, 257
 posição teleológica primária e secundária (trabalho, economia, outros complexos) 79-80
 univocidade e antagonismos 80-2
 leis econômicas determinam reprodução 144
 delimitação 208
 e violência 209-10, 657-8
 momento predominante 218
 economia e marxismo vulgar 227-8
 especificidade ontológica 257
 autonomia e relação com os atos teleológicos 300-1
 subjetividade *versus* realidade; economia *versus* reprodução 301-2
 e essência e fenômeno 316-23
 momento predominante 411-2
 e reino da necessidade, leis econômicas fundamentais 458-9
 prioridade ontológica 461-2
 economia e possibilidade 519-20
 estrutura objetivação-alienação 540-1
 economia e vida cotidiana 555-6
 e violência 657-8

Educação (*Erziehung*)*Volume 14*

ampla e restrita 133
 educação, aristocracia inglesa 133-4
 e continuidade 134-5
 def. educação ampla 242-3

Elemento*Volume 13*

caráter de complexo e totalidade 581-2

Volume 14

parte do todo 233-4
 “formas elementares do ser social” 448-9

Emancipação (*Emanzipation*)*Volume 14*

e ideologias “puras” 485-6
 definição e filosofia e arte 485-7
 sentidos e propriedade privada 514-5

sexualidade e emancipação 531-4
 e arte 533-4
citoyen versus *bourgeois*, revolução social 561-2
 caráter prático 562-3

Empirismo

Volume 13
 crítica 640-2

Engels

Volume 13
 crítica à rígida necessidade 79
 idealismo em Feuerbach e o *Fim da filosofia...* 107
 contra o marxismo vulgar 111-2
 e a herança hegeliana, negação da negação 113-27
 e a negação 120-7
 e Dialética da Natureza 141-4
 e Hegel, liberdade e necessidade 259-60
 lógica e história despojada dos fatos 643-4
 retorno de Engels a Hegel, método 120-7, 575, 643-6
 e a prioridade do econômico 676-7 (contra vulgarizações)

Volume 14
 indivíduo e totalidade 227-8
 Revolução Francesa/finalidade e resultado final 420-1

Esferas Ontológicas

Volume 13
 articulação e diferença 8, 13, 26, 279-80, 288 (generidade e singularidade), 318-21
 e método e materialismo 8, 106, 316-7, 325-8
 necessária coexistência 42-3
 e dialética/Sartre 395-6

Volume 14
 articulação e diferença 7-9, 89-91, 128-30, 136-7, 155-8
 e materialismo 127-8, 145-6
 darwinismo social 142-3
 esferas ontológicas 146-155, 204-5
 e valoração 208
 “específico” do ser social 214-6
 “refuncionalização” 256

Espontaneidade (*Spontaneität*)*Volume 14*

vontade consciente e o espontâneo 159
 espontaneidade: síntese dos atos singulares; resultante papel ativo dos indivíduos 177-8, 193
 e tempo de trabalho socialmente necessário 193-4
 e totalidade no capitalismo 281-3

Essência *versus* fenômeno (*Wesen versus Erscheinung, Phänomen*)*Volume 13*

categorias e historicidade 35-6, 212, 315-6
 “ensemble” relações sociais 38-9, 45,
 não há essência individual 40-3
 e a-historicidade 297-8
 continuidade 197-8, 274-5
 e permanência 311
 definição 532-3
 em Hegel 533-5
 e contraditoriedade 570-1
 a questão do progresso 594-5
 fenômeno é tão real quanto o ser 618
 e totalidade 618-9
 alienação e esfera fenomênica 621
 e valor/ fenômeno e essência igualmente sociais 621-3
 essência e fenômeno na vida cotidiana 622-3
 e desenvolvimento desigual 650-2

Volume 14

igualmente existentes 80-1, 206-7, 319-20 (mais-valia x lucro), 330, 362, 372
 definição substância, continuidade 83
 consciência *versus* corpo; vida cotidiana 90-4, 368-9
 articulação das três esferas ontológicas 91-2
 Manuscritos 1844 132-3
 realização da generidade, segunda natureza 206-7
 e historicidade 226
 finalidade *versus* essência 236-7
 totalidade *versus* atos singulares: possibilidades 236-7
 e objetivação 236
 e capitalismo (cit. de Marx): manipulação 285
 não é “limite” da história 249-50
 essência, fenômeno e historicidade 295-6

ser social *versus* natureza 307, 314-6
 exemplo genérico; essência/fenômeno, economia, valor de troca 316-22
 Hegel; conteúdo *versus* forma 324-5, 333-4
 e processo; continuidade 324-9
 “o que os separa”: continuidade 329
 e universal *versus* singular 329-30
 continuidade; linha tendencial 330-3, 325-6
 duração e mudança 330-3 (Goethe)
 “corporificação da duração na mudança” 331-2
 essência, continuidade e momento predominante 325-6, 333-4, 368-9 (indivíduo)
 essência *versus* fenômeno, possibilidades 334-5
 e forma e conteúdo 325
 gênese e essência 401-2
 reais, necessário; unitariedade; Hegel 421-2
 “produção do fenômeno”/ “essência da essência” 422
 e ser social 421-3
 unitariedade imediata 423-5
 essência: “possibilidade objetiva” 425
 e unidade Direito, política e economia 433-4
 essência é realidade 438
 e revolução 454-5
 e possibilidade 455-6 (revoluções)
 necessidade social *versus* atos individuais 512-3
 continuidade; coisificação 593-4
 e substância: questão decisiva da ontologia 595-7
 e alienação 649-50
 e continuidade 730

Essência e generidade (*Wesen e Gattungsmäßigkeit*)

Volume 13

gênero “ensemble” relações sociais 38-9, 45, 51, 81, 241-2
 história = “contínua transformação natureza humana” 197

Volume 14

essência e realização da generidade humana 206-7
 e historicidade 249-50

Estado (*Staat*)

Volume 14

gênese: classes sociais 182-3, 188 (polis), 190-1, 199, 217, 222, 226-7, 605-7

Estatística

Volume 13
e acaso 464-5

Ética (*Ethik*)

Volume 13
Grécia 206
“ética científica” e crítica religiosidade 351
ética 595
racionalidade ontológica e ética 636

Volume 14
ética abstrata 07
liberdade, trabalho e ética 42-3, 113
domínio consciente dos afetos e o desenvolvimento humano; problema capital 45
e constituição das práxis mais elevadas 55-6
crítica a Kant na Ética 63
efeito do dever sobre a subjetividade: trabalho 66-7
e diferença do trabalho 68-9
as concepções dualistas idealistas e a Ética 72
ética: os valores e as suas realizações 82-3
contraditoriedade dos valores e ética 86-7
sentido existência (implícito fundamento da ética) 94
e liberdade 97 e ss.
e comportamento ético 113
ética (sem mencionar) 154-5, 161
e moral na polis e na República Romana: Direito e ligada ao Estado 184
moral, ética e direito na Antiguidade 184-5
Direito, Moral e Ética 186-7
questões a serem tratadas na ética 187
ética e moral 193-5
interação entre direito, moral, ética e religião 197
Ética: dialética concreta dos valores 248-9
ética e comunismo; gênero 296-7
função social 293
estrutura ontológica da ética 293-4
gênero em si e para si (salto) 362-3, 367
“componente orgânico do ser social” 370-1
crítica a Weber e Kant 370-1
objetivação/exteriorização: unitariedade/conflicto: ética 370-2
e política e alienação 509-10

vivido imediato: alienação: ética e política 509-10
 ética idealista 538-40
 decisões formalmente éticas nas obras de arte, filosofia, etc. 540
 referência à ética 541-2
 ética na polis 589-91
 e alienação 649-50
 dedicação à causa revolucionária e Ética 686-7

Existencialismo (*Existentialismus*)

Volume 13

fundamento gnosiológico 8
 “polo oposto” ao neopositivismo 372

Volume 14

autonomização absoluta do indivíduo 202-3

Exteriorização (*Entäußerung*)

cf. tb. objetivação, individuação

Volume 14

efeitos do trabalho no sujeito 42-5, 60-3 (implícito), 114-6, 358-72, 376-78, 380-5
 “questão central”: “domínio consciente de si próprio” 90
 polo da reprodução social 158-60
 e objetivação e generidade 205-6
 e individualidade 237-40, 364, 365-7, 511
 objetivação *versus* exteriorização: limites *vis a vis* 354, 364 (singularidade),
 369-71, 373-80
 e objetivação/ Hegel: exteriorização e alienação 355
 exteriorização *versus* objetivação na história 358, 364-5, 369-70
 objetivação *versus* exteriorização : definição 358-63, 402, 505-7,
 505-8 (desigualdade), 667
 e objetivação, momento predominante 360-1, 370-1
 e gênero não mais mudo 362-4, 365-6 (possibilidade)
 caráter universal 364 e 367
 caráter positivo 364 e 367
 objetivação e exteriorização: unitariedade e conflito: ética 370-1
 sem exteriorização não há individuação 366-7
 e vida quotidiana 367-73 (e objetivação)
 objetiva interioridade do ser humano 367
 individuação 368-9
 peso maior exteriorização/ vida cotidiana 380-5,
 538-9 (posições teleológicas singulares)

e ser e valor 385
 e objetivação, universal e singular 402-3
 diferença entre exteriorização e objetivação 402
 e posição teleológica secundária: comunicação 406-7
 e objetivação 417-9
 e nova continuidade 417
 objetivação e exteriorização 417, 464, 713-4
 e objetivação: formas elementares de sociabilidade 448-9 (linguagem)
 e gênese das ideologias 464-6
 diferença objetivação 505-6
 e trabalho 506
 “momento subjetivo de peso do trabalho” 713
 como fundamenta alienação 713-4

Falsa consciência (*falsches Bewußtsein*)

cf. ontologias fictícias
 cf. Direito

Falso socialmente necessário

cf. ontologias fictícias
 cf. religião

Volume 13

e Direito 83, 201
 objetividade “fantasmagórica” 224-7
 “teoria falsa”, “resultado correto” 316
 ilusões frutífera 662-3
 e valores 686-7
 “momentos operantes” 570-1
 e coisificação, alienação, fetichização 592-3

Volume 14

ciência e religião 49-52
 e independência do reflexo 49-50
 e praxis 59-60
 base de ser falsas ontologias 91-2, 389-90
 e Direito 189, 211, 429-30
 e *ratio* 223-4
 “falsa consciência... socialmente necessária” 290
 e vida cotidiana 385-7, 388-90
 falsas ontologias e ciência 408-9
 e ideologias “bestas” 413-4
 “drástica inverdade” 695

Fator subjetivo (*subjektive Faktor*)

cf. tb. ideologia, alienação

Volume 13

e revolução 191-2

Volume 14

raio de ação 448

e objetividade 447-8

e crise revolucionária 448-54

fundamento ontológico 459-60

e filosofia 468-70

e sexualidade 532

Fenômeno (*Erscheinung, Phänomen*)

cf. tb. essência

Volume 13

“algo existente” 618, 621

Volume 14

existente tal como essência 81, 82-3, 206-7, 319-20 (lucro e mais-valia)

unidade com essência (política) 433

Fetichismo complexos parciais

Volume 14

método e fetichismo 202

e continuidade 324-9, 333-5 (Hegel)

Finalidade (*Ziel*)

cf. posição de fim

cf. teleologia

Volume 14

posição de fim e alternativa 34

finalidade e transformação da natureza 53-4

meio e fim nas posição teleológica primária e secundária 112

Ferramentas

Volume 14

crítica homem animal que constrói ferramentas 45

Filosofia*Volume 13*

relação ciência/ontologia/cotidiano 429

Volume 14

gênese e ciência 289, 467-8

filosofia *versus* ciência 289, 468-9

forma pura de ideologia 466

diferença com a religião 467-8

voltada aos conflitos humano-genéricos 468-9

filosofia *versus* política 469-70

objeto central da filo; *versus* arte 470-1

função social da filo e da arte 484-5

e emancipação 485-6

Forma *versus* conteúdo*Volume 13*

categoria da forma 129-30, 173-4, 275-81 (no orgânico e no social),

forma e conteúdo 676-7

Volume 14

lógica formal: forma *versus* conteúdo 430-2 (Direito)

Formas ontológicas misturadas*Volume 13*

formas ontológicas misturadas 565-6

Generalização (*Verallgemeinerung*)

cf. universal *versus* singular

Volume 13

forçosa e espontânea 39

difusão e aperfeiçoamento objetivos 267-8

e adaptação ativa 294

Volume 14

generalização no trabalho e gênese da ciência, desantropomorfização 49-50, 350-1

ciência, reflexo e questões ontológicas gerais 55-6

e criação do novo 205

ato singular, concretude 233

“processos primários reais” 330

objetivação sempre universal 341-2
 e abstração 346
 e linguagem 346
 espontânea e necessária 345-7, 376 (vida cotidiana), 377-8
 generalização e reflexo (valor) 349-50
 generalização (síntese) 350-1, 419-21 (e ideologia)
 e exteriorização e objetivação 417-9, 449
 força motriz da vida humana 454
 dirimir conflitos é generalizar 474

Generidade/Gênero humano/ (*Gattungsmäßigkeit/Menschengattung*)

cf. tb. linguagem

Volume 13

“elementar propriedade básica objetiva” 39
 critério ontológico determinante do desenvolvimento da humanidade 40
 tão real quanto singular 41-2
 centralidade em Marx; mutismo 41, 85
 generidade muda: apenas ser biológico 41-7, 664-5
 não mais muda e relação sujeito-objeto/da singularidade à individualidade 44-5
 conjunto (*ensemble*) relações sociais 38, 39, 45, 51-2, 81
 fundamento objetivo generidade social 52, 277-8, 670-1
 não mais muda 61-2, 68, 75-6
 e história 65-6, 68-9, 76-8
 generalidade da totalidade e da individualidade 68-9, 72, 191-211, 665-9
 definição 70-1, 241
 síntese processual/generalidade autêntica 72-3
 “verdadeira fisionomia ontológica” 72-6, 77-8
 e essência individual 80-1
 presente na vida cotidiana 84
 processo de constituição 180-87, 322
 e traduzibilidade 186-8
 seu desdobramento objetivo 201-211, 671-3 (prioridade econômico/
 “produto necessário-não-intencional”)
 muda e não-muda 201-211, 244-8
 generalidade ontológica (“real tendência causal”) 264-5, 274-6
 gênero humano *versus* gênero natural 264-5, 268, 664-74
 é tb. história das alienações 269
 síntese atos singulares 640-1
 em-si e para-si 670
 dos bandos ao gênero posto 670-1

Volume 14

e trabalho 77-8
 antíteses com o desenvolvimento dos indivíduos/ alienação 80-1
 e liberdade 114-5
 gênero e mercado/ gênero e consciência 129
 gênero e indivíduo / forças produtivas e indivíduo 135-6
 gênero e mutismo 135-6, 160-1
 e conscienciosidade, historicidade 160-1
 e para-si 161
 e maioria dos atos políticos 163
 morte *versus* vida no ser social e natureza 179-81
 definição generidade 245, 522 (elementar, espontâneo),
 645 (processo espontâneo)
 histórico” 248, 522
 conexão com a *Partikularität* 247-9
 coexistência diferentes níveis de generidade 248-9
 totalidade momento predominante 252
 objetividade social é sempre geral 346
 generalidade e mutismo 362-3 (em-si e para-si)
 em-si e para-si 362-83
 “a generidade ... adquiriu uma figura plástica [que a] individualidade” 247
 síntese atos singulares 424-6 (e essência), 645
 e exteriorização e objetivação 464
 em si cria sempre espaço ao para si 536-7
 gênese e estrutura do para-si 521-3
 generidade para-si 520 (“socialmente ineliminável”), 522 (“processo real”)
 em-si e para-si 523-4, 528-30, 548-9, 645
 e individualidade 524-8, 624-8
 em-si, arte, artista 533-7
 arte *versus* economia generalidade para-si 536-9
 tradição, direito e generalidade para-si 541-2
 em-si *versus* para-si 548-9, 645-52 (personalidade), 685-6 (práxis revolucionária)

Generalidade (*Allgemeinheit*)

cf. singularidade, generalidade humana, universal *versus* singular

Volume 13

categoria universal 44

Volume 14

é real antes de ser pensada 330, 454

Gênese (*Genesis*)*Volume 13*

“similaridade” “gênese” e “desdobrar-se” 37
 e categorias e historicidade 38-9
 salto qualitativo e abordagem genética 563-4
 abordagem genética e método 444-8 (Hartmann), 580-1, 587

Volume 14

gênese simultânea (“segundo a essência”) trabalho e linguagem 10
 gênese ontológica 49 (salto)

Geral versus singular (*Allgemein/Allgemeinheit versus Einzel/Einzelheit*)

cf. método

Volume 13

e linguagem, individualidade e generidade 40-50
 lei geral versus caso particular (Engels) 124-5
 “determinações ontológicas elementares” 278-9
 generalidade e singularidade nas 3 esferas ontológicas 280-1
 a taxa média de lucro (em *Das Kapital*) 601-2
 e tendências econômicas universais 610-11

Volume 14

totalidade e atos singulares 76
 a segunda natureza 110
 e acaso 143
 e espontaneidade 177 (linguagem)
 no social, o singular é sempre mediado pela consciência 202, 522-3
 enquanto processos do real 329-30
 “leis da essência do desenvolvimento ontológico” 458-9

Gnosiologia versus ontologia (*Erkenntnistheorie versus Ontologie*)

cf. tb. método

Volume 13

e alienação 248-51
 e Hartman 425-31
 e Plekanov 674-5

Volume 14

função história gnosiologia 389-90

Guerra*Volume 14*

e economia 221

tática e estratégia 253-4

Hábito

cf. tb. Reflexo condicionado

Volume 13

e vida cotidiana 15

História da Ontologia*Volume 13*

“Não há nenhuma” (breve história ontologia) 329-339

Historicidade (*Geschichtlichkeit*)

cf. tb. método

Volume 13

e categorias 35-6, 240, 314-6

modo real do ser 38, 70, 212

do ser biológico 50-1

do ser social; passado *versus* presente 70-1

categoria central do marxismo 86-8, 311

obstáculo reconhecimento: vida cotidiana 88-91, 313 (sociedade de classes)

função ideológica a-historicidade do ser 90-6

enquanto categoria fundamental 94

irreversibilidade 87, 99

e quantidade/necessidade, continuidade/descontinuidade 141-4,

150-161 (necessidade e acaso)

do ser social 173-4

e transformação natureza humana 197-8

motor central de toda totalidade 227-9

história concepção a-histórica 228-30

a-historicidade contemporânea (*Partikularität*) 230-33

e ciência 240-1

médium entre ciência e filosofia 245-7

“princípio universal de movimento” 277

seu reconhecimento nas três esferas/método 312-4

e categorias 315

hiatória = “transformação das categorias” 324

e substância 613-5
 só complexos têm história 315-6 , 624-5, 645-6
 e legalidade 631

Volume 14

Processo que mantém ou reproduz a si próprio 637-8

Homogeneização (*Homogenisierung*)

Volume 13

e “meio homogêneo” “razão matemática” 18-9
 e heterogeneidade real 179-81
 arte e matemática 454-5 (meio homogêneo)

Volume 14

e posição finalidade e busca dos meios 18-25
 campos homogêneos, lógica e hierarquia 502-3

Ideação

cf. prévia ideação, alternativa, teleologia

Ideologia (*Ideologie*)

Volume 13

definição 71, 201-3
 e ontologia fictícia 10-11
 necessidades ontológicas basilares 15-6
 e desenvolvimento genérico 64-66, 70-1
 durabilidade 91-2
 marxismo como ideologia 109
 definição; ciência, ideologia, ontologia 222-3
 e ciência 230, 298-300
 e economia 676-7

Volume 14

e afastamento barreiras naturais 220-1 (fator subjetivo)
 e definição momento ideal 297-8, 343
 limites ideologia, superestrutura 334-7
 duas definições 397-9, 403-4, 449
 e *hic et nunc*; gênese 398-9, 400-1
 e analogia 410-11
 definição 435, 481-2
 definição de caracterização estrita 401-2
 sentido concreto e estrito 401-4

nas sociedades primitivas (G. Childe) 405-8
 nas sociedades de classe 404-5, 425-9
 e ontologia da vida cotidiana 408-11, 413
 ideologia ampla e restrita (implícito) 411
 e falsa consciência 412-3
 e ciência 412, 487-92, 492-3 (e economia), 493-5 (Weber)
 gênese e função 422
 e Direito 424
 e política 432 e ss.
 fator subjetivo 220-1, 448-9, 451-2 (Lenin), 453-4, 459 (e possibilidade), 682
 gênese ideologias revolucionárias (Idade Média) 449-50
 generalização 450-2, 464-5
 e revolução 454
 definição formas puras 466 (filosofia e arte)
 e religião 466 (não é forma pura)
 política *versus* filosofia e arte 466-7 (e religião), 482-3
 filosofia e ciência 467-8, 478-81 (e arte)
 seu “desenvolvimento ascendente” 476-7
 função social da filo e da arte 482, 484-7
 e emancipação 485-6
 ideologia *versus* ciências naturais 487-8
 e ciências sociais 488-9
 e posição teleológica secundária 489
 definição: é neutra frente à verdade científica 490
 ciências e ideologias puras 492
 marxismo, ideologia, ciência 492-3, 494-9, 499-500 (Stalin x Lenin)
 não ao critério gnosiológico 493-4 (desideologização, Weber)
 coisificação é “meio ideológico” 601-3
 “dois tipos de função de ideologia” 602
 ideologias superiores puras, arte e filosofia 618-9
 definição anticapitalismo romântico e ideologia 671-2
 e defesa alienação 675-6
 e reprodução social, alienação 677-8
 e superação do stalinismo 692
 maior “peso” no presente 720, 725-6

Iluminismo

Volume 13

ambiguidade concepção natureza 471

Volume 14

dedução imediata dos valores a partir da utilidade 71-2

Imagem do Mundo (*Weltbild*)

cf. tb. concepção de mundo (*Weltanschauung*)

Volume 13

função social 18

e reflexo do real 223-4

Volume 14

e ciência 25

e trabalho como fundante 51-2

e concepção teleológica 70

e vida cotidiana 393 (Darwin)

e analogia 410

Indivíduoação (*Individualisierung*)

cf. tb. Indivíduo, Personalidade, Individualidade, *Citoyen* versus *bourgeois*, substância individual

Volume 13

salto ontológico 43-5

e sociabilização 54-7

definição 56-7

e totalidade: Feuerbach 81-2

Volume 14

fundamento no trabalho 41-3, 237-9

conhecido/instintivo ou “apenas emocional”/continuidade 42-3

retroação do predomínio do consciente sobre o instintivo 44

domínio consciente dos afetos 44-5, 90

e socialidade 158-9

e definição personalidade 233-4, 366-7

e natureza humana a-histórica 236-43

caráter histórico e base biológica 243-4

e “em-si” e “para-si” 240 (gênese para-si), 244-5, 528-30, 534-5 (para si),
672-3 (subjetividade e alienação)

efeito da manipulação 285-6

e casualidade biológica versus social 293-4, 295-6

e alienação e objetivação 357-8, 724-5

e sociedade 368-9, 388 (manipulação)

irrevogavelmente unitária 402, 511, 596, 640

nas sociedade primitivas 411-2 (não desenvolvimento personalidade singular)

exteriorização do indivíduo e totalidade social 233-5, 239, 364-5, 417-8, 512-3,
524-5 (para si)

casualidade e causalidade: capitalismo 445
 singular enquanto genérico, arte 233-5, 471-3
 e gênero, conflitos 247-8, 362 ss., 473-5
 e *Partikularität*/generidade 294-5, 295-6 (e valores)
 e sociabilidade 509-12
 contraditoriedade e alienação 527-9
 dedicação à causa e particularidade (*Partikularität*) 528-9, 685-6, 687-90
 individuação 563-7, 644-6
 e revolução, Lenin e social-democracia 684-5
 individuação autêntica, revolução 685-6
 totalitarismo e limite à individuação 692-6
 mercado e particularidade (*Partikularität*) 696
 transição polis ao medievo 704-5
 e acaso na superação da alienação 725-7

Individualidade (*Individualität*)

Volume 13

e gênero 44-6, 58-66, 664-7
 base social 53, 61-2, 64-8, 668-77
 unitariedade 57-9, 70-1
 predomínio da totalidade/ “consciência de fora” (Lenin) 59-60
 não é inata: historicidade 63-8, 81-4, 197-8
 fundamento ontológico último 262-3, 668-77

Volume 14

individualidade e dever (referência ao capítulo da Reprodução) 67
 e socialização 133-5 (educação)
 reprodução: gênero e indivíduo 135-6 (divisão trabalho)
 não é átomo 231-2
 substância do indivíduo 232, 402-3
 essência do indivíduo 326-8, 367-9, 402-3
 individuação 380-2, 402-3 (unitária)
 indivíduo é suas relações sociais 402-3 (escolhas), 462-3 (consciência correta)
 unitariedade 402, 511, 596 (e coisificação), 640 (e desenvolvimento social)
 consciência genérica, individualidade desdobrada 418-9
 em-si e para-si 523-4
 vida cotidiana 573-4
 e dedicação à “causa” 686-7

Individualismo (*Individualismus*)

Volume 14

da Antiguidade ao indivíduo burguês 228-232, 704-5 (*Partikularität*)

Indivíduo e gênero

Volume 14

e caráter espontâneo da linguagem 176-8
 hipocrisia burguesa 231
 caso Homero 259
 generidade antecedeu a individualidade 247, 523-4
 individuação e sociabilização 463-4, 646-9
 individuação e alternativa 523-4
 e sexualidade, homem/mulher 530-4
 e coisificação 641-2
 realização parcial do para-si 646-9

Indivíduo (*Individuum*)

cf. reprodução

Volume 13

relação com generidade 198

Volume 14

e tendências históricas universais 134-5
 suas ações e as classes 139-41
 ação equivale a zero (Engels) 139, 287-8
 Engels: e totalidade 227-8
 singularidade humana e singularidade em geral 228-37
 enquanto polo da reprodução 236-7, 252, 532-4, 538-9
 e desenvolvimento genérico 358-9, 510-3, 523-5
 independência relativa 713-4

Intentio obliqua e recta

cf. tb. ciência e falso socialmente necessário

Volume 13

intentio recta 426 (Hartman), 441

Volume 14

fundamento ontológico, alma x corpo 93-7
 manipulação, ciência e pensamento religioso 59-62
 “*intentio recta* ontológica” 91
recta e obliqua 390-1
 e trabalho e vida cotidiana 394-7 (Bacon)

Inversão ontológica (*ontologische Umkehrung*)

Volume 14

e método 223-4

Irracionalismo*Volume 13*

definição (“projeção subjetiva, renúncia intelectual”) 637

Jovem *versus* velho Marx*Volume 13*

crítica 108-9

Volume 14

crítica 503-4

Legalidade (*Gesetzmäßigkeit*)

cf. tb. racionalidade, ser-precisamente-assim, método (*post festum*)

Volume 13

legalidade social 602 (queda tendencial do lucro), 630-1

“imanente movimento legal” 630

e historicidade 631

e desenvolvimento desigual 659 (não lógico)

Volume 14

caráter não teleológico, desigual 131

determinações mais gerais do ser social 157-8

e posições teleológicas singulares 158

economia e posições teleológicas singulares 218-9

capitalismo e posições teleológicas singulares 282-3

“leis da essência do desenvolvimento ontológico” 458-9

sociedade *versus* natureza 367-8, 511-2

Lenin*Volume 13*

mais-valia relativa, Lenin e o revisionismo 234-6

“de fora”, Lenin, crítica 234-7

críticas a Lenin, relação Lenin-Stalin 236-7

Lenin *versus* Stalin 310

crítica “Materialismo e Empirocriticismo” 345-6

e “Cadernos Filosóficos” 575-6

e crítica a Hegel 514

leitura de Marx por Lenin 575-6

classicismo da Rev. Russa, *versus* Stalin 648-51

Volume 14

e importância teoria 496-8

Lenin *versus* Stalin 499-500
 “de fora” e alienação 545 (generidade em-si)
 Que fazer?, alienação 545-6
 e os sindicatos 665-7

Liberdade (*Freiheit*)

Volume 13

causalidade e acaso e liberdade 76-80
 reino da liberdade *versus* reino da necessidade 157-8

Volume 14

gênese ontológica 40-1
 e trabalho 97, 102-3
 trabalho e categoria fundante 97-8
 liberdade: alternativa, gênese da liberdade 98 e ss. (ética), 310-11
 def. “primeira aproximação” 98
 e conhecimento 100-1
 e crítica ao idealismo 103
 e necessidade, possibilidade e acaso 102-5
 livre movimento da matéria 102, 106-8
 e crítica a Engels 103-11
 e posição teleológica secundária 109-14, 113-4 (“crescente significado”)
 e generidade 114-6
 e leis econômicas: aparência de liberdade 143 e ss., 307-8
 reino da liberdade *versus* da necessidade 152-4, 457-8, 460-2
 e capitalismo 291-2
 e necessidade 308
 e alternativa e valores 319-12
 gênese e particularidade, valores 312-15
 “fenômeno originário da liberdade” 314
 gênese ontológica 369-70
 economia e reinos da liberdade e necessidade 458-60
 individualidade e superação do reino da necessidade 646
 e manipulação 696-8

Linguagem (*Sprache*)

Volume 13

simultaneidade com o trabalho 17, 295
 comunicação na esfera da vida 42-3
 e superação mutismo 45-7, 88
 e evolução reconhecimento da generidade 48-50, 294-5, 296(e ciência)
 palavra expressa universal 186

linguagem, ciência e unitariedade do ser social 186-7
 fundamento ontológico 244-6
 palavra 244-5
 linguagem animais/salto para genericidade 245

Volume 14

reflexo, relação sujeito-objeto, linguagem/palavra e conceito 47-8
 gênese da linguagem 47-8, 354 (simultânea ao trabalho)
 trabalho categoria fundante da linguagem 48, 118
 e relação sujeito-objeto, conceitos, domínio do objeto 87-8, 172-4
 fixa e transmite a distância sujeito-objeto no trabalho 89, 118
 e “sair para fora da natureza” 89, 176 (superação mutismo)
 órgão mais importante pos. teleológ. secundárias 118
 e generalidade humana: totalidade momento predominante 118-20, 175
 abismo: sinal X palavra, salto 168
 órgão e médium da continuidade 165-6, 169-70, 175-6, 181
 e generalidade 169-1, 172-5, 175-8
 sua universalidade 176, 180
 enquanto complexo 178-9, 181
 e espontaneidade 181-2, 346
 gênese e simultaneidade com o trabalho 338-9, 354
 linguagem e generalização 345-7, 353
 e generalidade; sinais 346-7
 palavras X sinais 346-7
 da representação ao conceito 347-8
 palavra e frase 354
 objetivação do real na consciência 357-8
 nomear, conhecimento 406-7
 e exteriorização e objetivação 406-7, 419-20
 consciência genérica e linguagem 419-20 (e ideologia)
 salto ontológico para além da natureza 479
 e coisificação 578-9
 e coisificação na vida cotidiana 581-2

Lógica da particularidade

Volume 14

é real, não apenas subjetiva 330

Lógica

Volume 13

razão matemática 18-9
 meio homogêneo 504-5

Volume 14

instrumento para organizar o pensamento 430-1

Logicização do ser*Volume 13*

e matemática 18

e hierarquia 505-6

Magia (*Magie*)*Volume 13*

fundamento último/ analogia 11-13

Volume 14

e religião 639-40

da magia à religião 576, 577 (e coisificação), 584-5 (alienação)

Manipulação (*Manipulation*)

cf. tb. religião, neopositivismo, alienação

Volume 13

e individualidade 174

ciência, alienação e manipulação, método 217-20

e alienação 251-3

e necessidades humanas 298

fundamento no capitalismo contemporâneo 343

e neopositivismo 363-5

e “perda de senso de realidade” 406

igual a conformismo/protesto 407

Volume 14

“fator decisivo da reprodução do capitalismo contemporâneo” 59,
544 (manipulabilidade)

e liberdade 108-9

raízes manipulação contemporânea 109, 285, 696-703

manipulação contemporânea 285-6, 509, 627, 682-6, 696-700

e *Partikularität* 285-6, 627

“categoria da circulação” 286-7

fundamento econômico: indústria do consumo a serviço do grande capital 286, 627

neopositivismo, religião, vida cotidiana, ideologia 286, 627-9, 630, 635-8

definição/efeito ideológico contemporâneo 388, 635-9, 675-6, 712-3

Stálin: “manipulação grosseira” 548, 689-90, 722-3

e superação do stalinismo 692 (“dupla manipulação”)

e desideologização 696
 crise manipulação 714-7

Marx

Volume 13

“jovem” e “maduro” 108-9, 301-2, 567-8
 Dissertação de doutorado/necessidade 158
 Feuerbach e o desenvolvimento de Marx 562
 a estrutura *Das Kapital* Livros I, II e III e método 583-612

Volume 14

Das Kapital: trabalho como condição eterna 10
Das Kapital: def. trabalho 13-4
 1ª. Tese ad Feurbach: o caráter da objetividade 27-8
Grundrisse: instrumentos de trabalho 38
Das Kapital, Vol I, cap V: individuação 42-3
 e *Dynamis* aristotélica: *Potenz* 43
 Feurbach (1ª. Tese) e *Manuscritos de 1844*: prática sensível e
 crítica concepções teleológicas 51
 relação teleologia/causalidade 51
 e materialismo 67-8
Grundrisse: economia de tempo e economia 75-6

Marxismo enquanto ciência

cf. ideologia e ciência

Volume 13

economia e superestrutura, Lenin 235-6
 especificidade da ciência e ontologia em Marx 566
 e “estagnação teórica” 706-7

Marxismo vulgar (*Vulgärmarxismus*)

cf. tb. taticismo e stalinismo
 cf. tb. materialismo histórico e dialético

Volume 13

e causalidade, e valores e generalidade humana 74-5
 origem e desenvolvimento 108-12
 papel de Engels 111-2
 stalinismo e taticismo 112-3, 308-10
 Engels e a herança hegeliana, negação da negação 113-16
 e ciências singulares 240

identificação técnica e forças produtivas 251-2
 identidade ser natural/social 276, 556 (e Hegel)
 criptoteleologismo 267-8
 “aplicação” da dialética 276-7, 317
 e segunda natureza 304-8
 e Stalin 514
 materialismo dialético e mecânico, consciência 577
 definição temporal 583
 ser e consciência 583 (mecanicismo)
 economia sob Stalin/valor de uso e troca 600
 desprezo “extraeconômico” 607
 “marxismo tradicional” 674
 “dedução” dos clássicos 689

Volume 14

e ser e valor 151-2
 e Direito 200
 e reprodução do indivíduo/ neokantismo 227
 e economia sob Stalin 279-84
 crítica ao dualismo metodológico: economia *versus* espírito 298-9
 essência e fenômeno 334-5
 reflexo fotográfico 352
 vida cotidiana 372-3
 Stalin-Zdanov 396-7
 2 correntes principais e ideologia 421-2
 fetichismo do econômico 439
 filosofia e arte 475
 fundamento reificado 476-80
 e II Internacional 548 (e Stalin), 551 (e alienação)
 stalinismo 636
 e crise teórica 722-4, 730 (stalinismo)

Materialidade (*Materialität*)

Volume 13

e natureza e ser social 306-8
 materialidade 561-2
 e objetividade 589
 “matéria natural”/”matéria teleológica” 658

Volume 14

processo *versus* coisa: coisalidade 577-9 (magia, religião)

Materialismo (*Materialismus*)*Volume 13*

velho materialismo e esferas ontológicas 26-7, 444
salto, novas categorias, materialidade, historicidade 314-6

Volume 14

materialismo pré-marxista 17

Materialismo histórico e dialético*Volume 13*

“pretensa doutrina” 276
e Stalin, contradição com o marxismo 308-10, 577
“doutrina dialética geral” 317

Volume 14

e valoração 146, 148
e ontologia 150-1

Mediação e imediaticidade (*Vermittlung, Unmittelbarkeit*)*Volume 13*

mediação e imediaticidade 538-40

Meio versus finalidade, propósito (*Mittel versus Zweck, Ziel*)

cf. teleologia

Volume 14

finalidades/ato de trabalho singular/ continuidade histórica 22-3
predomínio da finalidade/ dos meios 22
meio *versus* finalidade: gênese da ciência 24-5
meio e finalidade na relação indústria- ciência hoje 25-6
distância sujeito-objeto, linguagem, meios e finalidades 89

Meio homogêneo (*homogene Medium*)*Volume 13*

arte, matemática, lógica 504

Método (*Method*)

cf. tb. marxismo vulgar, crítica ontológica, historicidade, momento predominante, abstração (caminho de ida e de volta)

Volume 13

Kant e Hegel 25-6

e capitalismo/ciências singulares e filosofia/ontologia e gnosiologia 29-36
 papel da gnosiologia no capitalismo 31-2, 33-5
 e vida cotidiana, método 33-5
 historicidade como pressuposto metodológico 35-8
 crítica Hegel: lógica específica do objeto específico (Marx) 40-1, 642-6
 conhecimento para-nós e conhecimento do em-si 46-7
 e prioridade do econômico 77-8
 e crítica aos utópicos 85-6
 e ontologia geral, predomínio da totalidade, atomismo 106-7, 579-80
 complexo: princípio fundamental 107-8
 e forma exposição de Marx 108-9
 categorias e método 113-5
 e categorias e Hegel 120-131
 Engels, “abstrações razoáveis” 124-5, 273-4, 361-2
 e categorias teóricas 127-8
 e categorias e Hegel e Marx 130-35
 continuidade/descontinuidade, qualidade/quantidade e Hegel 132-3
 método estatístico 151-2, 464-9, 628, 630
 e Hegel 162, 572-4 (e sistema)
 e totalidade 181, 217, 572-3
 unidade método dialético 213-4
 correção ontológica das ciências 217-8
 debilidade de Hegel 219-20
 crítica ontológica 220
 “modos burgueses de pensar” 238-54
 “fim da história” 239-40
 e historicidade 241-3
 “o método” 242-3
 filosofia e ciência e historicidade 246-7
 correção ontológica da ciência, alienação e manipulação 247-50, 344-5
 ciência e filosofia 253-5, 566-70, 591
post festum 255-6
 e unitariedade ontológica 258
 constatação ontológica: ida e volta 272-3, 579 e ss.
 prioridade do objeto 272-4
 método determinado pelo objeto 273-5, 580, 596
 generalidade ontológica 273-5
 e experimento científico 278
 debilidade materialismo e idealismo 300-04
 método de exposição *versus* investigação 301-2, 590-1
 doutrina dupla verdade (Belarmino, etc.) 344-6 (positivismo), 348-50, 418-20
 ciência, religião e filosofia 350-1

unitariedade do ser social e da ciência, neopositivismo 365-70
 e gênese 444-8 (Hartmann), 580-1
 gnosiologia, ontologia e categorias modais 543-4
 caminho de ida e volta, abstrações isoladoras, prioridade da objetividade 556,
 578-80, 596-98, 611
 ser e reflexo 565, 582
 ontologia natureza e “fundamento metodológico” 566
 e sistema 572-3 (Hegel, Marx), 582
 e essência e fenômeno 573-4 (e hierarquia)
 origem metodológica idealismo Hegel: caminho de volta 580
 e classes sociais em *Das Kapital* 603
 método estatístico 628-630
 limites lógica e gnosiologia 634-5
 questão previsibilidade 636-7
 racionalismo e empirismo 641
 retorno de Engels a Hegel 643-4
 Marx: *tertium datur* 681-3

Volume 14

ida e volta, prioridade metodológica e prioridade totalidade 7-8
 irreversibilidade conhecimento do salto para o ser social 8-9
post festum : anatomia do homem e do macaco. 8-9, 68, 147-8, 165-6
 caráter da abstração do começo “pelo trabalho” 8-9
 abstração na ida e a totalidade precisamente-assim-existente. 8-9
 contra Kant: a “resposta correta” 15-6
 concepção ontológico e gnosiológica de teleologia 20
 prioridade da totalidade sobre os elementos/ momento predominante 47-8
 critério e “critério” 57
 idealismo, marxismo vulgar 63
 e valores e teleologia 71-2
 Iluminismo e os valores superiores a partir da utilidade 71-2
 idealismo e materialismo vulgar: valores econômicos 78-9
 “método ontológico”: realidade *versus* sistema hiper-racionalizado logicizado,
 hierárquico de valores” – Weber 82-3
 método genético *versus* lógico-gnosiológico; liberdade: questões ontológicas
versus abordagem gnosiológica 98-9
 dedução conceitual *versus* derivação genética 109-10
 abstração e método 117
 conhecimento *post festum* 267
 e sistemas idealistas 145-6, 266-8 (e Hegel)
 materialismo histórico e dialético 149-51

dedução ontológica 150, 165-6
 ontologia *versus* gnosiologia e lógica 150-3
 crítica à gnosiologia e a consciência e da linguagem 164-6
 genérico *versus* métodos singulares 171-2
 método lógico-gnosiológico, stalinismo; Direito e economia,
 e totalidade 199-201, 225-6
 conhecimento das partes *versus* totalidade 203-4, 480-1
 e momento predominante 204
 prioridade do todo 206, 252-3
 constatação ontológica, valor. 207-8
 ser-precisamente-assim: ponto “partida” e “chegada” 222-3, 224-5
 e pesquisas singulares 228-9
 prioridade do ser-precisamente-assim 253-5 (*versus* Hegel), 347-53
 crítica à fusão entre ser e valor 254-5, 383-90
 problema metodológico de fundo: ontologia 255-6
 crítica concepção teleológica (Hegel, Engels) 267-8
 e marxismo vulgar 297-9, 475-6 (e idealismo), 477 (e coisificação)
 manipulação e método neopositivista 286, 383-90
 abordagem genética 338-9, 368-9 ss.
 salto: sem etapas intermediárias, linguagem; método: não há “aproximações” 339-40
 análise e síntese produtos da consciência 348
 gnosiologia: “canoniza” ciências 389
 crítica da *intentio recta* em Hartmann 391-2
 gênese e essência 401-2 (ideologia)
 macaco tem no homem sua chave 409-10
 caráter abstrações e política 440-6
 e gênese 466-7
 na ciência, arte e filosofia 467-75, 492-3
 coisificação e abordagem genética 476-80
 totalidade e singularidade 480-1
 e relação ciência e ideologia 490-2 (Tulcíditas), 492-3
 marxismo como ideologia 492-3
 “essência metodológica” do marxismo 495-6
 e Lenin x Stalin 499-500
 relevância metodológica da vida cotidiana 508-9
 fenomenologia e dualidade ontológica 521-2
 e Kant 538-9
 e gênese 566 (crítica da crítica à teleologia religiosa)
 analogia e vida cotidiana 575-6
 dedução ontológica do ser social 581-2
 kantismo e coisificação 587-9

“eliminação” do ser 588-9 (Kant, Carnap, etc.)
 e Husserl 589-90
 coisificação e ciência 598-600
 coisificação e método não ontológico 605
 neopositivismo e religião, abandono da ontologia 627-30
 “constatação metodológica” 682-3
 manipulação enquanto método 712
 causalidade *versus* casualidade 726

Mimese (*Mimesis*)

Volume 13
 mimese 452-6 (e Hartmann), 456-8, 488-9 (Iluminismo)

Volume 14
 e conhecimento 171 (reflexo)

Mito/Mitologia

cf. tb. coisificação e método

Volume 14
 função social e caracterização ontológica 598-601

Modos de produção (*Produktionsweisen*)

Volume 14
 modo de produção asiático 260-3, 266-7, 290 (naturalidade)
 transição feudalismo/capitalismo (manufatura, Renascimento) 222, 271-9
 modo de produção escravista 263-70
 desenvolvimento europeu x asiático 267, 269-70
 escravismo *versus* feudalismo / cidade e campo 270-3
 pré-capitalistas 445-6 (e individuação)

Momento ideal

Volume 14
 definição 304-5, 307-8, 343-4
 e causalidade 343-4

Momento predominante (*übergreifende Moment*)

cf. totalidade, afastamento da barreira inorgânica, trabalho, método

Volume 13
 e inter-relação 48

ambiente *versus* reprodução natural 49-50
 economia e generalidade humana 77-8
 economia 78-9, 585, 596 (“centro movente primário”)
 método ontológico 106-7
 e processualidade 203-4
 e ciência, religião e filosofia 350
 e estrutura categorial de *O Capital* 604-12
 e determinação de reflexão 607

Volume 14

produção e natureza 23
 e alternativa 42-3
 em toda interação 48, 204
 e trabalho 48
 e dever 62
 e liberdade 101-2
 e posição teleológica secundária 111-12
 cabe à totalidade 120
 e reprodução biológica 156
 linguagem e generidade 175-6
 e ser social *versus* natureza 204-5
 e economia 210, 218, 220, 221
 surgimento nações 226
 e educação 243
 e mitologia 260
 no modo de produção escravista 266
 produção x troca 287
 e essência 324, 334
 e posições teleológicas 343
 e esferas da vida 360

Moral

Volume 14

e ética; Direito, função social da moral 193-5
 moral e elevação do Direito a um maior nível de generalidade 194

Morte e vida plena de sentido

Volume 14

“fatos imodificáveis da vida” 94-5

Mutismo (e superação) (*Stummheit*)

Volume 14
definição 422

Nada (*Nichts*)

Volume 13
“palavra vazia” 171

Não-ser-digno-do-ser-humano

Volume 13
como valor 82-4
pré-história do ser social 214-17

Volume 14
e alienação 474-5
e alienação 519

Natureza

cf. afastamento das barreiras naturais
cf. Iluminismo

Necessidade (*Notwendigkeit*)

cf. tb. causalidade e categorias modais

Volume 13
necessidade incondicional e a-historicidade 90-106, 144-51
e acaso (Kant, Espinosa, Hegel, Marx) 145-151, 151-6, 162-80 (possibilidade),
categoria central lógica e gnosiologia 145-50, 151-3, 466
necessidade e história 151-161
em Hartmann 462-5

Volume 14
e acaso 144-5
caráter se... então 223-4
humanas *versus* animais 341-2
economia 458-9 (reino da necessidade)
naturais e sociais 512-3
social 657-8

Negação (*Negation*)

Volume 13
negação da negação, Engels, Hegel 113-4, 141, 498-503

Hegel e Espinosa 114-120, 121-131
 negação e vida cotidiana 117-120
 Engels 120-31
 e não ser de ser-outro 458 (Hegel)

Volume 14

no ser natural e no ser social 222-3, 325-6

Neopositivismo

cf. tb. coisificação,
 cf. exteriorização (Entäusserung),
 cf. alienação
 cf. religião

Volume 13

e estreitamento da práxis 353-7

Volume 14

e determinação social sobre a concepção de mundo 58-9, 348-50
 contraste entre ciência e manipulação 59
 não é fator ontológico geral 235
 e religião 627-30,
 Jasper e T. de Chardin 632-5

Novo (*Neue*)

Volume 14

aparece do lado do objeto 344

Objetivação (*Objektivierung/ Vergegenständlichung*)

cf. tb. exteriorização, generalização

Volume 13

inseparável do ato de valorar 118

Volume 14

“categoria central do trabalho” 12-4
 e personalidade/ subjetividade e objetivação no trabalho 66-7
 diferença entre exteriorização e objetivação 67, 369-70
 totalidade processual composta por cadeias causais objetivadas 75
 período de consequências 99
 inseparável do ato de valorar 121
 e ser das classes (os atos devem ser objetivos) 141
 e exteriorização 205, 358-9, 360-1, 417-9, 444, 464, 712-4 (superação alienação)
 e linguagem 357-8, 449

momento predominante da exteriorização 360-1
 e alienação 361-3
 e generalização 376-7
 e exteriorização, e universal e singular 402, 505-7
 e nova continuidade 417
 e exteriorização 464
 generalização, individuação 474
 formas elementares do ser social 448-9
 e alienação 505-6
 e trabalho 506
 arte e economia 538-9
 e ideologia pura 538-9
 e exteriorização não mais particular 539-40 (ética)
 e alienação 539-40
 e alienação, erro de Hegel, em-si e para-si 540-1
 ser-para-nós e coisificação 577-8
 e coisificação 583-4

Objetividade (*Gegenständlichkeit/ Objektivität*)

Volume 13

“propriedade ontológico-primária” 93-4, 579
 e materialidade 93-4, 560-2, 589
 e historicidade 212-3, 579
 historicidade e teleologia 213-4
 e objetividade “fantasmagórica” 223-5, 565
 social e natural, “objetividade de todo nova” 224-5
 e Kant 238-40
 síntese de determinações 271-3
 e ente 272-3
 objetividade do para-si (implícito) 589-91
 e consciência 674-6

Volume 14

objeto, teleologia e causalidade 20
 e consciência 27-8
 objetividade primária e reflexo 29-30
 e reflexo como não-realidade 30
 causalidade dada *versus* posta 35-6, 111-2, 458-9
 e valores 77, 85 (partes movidas e moventes da reprodução)
 período de consequências 99
 objetividade primária e trabalho 105

e realização final 111-2
 e objetivação no ser social 313-4
 sempre geral 346
 e posição teleológica 349 (valor)
 e desantropomorfização 379
 contra “desenvolvimento social ‘puramente objetivo’” 533

Ontologia da vida cotidiana (*Ontologie des Alltagslebens*)

cf. vida cotidiana

Volume 13

e práxis 398-9

Volume 14

e ciência 489-90

Ontologia fictícia (*fingierte Ontologie*)

cf. tb. religião, falso socialmente necessário

Volume 13

fundamento geral 10-12, 15-6, 17

ontologia fictícia 14-19

e Direito Natural 83

trabalho e dualismo alma/corpo 96-7

ciência, ontologia, ideologia 221-2

imagem do mundo 223-4

fundamentos ontológicos limite do conhecimento (Aristóteles e Valor) 225-7

Volume 14

e sentido da vida 94

origem no trabalho 95-6

“grandes análogos” “objetivamente inconsistentes” 411-2

Para-nós (*Fürsich*)

Volume 14

e continuidade social 417-8

Particularidade (*Partikularität*) e alienação

Volume 13

no capitalismo 251-2

Volume 14

no capitalismo 134-5

superação na Polis 527

e adesão acrítica à generidade 535-6

fixação da particularidade e religião, Weber, Guide 623-5

Partido*Volume 14*

e sindicatos e alienação 664-5

Pergunta versus resposta (*ato teleológico*)*Volume 13*

pergunta versus resposta 54-6

generalização 268-9

Volume 14

trabalho põe as perguntas 159-60

e peculiaridade do ser social 250 (ser que responde)

caráter ideal da pergunta 338

prioridade do real na pergunta 342-3

caráter de resposta 448

Período de consequências (*Periode der Konsequenzen*)*Volume 14*

período de consequências 36, 99

e liberdade 99

Personalidade (*Persönlichkeit*)

cf. tb. individualidade, substância indivíduo, alienação

Volume 13

“cadeia de decisões” 57-8

e objetivação 65-6

e possibilidade 117-9

e gênese da singularidade 189-91

e afastamento barreiras naturais 191

e revolução 191-3

e alienação 195 (“nota pessoal da alienação”)

necessidade unitária 225-6

e história 228

“subsunção real” 234

e regulação social e gênero 247-8

Volume 14

cadeia de decisões alternativas 232-4 , 242-3
 categoria social 510-5
 apenas em sociedade 518
 personalidade *versus* sociedade 524 (2 polos), 644-7
 “não mais particular” 548-9 (no plano ideal)
 caráter social 552-4
 caráter unitário do ser social 639-40
 e gênese da forma desenvolvida da alienação 644
 personalidade em-si e para-si 644-5
 origem 645 (“necessidade espontânea”)
 e superação da alienação 649-50

Pesquisa dos meios (*Erforschung der Mittel*)

cf. tb posição de finalidade, teleologia

Volume 14

e posição de finalidade 18-9
 conexão do trabalho com a origem da ciência 21-2

Poesia*Volume 14*

e religião 620-2

Política

cf. tb. fator subjetivo

Volume 14

e essência e fenômeno 435-7, 438, 442
 indivíduo *versus* demanda: síntese 439-40
 raio de ação da política, durabilidade 437-40, 440-1
 política em geral, caráter das abstrações 441-3, 449
 emancipação política 443-5
 generalidade menor que “produção em geral” 442-3
 política em geral, referência ontológica 443-5
 e capitalismo *versus* Antiguidade clássica 445-7
 definição e ideologia 432-8
 Lênin: “paz, pão e terra” 436
 Bismarck 436-7
 fator subjetivo, ideologia 447-51
 e revolução 452-4 (Lenin)
 ideologia geral pode modificar essência 460-1

política *versus* filosofia 469-71
 e ética e alienação 509-10
 vivido imediato: alienação: ética e política 509-10
 consciência espontânea *versus* revolucionária 664-7
 e alienação 667-8

Posição de propósito (*Zwecksetzung*)

Volume 14

e pesquisa dos meios, processo de trabalho 18-9, 310
 crítica a Hartmann 309-10

Posição teleológica e posição teleológica primária *versus* secundária

Volume 14

e trabalho 46-7, 441-2
 intercâmbio natureza e posição teleológica secundária 46-8, 312, 337, 377, 416, 441-3
 natureza e consciência na posição teleológica primária/secundária 53-4
 e liberdade 109-11
 meio e fim teleologia primária e secundária 111-2, 307
 posição teleológica primária e secundária, objeto 118-9 (linguagem), 236, 299-300
 e divisão do trabalho 136
 posição teleológica apenas nos atos singulares 147
 trabalho, estrutura categorial e teleologia secundária 235-6
 e especificidade ser social 310-11
 e “fenômeno originário da sociedade” 312
 e relação de produção 335
 e pergunta x resposta 336-7
 afetos, trabalho, def. posição teleológica secundária 377, 415-6
 e política 440-1
 e duração dos resultados 442-3
 posição teleológica secundária e ciências sociedade 489

Possibilidade (*Möglichkeit*)

Volume 13

categoria da possibilidade 161-177
 gênese categoria impossibilidade 170-2
 e forma 173 ss.
 e Aristóteles, concepções megáricas, Hartmann 458-60

Volume 14

e trabalho 105-6
dynamis aristotélica 32-3, 305-6, 523-4
 e essência 424-7

Potência (*dynamis*)*Volume 14*

“de ser e de não ser” 32-3

e salto ontológico 34

Praticismo*Volume 13*e gnosiologia/lógica/hipertrofia da *ratio* 640-2**Praxis***Volume 13*

base ontológica do ser-humano 38-9, 327-8

e historicidade e categorias 242-3

e filosofia e ciência 245-6

e ontologia 398-9

Volume 14

gênese do problema da relação teoria e práxis: o reflexo 49-50

teleologia, contemplação, Feuerbach; prática sensível 50-1

relação teoria e prática: práxis critério incondicional 56-7

teoria e práxis, concepção do mundo 58

práxis, práxis como critério da verdade, manipulação 60-1

Prioridade Ontológica (*ontologische Priorität*)

cf. tb. método

Volume 13

e desenvolvimento econômico 108-9

e economia 200-1

trabalho, religião, filosofia e ciência 330-2

hierarquia das formas de ser 582

e economia 676-7 (Engels)

Volume 14

totalidade primária x elementos 47-8

entre esferas ontológicas 148-9

Progresso (*Höherentwicklung, Fortschritt*)*Volume 14*

ontológico-objetivo 135 (desenvolvimento ascendente)

e desigualdade desenvolvimento 585-6 (alienação)

Propaganda*Volume 14*

e consumo de prestígio e cultura 700-2
 função alienante 706-7

Publicidade

cf. propaganda

Qualidade/quantidade*Volume 13*

e Hegel 137-141
 Engels e a Dialética da Natureza 141-4

Volume 14

e contraditoriedade desenvolvimento 123

Racionalidade (*Rationalität*)

cf. legalidade

Volume 13

racionalidade e objeto 39
 categorias em Marx 255
 ontologia e racionalismo 635
 e necessidade 635-9
 racionalidade ontológica e ética 636

Volume 14

e legalidade objetiva 223-4

Racionalismo (*Rationalismus*)*Volume 13*

crítica do 635 e ss., 640 e ss.
 e legalidade ontológica 635-7
versus irracionalismo 637

Realizações tacanhas (*bornierte Vollendungen, borniert Standpunkt*)*Volume 13*

e alienação 206-7, 623 (“pueril mundo antigo”)

Volume 14

Homero 259

e individuação 524-6 (para-si), 546 (pré-capitalismo), 641-2 (hoje), 648, 673-4, 660-1

Recuo das barreiras naturais

cf. afastamento das barreiras naturais

Reflexo (*Widerspiegelung, Spiegelung*)

cf. mimese, método, conhecimento

Volume 13

questão “fútil”: “pensamento reproduz o ser?” 304
e singularidade, particularidade, generidade 357-8
mimese não é fotografia 452, 453-4

Volume 14

sujeito e objeto e reprodução fotográfica 28-30, 352-3
o reflexo e objetivação, seu corretivo 30-1
forma de objetividade, não uma “realidade” 30, 32-3
não é fotográfico 31, 350, 351, 352-3
e *dynamis* 34
fundamento último da distinção sujeito-objeto 47
formas de reflexo, ciência 48-9
autonomia necessária do reflexo 49-50
ciência, generalização e problemas de uma ontologia geral 55-6
reflexo e finalidade 61-2, 344-5 (autonomia imagem)
função consciência 91-2, 160-70 (reflexo implícito)
fundamento 344-5 (posição teleológica)
consciência e reflexo 349
e prioridade do ser 350-1
sempre posto 351
papel da teleologia 351-2
“teoria dialética da representatividade 352 (aproximação), 353-4
reflexo e pôr teleológico: especificidade do ser social 579-5

Reflexo condicionado (*bedingte Reflexe*)

cf. tb. hábito

Volume 14

no trabalho, sociais e não instintivos 36, 44

Religião

cf. tb. ontologia fictícia

cf. tb. falso socialmente necessário

Volume 13

ontologia fictícia 17

e alienação 205-8
 gênese 228
 necessidade religião 331, 398-406, 408 e ss. (filosofia contemporânea)
 religião + filosofia: ontologia 331-2
 método necessidade religiosa 405-6
Volume 14
 sentido da existência, teleologia e religião 13-4
 capital e necessidade religiosa 58-61
 fundamento ontológico da distinção alma-corpo 91-7, 237-8
 transformação da religião a uma necessidade afetiva 92-7
 não é forma pura de ideologia 466
 e seitas 466-7, 609
 diferença com a filosofia e arte 467
 tendência inexorável à alienação 467
 em Hegel e Feuerbach 555-8
 em Feuerbach 558-60
 crítica a B. Bauer, *A questão Judaica* 560
 e citoyen *versus* bourgeois 561
 base material 564-5
 e II Internacional e stalinismo 566
 e Hegel, Kierkegaard, Dostoiévsky e Baudelaire 568-70
 sistema regulador da vida social 570-1
 diferença com o direito e política, e vida cotidiana 571-3
 fundamento da transcendência e vida cotidiana 574-5
 magia 576-80
 passagem magia à religião 577-8, 584-5 (alienação)
 arquétipo da alienação mediado pela ideologia 605-7
 função social: regulador social 607-8
 caráter universal 607-8
 e cristianismo 608-17
 função social da igreja 618-9
 função social das seitas: ideologias superiores puras 618
 e poesia, Feuerbach; fundamentos ontológicos 619-21
 e grande arte: os limites da religião 621-2
 e ultrapassagem generidade em si 621-3
 e neopositivismo: fixação do particular 627-9
 e Jasper, T. de Chardin, neopositivismo (632-3) e dupla verdade)
versus magia 639-40
 e renovação contemporânea 654-5

Reprodução

cf. tb. momento predominante

Volume 13

“resultante” e direção da universalidade 154, 627

Volume 14

“resultante” atos singulares 74, 135-7, 177, 227-8

economia: “função fundante, ontologicamente primária” 78

e conservação da substância social 83

e fundamento valor 83

historicidade 123

e divisão do trabalho 124

continuidade, tendências 126

na esfera da vida e no ser social 127

fundamento nas esferas inferiores 128-30

prioridade do trabalho 129

lei geral e caráter não teleológico 131

tendências universais e finalidade das posições singulares 141-2

e trabalho 160-1

ser-para-si e ser-em-si 161 (“situação paradoxal”)

diferença economia e outros complexos 193-4

prioridade reprodução ontogenética 207-8

qualidade polar 227, 640-1

“resultante” e Engels 227-8, 366-7

e Marx 285 (essência e fenômeno)

Antiguidade e capitalismo, política 445-7

trabalho, individuação e sociabilidade 462

individualidade e generalidade: estrutura e base da práxis 463-4

individualidade e gênero 464

Revisionismo

cf. tb. stalinismo

Volume 13

revisionismo 234-5

Revolução

Volume 13

e totalidade social 622 (possibilidade)

Volume 14

simplifica contradições / generidade 454-5

questão ontológica central 454-6

Salto ontológico

Volume 13

do inorgânico à vida 42-4
 “dupla base conteudística-formal” 46-7
 continuidade *versus* descontinuidade 131-2, 136-44
 do orgânico ao social 169
 e categorias 244-5
 e processualidade, consciência 247-8
 e materialidade 315-7
 salto 564

Volume 14

repentino 9
 da vida ao ser social 8-9, 160-2 (o para-si), 255-6, 340-4
 essência e negatividade/ ruptura continuidade 11
 conhecimento apenas *post festum* 34
 e o caráter de alternativa da práxis 37
 gradual universalidade das novas formas 37
 “prolongado processo” e desdobramento do novo ser 49
 salto e processo de milênios 49
 a essência do novo, momento predominante 49-50, 256, 341-4
 salto *versus* processo 62-3, 340-1 (trabalho)
 e explicitação categorial do novo ser e valores 70-2
 linguagem e salto ontológico 89-90, 340
 e linguagem 90-1, 167-9, 175-7, 338-9
 e mudança estrutura social 117-8
 não há etapas intermediárias entre esferas ontológicas 139-40 (quantidade e
 qualidade), 255-6, 339-340
 e momento predominante 203-4
 e esferas ontológica 204-5
 e germes na natureza 339-40
 e novas possibilidades e necessidades 340-3
 gênero em-si ao para-si 362-3 (e exteriorização)
 alienação e salto do em-si ao para-si 362

Segunda natureza (*zweite Natur*)

Volume 13

“dureza” 199, 684
 e marxismo vulgar 304-5

Volume 14

“dureza” 110, 206, 258, 327-8, 652

economia e segunda natureza: valores 81
 e decisões alternativas singulares 236
 e ideologia 258
 e mecanicismo 322, 475

Seitas (*Sekten*)

cf. religião

Sentido da existência

cf. alienação.

Volume 13

“sentido/sem sentido” da vida 636

Volume 14

“necessidade elementar e primitivamente humana”: religião 14, 96-7

e dualidade alma/corpo 93-4

exclusivamente social (implícito fundamento da ética) 94

e desenvolvimento generidade 518, 643-4, 684-7

categoria exclusivamente social 709-10

Sentidos (*Sinne*)

Volume 13

e socialização 605-6 (fruição obra de arte)

Volume 14

Manuscritos de 1844: “formação” dos 5 sentidos 514-5

necessidade desenvolvimento sensibilidade 514, 515

e ciência desantropomorfizante 515-7

e alienação 516-7

e sexualidade 516-20

Ser orgânico/inorgânico

Volume 13

e Kant 19-21

Hegel 24-5

natureza enquanto pré-história natural do ser social 143-4

Volume 14

orgânico *versus* social 640-1

Ser (*Sein*)*Volume 13*

matéria: objetividade concretamente desdobrada 93
e Hegel 115-7

processual 237-8 (categorias)

unidade categorial interna 255

unitariedade 259 (unidade sintética), 287 (natureza)

Volume 14

ser e processo 637-8

Ser-para-si (*Fürsichsein*)*Volume 13*

e contraditoriedade generidade 61-3

na totalidade e no indivíduo 166-7

Ser-precisamente-assim (*Geradesosein*)

cf. método

Volume 14

dado ontológico primário, prioridade ontológica 225-6
e método 253-4

legalidade se... então 267-8

prioridade ontológica e método/ síntese realizada pela própria realidade 267-8

Sexualidade*Volume 13*

e reprodução biológica 625

Volume 14

e divisão do trabalho 120

sexualidade e reprodução, atração sexual e polis 130-2

relação homem *versus* mulher e alienação. Desenvolvimento personalidade.

Grécia e feminismo 511-33

e alienação 517-21

generidade em-si e para-si (patriarcalismo) 517, 533

Sinais (*Zeichen*)*Volume 14*

sinais e linguagem 118

nos animais e gênese da linguagem 166

Sindicatos*Volume 14*

alienação, e partidos políticos 664-5

Singular abstrato (*abstrakt Einzelner*)

cf. método, singularidade.

Volume 14

singular abstrato 228

Singularidade (*Einzelheit*)

cf. universalidade

Volume 13

categoria universal 41-5

e individualidade 44

generidade biológica e social 45-51

nas diferentes esferas de ser 280-2

singular, universal, imediaticidade 357-8

e descaso neopositivista 369-70

singularidade, particularidade, universalidade 404-6

singularidade e estatística 404-6, 465-6

categoria social 466

Volume 14

incindível ligação com o social-genérico 162-4

determinabilidade conceitual 163-4

tão real quanto universalidade 330, 402

e ser social / unidade pessoal 402-3

essência singularidade social 402-3

Socialismo burocrático

cf. stalinismo

Volume 13“*citoyentum*”, socialismo burocrático 237

socialismo soviético caso clássico 649-50

Socialismo/Comunismo

cf. liberdade

Volume 13

realização generalidade 270-1

e Marx 683

Volume 14

e Lenin, e reformismo, alienação 684-6

URSS é socialista 695-7

Sociedade primitiva*Volume 14*

“primitividade” 405-6

diferença com o capitalismo, beco sem saída 660-1

Stalinismo

cf. revisionismo, marxismo vulgar

Volume 13

citoyenismo manipulado 237

obstáculo à generidade 270-1

positivo x negativo de Stalin 577

Volume 14

“lei do valor” só para meios de consumo 284-5

taticismo 499-500

alienação 527-8

mecanicismo 547-8

coisificação do marxismo 599-600

superação da alienação contemporânea 653-4

melhor que o irracionalismo e a ideologia burguesa 689-90

crítica elogiosa ao stalinismo 689-1

especificidade da alienação stalinista 691

alienação *versus* manipulação stalinista 722-3

incapacidade de compreender a historicidade da essência 730

Substância (*Substanz*)

cf. materialidade, objetividade, coisalidade, essência, historicidade

Volume 13

e continuidade 68, 613

def. substância 226

em Hartmann 435-6

substância e historicidade 394-5, 613-4, 681-3

Volume 14

objeto social, teleologia e causalidade 20

historicidade, def. 83, 232-3, 249-50 (ser que responde)

gênese valor: incessante mudança 83

definição substância 83, 226
 e valores, mudança e continuidade / movidos e moventes 85-7
 trabalho modifica “inevitavelmente” natureza humana 90
 historicidade e reprodução 155-6
 atos singulares e reprodução da substância social 158
 e continuidade social 155-6, 164 (“espécie de memória”)
 e historicidade 166 (linguagem), 226-7
 historicidade da substância do indivíduo 232-3, 234
 e exteriorização 368-9
 ossificação da substância 440-1
 “encruzilhada significativa da ontologia” 592-5

Sujeito *versus* objeto

cf. reflexo

Volume 13

e reflexo 29

e individuação 43-5

e ser social 260-1

Volume 14

subordinação do subjetivo à objetividade no trabalho 43

trabalho, distância sujeito/objeto e linguagem 87-8

autonomia da imagem, distância sujeito-objeto 350-2

Taticismo

Volume 14

taticismo 499-500

Técnica

cf. tb. divisão social do trabalho

Volume 13

crítica identificação técnica e força produtiva 609-10

Volume 14

e caráter de alternativa do trabalho 37-8

técnica e reprodução 120-1

e “divisão técnica do trabalho” 121

e totalidade social 127

fetichismo da técnica 127 (“poder fatal”), 213

caráter fundante do trabalho 181

e economia 211-12 (complexo bélico)

fetichismo objetivista da técnica 210-1
 dualidade natureza/ser social 225
 identificação técnica e forças produtivas: marxismo vulgar 251-2
 manufatura, indústria e fetichismo da técnica 275-6, 302-3

Tédio (*Langeweile*)

cf. alienação

Volume 14

e particularidade (*Partikularität*) 704-5
 limite, do tédio: é apenas negativo 705

Teleologia (*Teleologie*)

cf. momento ideal
 cf. pergunta versus resposta

Volume 13

sempre conectada à causalidade 20-1
 predomínio da objetividade 169-70
 apenas no ato singular 290-2, 615, 627-8

Volume 14

categoria ontológica objetiva 13, 26-7
 Kant: teleologia/ problema ontológico não solucionado 14-6
 e causalidade 17, 19-21, 297, 306
 e Hartmann 18-9
 concepção ontológica e gnosiológica 20
 e origem da ciência 21-2, 24-5
 dialética meio-finalidade 21, 24-6
 categoria apenas social, crítica ao idealismo 25-6
 posição teleológica e possibilidades e necessidades 39-40
 e realização material 297, 310-2
 diferença natureza e ser social 309-10

Teleologia versus causalidade (*Teleologie versus Kausalität*)

Volume 13

crítica à teleologia enquanto categoria universal 19-24
 Kant: “adequabilidade sem propósito” 20-3, 430-1 (Hartmann)
 e Kant e Hegel 22-25
 e síntese reprodução social 198-9
 teleologia apenas no trabalho 198-9, 268-9, 292-4
 teleologia e cadeias causais 258-9, 283-4, 295 (e conhecimento), 618, 627

“única conexão ontológica” 284

teleologia e causalidade 591 e método), 650-2 (e progresso), 672-3

exemplo da taxa de lucro 601

valor e valoração 617-8

ineliminável tensão 665 (gênero mudo e não mais mudo)

Volume 14

generalização da teleologia, mito 13, 14-6

e conhecimento necessário *versus* ontologia fictícia 13-16

causalidade posta; materialismo pré-marxista e a teleologia 16-7

em Aristóteles 16

em Hartmann 17-8 (posição de finalidade e pesquisa dos meios)

objeto, teleologia e causalidade 20-1

a concepção gnosiológica e a ontológica de teleologia 20

conhecimento necessário ao pôr teleológico 21, 440 (coeficiente de incerteza)

e objetivação 36-8

é sempre concreta: ser-precisamente-assim/alternativa 38-40, 52-3

e teoria e prática, e ciência e ontologia 50-1

a resolução marxiana da relação teleologia/causalidade 51-2

teleologia só posta, a causalidade poder ser posta ou não 52, 308-9

sem causalidade não há teleologia 297-8

sem objetivação não há teleologia 297, 306

“apenas em um ser causalmente determinado” 309

e séries causais 329

agir e circunstâncias não escolhidas 331-4

síntese e heterogeneidade ontológica 343, 440 (posições teleológicas secundárias e primárias), 504

“interesse” na preparação e execução do pôr teleológico 382-3

superação da imediatividade, generalização 415

causalidade não é teleológica 424-5, 452-3 (e revoluções), 504, 669

natureza e leis econômicas que “independem” do pôr 458-9

posição teleológica e processo global 424, 503-4

ato singular *versus* totalidade 424-6, 640

teleologia e síntese totalidade social causal 424-6, 464, 504, 645

Tempo de trabalho socialmente necessário/tempo trabalho necessário (*gesellschaftlich notwendige Arbeitszeit/notwendige Arbeitszeit*)

Volume 13

tendência universal à redução 256, 630-1

igual a trabalho abstrato 589-90

um aspecto do desenvolvimento capacidades humanas 619

imane ao trabalho/trabalho primitivo e após “superar” o mercado 631

Volume 14

e divisão social do trabalho e “economia de tempo” 75

“surge” em “determinada altura” 124

não existe apenas nas trocas 124

categoria universal 125-7

resultado espontâneo da reprodução 193

Tempo Livre (*freie Zeit/Freizeit*)*Volume 14*

e forças produtivas 76

e reino da liberdade 118 (ócio)

Temporalidade (*Zeitlichkeit*)*Volume 14*

irreversibilidade do tempo e salto para fora da natureza 8-9

e alienação 675-7 (futuro)

Teoria *versus* praxis*Volume 13*

praxis como critério 16

teoria, prática e conhecimento 56 e ss.

Volume 14

centralidade da teoria 496-7

papel do marxismo, crítica ao taticismo 496-9

Ter (cat. do ter) (*das Haben*)*Volume 14*

e consumo de prestígio 130

e alienação 698-700 (*Manuscritos 1844*)

e cultura 701-2

Totalidade

cf. tb. universalidade e momento predominante

Volume 13

caráter sintético *versus* a-historicidade 90-6 (unitariedade ontológica)

e atos singulares teleológicos 191-2, 645-6 (tendências necessárias)

prioridade ontológica e metodológica 241-2, 668

em Hegel 475-6, 519

e momento predominante 572

prioridade ontológica e objetividade 578-9
 síntese atos singulares, tendência 602 (taxa de lucro)
 prioridade ontológica 618-9

Volume 14

prioridade, todo ente tem caráter de complexo 07
 prioridade da totalidade 47-8, 252-3
 totalidade versus *intentio obliqua* 60 (método)
 e os valores econômicos e valores do pôr singular 75
 atos singulares e totalidade social: realidade “dura” 76-7
 economia, totalidade imanente, fechada em si mesma 77-8
 valores e totalidade 87
 momento predominante da reprodução social 120
 totalidade e técnica 126-7
 e atos individuais 137, 249-50
 totalidade e momento predominante na linguagem 175-6
 reprodução da totalidade 199 (Direito)
 prioridade do ser-precisamente-assim 224-6 (estrutura econômica)
 contraditoriedade e unitariedade 245-8
 totalidade *locus* da essência das categorias 256-7
 ato singular e universalidade no capitalismo 282
 e vida cotidiana 508-10
 totalidade social 556-7

Totalitarismo

Volume 14

versus nazismo 692-6

Trabalho coletivo (*Gesamtarbeit*)

Volume 14

do artesão ao operário 273-5

Trabalho

Volume 13

definição 14
 como fundamento e modelo das posições teleológicas 164-5
 um tipo de modelo 180
 base prático-real do ser social 184, 588 (“base elementar”)
 “determinação ontológica central” do ser social 241, 563
 caráter de alternativa 268-9
 e práxis 353 e ss.

e metabolismo com a natureza 450
 transforma natureza e os indivíduos 563
 trabalho abstrato e tempo de trabalho socialmente necessário 589-90
 e alternativa e estrutura do ser social 615-7 (valor)
 e valor, prioridade 620-1

Volume 14

essência do trabalho 09-10, 12, 41
 modelo, fenômeno originário 10, 12, 297-303, 641-2 (modelo geral)
 modelo da práxis social 13-4 (história teleológica), 28 (forma originária),
 41 (essência originária), 46, 66-7, 109-10, 235-6
 caráter de alternativa 34-9
 e “período de consequências” 36, 99
 momento predominante e esfera cognoscitiva 41-2
 categoria fundante, autocriar-se do homem 45, 116 (início genético),
 117, 128-9, 581
 trabalho *versus* trabalho nas sociabilidades mais evoluídas 46, 100 (sabotagem)
 identidade de identidade e não identidade e outras práxis 55-6, 66
 e dever e outras práxis; def. trabalho 65-7
 sua função social, metabolismo com a natureza 67
 fundante valor de uso 10, 69-70
 nas sociedades de classe: valores 81-2
 modifica natureza humana 90-1, 514-6
 e liberdade 97
 determinações decisivas do trabalho 110-12
 corporificação generidade 161
 desenvolvimento da técnica não altera trabalho 181
 “primário” do ser social 224-5
 gênese (*Robentwurt*) 259-60
 “elemento não decomponível 322
 e esferas ideológicas 323
 ligação com natureza e produção do novo 341
 caráter de síntese 341-2
 “em-si” e “para-nós” 356 (correção capítulo O Trabalho)
 nas sociedade primitivas “sem produção” 405-6
 e reprodução, sociabilização e individuação 462
 exteriorização e objetivação 506
 como modelo da praxis, arte 534-5
 neutralidade frente às alienações 535-6
 trabalho abstrato e concreto em “O Capital” 581-2

Trabalho espiritual/intelectual (*geistige Arbeit*)

cf. tb. divisão do trabalho

Volume 14

não é o mesmo que ideologia 427

Tradição (*Tradition*)

Volume 14

objetivação do para-si 541-2

Tragédia (*Tragödie*)

Volume 13

realização da generalidade, contra alienação 209-10

Transição ao socialismo (*Übergang zum Sozialismus*)

Volume 13

e tarefas do marxismo 270-1

Marx e os utópicos 683-6

e valores 686-7

Unitariedade (*Einheitlichkeit*)

cf. tb. dualidade ontológica

Volume 13

e indivíduo humano 13-4, 59, 61-2

biológica e individualidade 55

e continuidade 131-2

e linguagem e ciência 186-8

e generidade 264-8

economia, trabalho e unitariedade do ser social 306

não significa homogeneidade 604

Volume 14

sociedade e natureza 19-21

unitariedade última dos valores 77-8

continuidade e unitariedade (valores) 79-80

e valores 85-6

esferas ontológicas, fundamento do papel da consciência 90-2

e processo histórico universal 219-20

síntese biológico/social 290-1

economia, trabalho e unitariedade do ser social 323-4, 336-7

e individualidade e totalidade vida cotidiana 409

concepção unitária de Marx 479, 673-5 (e anticapitalismo romântico)

Valor (*Wert*)

cf. tb. valor de uso

Volume 13

essência dos valores 56-7

e desenvolvimento individualidade 64-66

e causalidade, marxismo vulgar 74-5

objetividade do valor e valoração 80-4, 617, 677

natureza como valor 82-3

inseparável da objetivação 118 (e trabalho), 308, 677

e negação 118-9

valoração ineliminável vida cotidiana 156 (e trabalho), 308, 321

gênese dos valores na alternativa, homogeneização 502-3, 677

e processo valorativo 616-7, 680-3 (não econômicos), 686-7

valor e alternativa 616-7, 617-24 (fundamento ontológico)

base objetiva, *Grundrisse* 620, 678-9

“fundamento objetivo” 620-4

valor e trabalho, essência e fenômeno 619-23

valor e desenvolvimento capacidades humanas 621

racionalidade ontológica *versus* vida carente de sentido 636-7

valor econômico e valorações 676-9 (gênese)

“motor transformação natural/social” 678

especificidade valor econômico 678-80

Volume 14

gênese na teleologia do trabalho 26

trabalho e valores 53

dever e valor: conexões ontológicas; no ato de trabalho 68-77

valor e propriedades naturais 68-9

fundamento ontológico e dever, valor de uso e trabalho 68-9

o medieval dos modernos: Hobbes, Spinoza e os Iluministas 72

unitariedade última dos valores 71-2

salto ontológico, valores e *Aufhebung* 71-2

gênese/caráter se...então do valor 73

caráter objetivo e alternativa 73-5

objetividade do valor 73-5, 83-7, 313-4, 349-50, 394

valores econômicos e valores do ato singular 75

economia de tempo de trabalho, tempo livre e valor 76

utilidade e gênese do valor 77

valor, trabalho e objetividade do valor 76-7

objetividade dos valores econômicos *versus* subjetividade valores singulares 77-9

valores do trabalho, esferas superiores; Direito e economia 79-80

e economia e alienação 81-2
 e crítica a Weber 82-3
 gênese ontológica do valor 83-4, 148-9, 295
 e reprodução social, praxis 83
 a peculiaridade da realização do valor 85
 objetividade do valor 85-6, 114
 caráter do valor 85
 valor: parte “orgânica” da substância social 85
 racionalizável *post festum*, contraditoriedade e o “relativismo” 85-6
 base ontológica: trabalho 148-9
 necessidade e liberdade 151-2
 e praxis social, liberdade e gênero não mudo 151-3
 realização parcial da generidade; para-si antes do comunismo 161
 e hierarquia das esferas ontológicas 208
 dialética concreta do valor só na ética 247
 síntese da relação entre objetividade e valores 254 (Marx)
 e alternativa 313-5
 valorosidade dos atos 314, 349-50, 360-1
 fundamento ontológico e ato subjetivo de valorar 313-5
 inexorabilidade 314-5
 objetividade e subjetividade nas valorações 349-50, 361
 valor objetivo causa valoração subjetiva 349
 fundamento genético objetivo 349-50
 e eteriorização-objetivação 360-1
 e vida cotidiana 385

Valor de uso (*Gebrauchswert*)

Volume 14

valor de uso e valor de troca 10
 valor: categoria objetiva ou subjetiva? 68
 valor de uso e afastamento da barreira natural 68-9
 valor de uso e demais valores econômicos 69-71
 utilidade, Agostinho e concepção idealista dualista 70-2

Vida cotidiana (*Alltagsleben*)

Volume 13

como fundamento e ciência 33-4 (Período Moderno)
 e historicidade 36-7
 imediaticidade e historicidade 90-1
 e valoração 156, 385

e limite conhecimento 221, 615
 concepção de mundo *versus* objetividade 225-6
 e confronto com a realidade (Hartmann) 440-1

Volume 14

vida cotidiana e religião 13
 e exteriorização 367
 “determinada” pela exteriorização 367
 e articulações fundamentais, conhecimento 372-9
 e objetivação/exteriorização 373-7
 e “teorias filosófico-científicas” 383-5, 393, 487-8
 e valor 385
 gênese: unitariedade ontológica 409
 e ontologia da vida cotidiana 408-14, 418-9 (objetivação-socialização),
 601-2 (e ideologia)
 e individualidade e unitariedade ontológica 409-10
 mediação entre economia e ideologia 411-3, 487
 e história revoluções 454
 e consciência 463 (hoje)
 e ideologia 487
 e ciências naturais 487-8
 relevância metodológica da sua investigação 508-9
 e totalidade 508-10
 para-si e vida cotidiana 524-5
 religião, Direito e política e vida cotidiana 571-3
 e relação imediata teoria/prática 572-3
 e religião, características gerais da vida cotidiana 572-3
 e individuação 573-4
 conhecimento *versus* ignorado; transcendência 574-5
 e alienação 586-8, 635-7
 prioridade da vida cotidiana nas coisificações 599-601
 ser e dever, coisificação na vida cotidiana 600-3
 e ideologia da vida cotidiana 635-7

Violência (*Gewalt*)

Volume 13

e economia 611-2

Volume 14

e economia 209-10, 221 (guerra), 657-60
 e classes sociais 216-7

Apresentação ao Posfácio de Frank Benseler

Georg Lukács faleceu em 1971. A publicação do original, em alemão, da *Ontologia* e dos *Prolegômenos* ocorreu entre os anos de 1984 e 1986. Em 1976 e 1981 a editora Riuniti, do antigo Partido Comunista Italiano, deu a público a tradução para o italiano da *Ontologia* por Alberto Scarponi (A tradução ao italiano dos *Prolegômenos* viria em 190). A edição alemã parte do projeto de publicação das *Obras de Lukács* (referida como “Obras” – *Werke* – ou como “Obras completas” – *Gesamtausgabe*) e foi acompanhada por este posfácio de Frank Benseler, o editor de Lukács. O leitor não terá dificuldades em perceber que alguns dos tópicos são claramente datados (em algumas passagens foram introduzidas notas para que se tornassem compreensíveis ao leitor brasileiro dos nossos dias); contudo as informações sobre a preparação dos manuscritos e os diversos planos de edição que foram sucessivamente abandonados possibilitam compreender o ambiente intelectual e político em que se deu a publicação destas obras de Lukács. Talvez, contudo, o mais valioso sejam as informações acerca da atividade intelectual de Lukács na última década de sua vida, de como de sua “Ética” brotou a “Ontologia” e da relação do filósofo húngaro com os integrantes da “Escola de Budapeste.”

POSFÁCIO DO EDITOR

Frank Benseler³⁰

Em sua correspondência com o editor³¹, Lukács menciona a “Ontologia” pela primeira vez em 19 de setembro de 1964. Sobre as múltiplas interrogações acerca do prosseguimento do trabalho de edição, que na época incluía seis volumes, escreve Lukács: “A questão a saber é – e isso também se relaciona com a edição completa – que estou agora no meio do trabalho sobre a Ética. No entanto, resultou que a primeira parte da Ética será muito mais

30 Benseler, F. “Nachwort” in Lukács Werke, Band 14. Luchterhand Verlag, Darmstadt und Neuwied, 1986, p. 731-753. Tradução de Frederico Lambertucci/revisão de Mariana Andrade.
31 {Nota da tradução} Benseler refere a si próprio, no texto, como “editor”. As notas que aparecem no texto estão divididas em dois seguimentos. No primeiro estão notas originalmente no corpo do texto de Benseler, todavia, para facilitar a leitura e tornar o texto mais nítido, optamos por colocá-las como notas de rodapé. As notas da tradução, estão sinalizadas “{Nota da tradução}” e servem para esclarecer opções de tradução e ou contextualizar o posfácio de Benseler para torná-lo mais acessível. Por fim, as notas da tradução são da lavra não apenas do tradutor, mas também da revisão.

extensa do que eu já havia imaginado. Ela provavelmente se tornará um livro independente de pelo menos 300 páginas. Quando estiver terminado, temos que decidir se o livro não deve aparecer como um trabalho independente, possivelmente na edição completa, ou como um volume provisoriamente separado. O título do trabalho é ‘Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins’ (Para a Ontologia do Ser Social)”.

Empregando-se essa referência, muitas das declarações de Lukács sobre a gênese da obra podem ser mais bem ordenadas, bem como a virada, o ponto de cristalização nitidamente no sentido stendhaliano, a partir do qual a “Ética” se enterra na “Ontologia” de Lukács. Inicialmente, Lukács tinha prescrito, depois do término de “A peculiaridade do estético” uma segunda e terceira parte da Estética³². Mas já no dia 25 de novembro de 1960, ele escreve, em um primeiro esboço de seu plano para a edição de suas obras completas, que está preparando, como o volume V, “O lugar da ética no sistema de atividades humanas (a obra sobre a Ética na qual estou trabalhando agora.)”. Que desde o início materialmente se tratava de uma ética da liberdade, que – coroando o desenvolvimento do ser social – brota da dialética da auto-referência histórica, da autocriação e da alienação, torna-se claro quando Lukács, ante uma carta natalina do editor em que este diz: “Todos nós estamos enredados, com mais ou menos esforço, no Princípio de Bloch!”, respondeu rapidamente, com determinação e relativa minúcia em 23 de janeiro de 1961: “Subjetivamente, sou contra o princípio de esperança de Bloch. Isso não se aplica apenas a Bloch. Por muito tempo compartilhei da concepção epicurista de Spinoza e Goethe, que rejeitavam o medo e a esperança como emoções, porque os consideravam perigosos para a liberdade genuína da humanidade. Isso não significa nenhum pessimismo; pelo contrário. Quando falo em vez de esperança sobre (devo dizer: “de” F.B.) confiança em relação à perspectiva, então a diferença parece ser somente quase verbal. Trata-se, pois, de que somos testemunhas – infelizmente de forma muito pouco consciente – de um revolvimento radical da existência social e compartilhamos a convicção de Marx de que, mais cedo ou mais tarde, a alteração da base deve necessariamente ser seguida por uma alteração da superestrutura. Suas observações mostram-me que estamos muito próximos nesta questão.

Uma semelhante nuance eu gostaria de salientar na perspectiva da operatividade. Eu acredito que hoje o ponto de vista filosófico de Spinoza, *sub spezie aeternitatis*, permanece preservado, mas com uma modificação qualitativamente decisiva: a saber, que a eternidade agora significa a continuidade do desenvolvimento da humanidade e que portanto eleva-se dos altos e baixos do

32 {Nota da tradução} A “Estética” de Lukács, qual hoje conhecemos, é apenas a primeira parte de uma obra que teria três partes. Apenas a primeira, “A peculiaridade do estético”, foi redigida. É a este fato que Benseler se refere.

movimento diário empírico, mas em essência permanece um componente do processo sócio-histórico.”

Naquela época, Lukács tinha completado a edição final do manuscrito para o primeiro volume da “Estética” e, como sua esposa³³ afirma expressamente, trabalha no segundo volume da “Estética”, sob o título “Obra de arte e comportamento estético”. A impressão de que avança para a “Estética” é mantida por Lukács ainda por mais tempo; ao mesmo tempo, contudo, correspondências e conversas com estudantes e amigos demonstram que as questões da relação entre estética e recepção, liberdade artística e criação, são cada vez mais subsumidas a problemas éticos, que por sua vez são dominados por uma visão total do desenvolvimento humano. Lukács escreve em 12 de julho de 1961: “No que diz respeito à Estética, infelizmente vossa esposa tem razão: tal como em um conto de fadas, se deve comer pela borda o mingau grosso de arroz. Creio que isso não é culpa minha individual, mas do período em que vivemos. Eu já escrevi anteriormente para o senhor sobre a importância dos problemas categoriais. Se eu fosse hoje trinta anos mais jovem e um influente professor universitário, tentaria mobilizar pelo menos uma dúzia de jovens talentosos para monografias sobre as categorias. Mas, eu tenho que fazer a parte do trabalho que recai sobre mim, sozinho, de uma maneira longa e muito pouco agradável. Mas o trabalho tem de ser feito porque a nossa pesquisa está paralisada e ossificada há quarenta anos, e o que acontece no Ocidente é pura impostura a esse respeito. Poder-se-ia dizer que subjetividade e objetividade, fenômeno e essência etc. são sistematicamente confundidos um com o outro. Produzir uma ordem aqui é quase como limpar um estábulo de augias. Claro, isso não é nem satisfatório nem agradável; nem para o autor e ainda menos para o leitor.”

Vê-se claramente como Lukács interpreta filosoficamente e em termos da história universal, após Lenin e qual exigência ele postula: por um lado, nada mais é pretendido do que uma teoria da vida sobre a base de certas categorias que, no entanto, resultam como produtos do trabalho humano contra e com a natureza, por outro lado, uma “história do desenvolvimento da confiança”, que de fato também chegou à forma na “Ontologia”.

A transição da denominação de “Ética” à “Ontologia” ocorre espontânea, veemente e decisivamente. Entre os muitos livros que Lukács solicitou pelo correio e cujos títulos permitem deduções mais acuradas sobre seus interesses e movimentos de pensamento, encontra-se também, de Ernst Bloch, “Philosophische Grundfragen I, Zur Ontologie des Noch-Nicht-Seins” (1961) (“Questões Filosóficas Fundamentais I, Sobre a Ontologia do Ainda-Não-Ser”). Em 15 de fevereiro de 1961 o pequeno livro foi lançado; no dia

33 {Nota da tradução} Gertrud Bortstierb Lukács, que viria a falecer pouco tempo depois, em 28 de abril de 1963.

9 de março, ele responde: “Li o pequeno livro de Bloch. É uma fascinante decorativa salada italiana de subjetivismo, que se dá objetivamente, e de uma objetividade muito esparsa e abstrata. Foi bem agradável ver que Bloch não desistiu de sua ética de esquerda.” A combinação de liberdade subjetiva socialmente estruturada, de objetividade natural-dialética mais abstrata, de ontologia e ética, salta ao olhos – e enxerga-se no presente trabalho de Lukács como ele se esforça para enlaçar liberdade e necessidade no desenvolvimento histórico, as barreiras inexoráveis da determinação natural com o ser humano como um ser “que responde”, e sua “posição teleológica” utilizando a liberdade para mediar o objetivamente dado; fica claro que a leitura de Bloch por Lukács teve um efeito de alívio e, por outro lado, o induziu a se apoderar do título. Pode ser que nessa ocasião Lukács tenha lembrado como Bloch, numa exuberância juvenil, fez projetos para “grandes obras”³⁴ ao passo que Lukács ainda estava nos ensaios – para ele, agora, a reversão era expressiva: na melhor das hipóteses, Bloch havia produzido um ensaio sobre o problema cardinal, enquanto Lukács tinha feito dele um sistema.

Esse “ponto de cristalização” é importante: a partir de agora, Lukács vê a si mesmo como sem concorrentes, o único em atividade no campo, sente que um fardo histórico lhe é imposto. De fato, Lukács retorna com isso a um tema, e suas tentativas de resolvê-lo, que o ocupou no início dos anos vinte, e do qual resultou “História e Consciência de Classe”. A tentativa de formular uma posição sócio-ontológica a partir da categoria de totalidade tornou obsoleto, de um só golpe, tanto o acadêmico positivista quanto o marxismo político não dogmático. No entanto, a revisão da dialética radical, unicamente social³⁵, que Lukács ainda pronuncia em seu prefácio de 1967 (Lukács, 1968), dificultou muito o estabelecimento da abordagem sócio-ontológica por trás dela (Cf. Habermas 1985, p. 244). O mal-entendido não foi apenas desencadeado, mas também promovido pelo próprio Lukács. Durante muito tempo, ele operou com um conceito de ontologia, que - como anteriormente forjado por Lenin – significava realidade objetiva em oposição à gnosiologia. Para ele, um ser não dialético – como teoria natural antissocial, incompatível com suas convicções fundamentais de uma dialética histórica (subjetiva bem como objetiva) – apenas fora o caso quando a filosofia ocidental considerou a ontologia como realidade gnosiologicamente fundada, através da identifi-

34 Cf. G. Lukács, “Briefwechsel 1902-1907”, eds. de E. Karädi e E. Fekete, Stuttgart 1982; E. Bloch, “Geist der Utopia” [Espírito da Utopia], Munique e Leipzig 1918, e agora nas Obras Completas, vol. 16, Frankfurt 1971.

35 {Nota da tradução} Uma das teses nodais de “História e Consciência de Classe” é a inexistência de dialética na natureza. Tanto nos “Prolegômenos...” quanto na “Ontologia” esta tese é negada frontalmente: Lukács afirma seu materialismo demonstrando como, da dialética do inorgânico vem a vida e, da dialética desta, o ser social – pelas mediações dos respectivos saltos ontológicos. É a isto que esta frase de Benseler se refere.

cação dogmática da objetividade encontrada na consciência com a realidade “fictícia”, como escreve Lukács (1951, p. 134, volta-se contra Husserl). Pouco tempo depois, Wolfgang Harich, o editor berlinense das louváveis edições de Lukács na DDR que remontam a 1956, advertiu Lukács sobre Nicolai Hartmann³⁶. Daqui em diante, Lukács trabalha lentamente, seguindo justamente essa trilha, como mostra o capítulo sobre Hartmann (Hartmann 1926, 1935, 1940, 1951). Lukács concebe a natureza como um autêntico em-si, que é antes de tudo independente de toda construção social e mesmo conceitual. É característico da colocação da “Ontologia” do ser social que, como Lukács quer demonstrar – a partir das falhas tentativas dos neopositivistas e dos existencialistas, passando pelo precursor, Nicolai Hartmann –, a descoberta hegeliana da ontologia ascende a princípio fundamental de Marx. Lukács se expressa comedidamente sobre o avanço do trabalho. Em 28 de março de 1964, ele escreve que as coisas prosseguem muito lentamente. No entanto, depois que a editora informa que o volume 13 da edição das Obras permanece reservado à “Ética”, ele responde lapidarmente, abandonando sua reserva, em 17 de outubro de 1964: “Eu estou ditando o primeiro capítulo da Ontologia”. E em 31 de outubro de 1964: “Agora já lhe posso finalmente escrever porque o primeiro capítulo da Ontologia já está transcrito. Ficou com 120 páginas. Isso mostra que a primeira parte da Ética se tornou independente. Esta parte, ‘Para a Ontologia do Ser Social’, será provavelmente um livro inteiro e mesmo volumoso. Eu espero terminá-lo no curso do próximo ano, então deve ser publicado como um volume independente.” O delineamento da “Ontologia” está evidentemente fixado. Lukács escreve em 22 de setembro de 1965: “Estou trabalhando em uma ‘Ontologia do ser social’. Esta primeira parte tornou-se de fato independente e tem o propósito de se tornar um grande livro. Por enquanto, estou completando o terceiro capítulo da parte histórica (Neopositivismo e Existencialismo, N. Hartmann, Hegel, Marx), apenas então segue a segunda parte: Trabalho, Processo de Reprodução, Alienação, Ideologia. Como já tenho cerca de duzentas páginas, será um livro com pelo menos 500 páginas. Só então eu poderei abordar a Ética propriamente.” A partir de então, o processo de desenvolvimento pode ser acompanhado desde fora com precisão. Que Lukács - também sob a influência das discussões com seus alunos - está seguro da tarefa, mas hesita quanto ao sucesso e se preocupa com seu próprio desempenho, ele indica em 10 de fevereiro de 1965: “Tomara que este livro não se torne uma decepção. Acabei de completar o capítulo sobre Hegel e agora estou trabalhando no capítulo de Marx. Apenas então vêm as questões propriamente sociais. Tomara que funcione”. E já em 27 de agosto de 1965 diz: “Eu decidi, se possível, fazer algo para Abendroth

36 Cf. Harich 1975, p.18; Harich descreveu isto, repetida e extensivamente, tanto pessoalmente como por carta, ao editor.

(ou seja, para a homenagem no ‘Gesellschaft, Recht und Politik’³⁷ se eu conseguir extrair uma pequena parte do capítulo de Marx da Ontologia.” Em 23 de abril de 1966, ele relata: “Eu terminei o sexto capítulo (Reprodução). Se tudo correr bem, não é impossível que o livro esteja todo terminado no final do ano. Eu ficaria muito feliz, porque com isso estaria aberto o caminho para a Ética.” Em 8 de março de 1966, Lukács informa que deixou uma pequena parte da “Ontologia” para o Neuen Forum/ Viena; então sob o título “Kunst als Selbstbewußtsein der Nation”³⁸. Publicado em 1966, foi retirado, não do capítulo de Marx da “Ontologia”, mas do livro “Über die Kategorie der Besonderheit der Ästhetik”, que foi publicado em 1967 como um volume especial. No entanto, essa confusão de Lukács mostra quão intimamente ele entendia o problema das categorias no contexto da “Ontologia”. Em 26 de agosto de 1966, Lukács responde a uma carta da editora Reifferscheid, que pergunta pela “Ética”: “Meu novo livro (isto é, a “Ontologia”, F. B.) progride lentamente. Ainda restam dois capítulos. Dificilmente será possível, infelizmente, que o Dr. Benseler, que, esperamos, venha logo a Budapeste, leve uma parte, já que percebo durante a redação que após a conclusão do trabalho algumas revisões, inserções etc. serão necessárias.”

Aqui não se expressa algo de uma dificuldade imanente, nem quer dizer um processo de produção tecnicamente difícil. (Lukács ditou o esboço do manuscrito a uma assistente que muitas vezes cometia erros de ortografia, seja porque ela não entendia o conteúdo, seja porque ela escutava errado o alemão não familiar); antes, pelo contrário, trata-se de um conjunto de “alunos” de Lukács (que ele mais tarde em uma carta ao editor do *Times*, datada de 15 de fevereiro de 1971, impressa no *Times Literary Supplement* de 1 de junho de 1971, nº 3, quis reforçar pelo termo geral “Escola de Budapeste”) que, volta e meia, tinha entrado em discussões, ponderações e crítica intensivas. Isso foi mais tarde condensado nas “Notas para o camarada Lukács sobre Ontologia 1968-1969”, que vieram de Ferenc Fehér, Ágnes Heller, György Márkus e Mihály Vajda, e das quais trataremos a seguir. Lukács também enfatiza essas “dificuldades de trabalho” mais tarde, p. ex., em carta de 16 de maio de 1967. Deve-se, no entanto, ter em consideração que, precisamente neste mesmo período, ele escreveu numerosos ensaios menores (“Der große Oktober 1917 und die heutige Literatur”) (“O Grande Outubro de 1917 e a Literatura Moderna”), prefácios de seus trabalhos anteriores (Bd. 2: “Geschichte und Klassenbewußtsein”) (vol. 2 das Obras: “História e Consciência de Classe”),

37 “Gesellschaft, Recht und Politik” [Sociedade, Direito e Política], ed. v. H. Maus, Soziologische Texte (Neuwied-Berlin 1968, F. B.), (Publicado em: Neuen, Forum Wien, XIV/160-16, Abril-Maio de 1967, p. 344 e segs. e XIV/162-163, Junho/Julho de 1967, p. 518 e seguintes.

38 “Kunst als Selbstbewußtsein der Nation” (Arte como Autoconsciência da Nação) Volume XIII/52-153, Ago./Set.

estava ocupado com correções para os volumes da edição completa e dava entrevistas políticas – portanto estava, de fato, sob considerável pressão.

Lukács relata com alívio perceptível em uma carta datada de 27 de maio de 1968. “Nesse meio-tempo, finalmente concluí o último capítulo da Ontologia. Agora vem ainda o ditado e depois a verificação de todo o manuscrito. Espero ter acabado a coisa toda no verão ou no outono. Finalmente!”; e, em 2 de setembro de 1968, após indagações insistentes: “A primeira transcrição da Ontologia está pronta. Depois de ter levado cinco anos, deve-se seguir uma revisão crítica acurada de todo o texto. Isto provavelmente durará alguns meses, de modo que eu não posso lhe prometer o manuscrito antes do final do ano.” Porém, na mesma carta, Lukács mostra que e como ele acredita que pode fazer deduções diretas e práticas de discussões ontológicas abstratas. Diz ele: “Estou jogando com a ideia de escrever um ensaio maior sobre as questões sócio-ontológicas da democratização de hoje (em ambos os sistemas)”. O opúsculo realmente surgiu com o título “Democratização hoje e amanhã”³⁹; porém, o texto datilografado de 532 páginas foi publicado, em alemão apenas em 1985⁴⁰. Lukács interrompeu devido a isso a redação final da “Ontologia” (carta de 23 de setembro). De fato, o trabalho na “Ontologia” atrasa-se. Em um encontro em Budapeste, em novembro de 1969, Lukács esclarece que o manuscrito finalmente estará pronto em fevereiro, mas que ele precisa ainda de meio ano para a toda a revisão. Porém, mesmo esses prazos não são cumpridos: em 6 de junho de 1970, diz: “Estou próximo de terminar a Ontologia”, em 17 de junho: “Além disso, finalmente consegui fazer a primeira redação para a Ontologia. Agora eu tenho que revisá-la - e então, esperançosamente, você receberá um exemplar.”

Mas o que é realidade, o que é intenção, permanece indistinguível: após a concessão do Prêmio Goethe, que é justificado pela “responsabilidade pedagógico-popular (ante) a ciência” e “preservação da cultura clássica alemã” (prêmio de 28 de agosto de 1970), Lukács escreve um discurso que vai de Goethe a Marx, faz um salto para o “reino da liberdade” e, então, difunde os fundamentos ontológicos⁴¹. Mais uma vez atrasa-se o manuscrito. A editora “parabeniza-o” em 30 de junho de 1970 “pela primeira transcrição da ‘Ontologia’”, mas Lukács esclarece em 24 de agosto que não continuou a trabalhar na “Ontologia” por que o clima lhe afetou. Por fim, no último encontro com a editora em 20 de abril de 1971, em Budapeste, ele disse que havia atrasado a “Ontologia” porque estava se recuperando de sua doença

39 Cf. Lukács 1985 e F. Benseler, Sozialismus und Demokratisierung “[Socialismo e Democratização]”, em: 5/1985.

40 {Nota da tradução} A demora para a publicação deste texto de Lukács não se deveu apenas a questões editoriais, o próprio Lukács pedira para que a publicação só ocorresse em torno de dez anos depois de sua escrita.

41 Georg Lukács para *ad lectores* IO, 13/4/ 1970, Neuwied e Berlin 1970, p. 127-131. b

apenas muito lentamente, às vezes adormecendo na mesa de trabalho. Mas, antes, havia terminado uma introdução de quatrocentas páginas. Ele, enquanto isso, entregou para publicação um capítulo mais longo e, então, também o passava ao editor (trata-se do capítulo “Hegel”, que foi publicado em um jornal filosófico húngaro e apareceu em setembro de 1971, após cuidadosa edição de Ferenc Bródy para a coletânea da *Luchterhand*). Como uma nova razão para não remeter o manuscrito, surge então a alusão de que o Partido dos Trabalhadores Socialistas Húngaro começa a se interessar pela “orientação sócio-ontológica” (não confundir com a expressão frequentemente usada “ontologia social”⁴²), porque uma série de intelectuais estão se referindo ideologicamente a Lukács, e é por isso que o veredicto do Comitê Central deve ser aguardado. (Concretamente: György Aczél, responsável pela política cultural, então vice-primeiro-ministro da Hungria, quis ler o manuscrito). Sobre o decorrido posteriormente, relata István Eörsi⁴³: “A crítica por parte dos amigos e alunos não o fez duvidar da concepção básica ou do seu método de pensar. Em vez disso, convenceu-o de que sua apresentação carecia da necessária força de persuasão. Na corrida contra a doença, sobre a qual ele não teve dúvidas, ele tentou, em cerca de quinhentas páginas, um resumo do nódulo essencial de seu ponto de vista. Esses ‘Prolegômenos’, que evitam o rígido dualismo da parte histórica e metodológica, não é na realidade uma introdução para a ‘Ontologia’, de modo nenhum um prefácio: é o sumário de uma obra jamais escrita (talvez impossível de ser escrita). Além do conteúdo objetivo dos ‘Prolegômenos’, deve-se admirar a devastadora conquista humana: o poderoso ato de força com o qual Lukács procurou atrasar a doença por meio exercício exaustivo (*Sandsack*)⁴⁴ da busca de seus conceitos e convicções. Lukács não pode terminar de ler a cópia passada a limpo de seu trabalho, mesmo que nos últimos momentos de sua doença uma brigada de SOS tenha datilografado o manuscrito incomumente difícil de ler. Folheando as páginas datilografadas com suas mãos debilitadas, György Lukács deixou, cheio de esperança, sua obra e seu impacto ao julgamento do futuro.”

O próprio Lukács admitira aos seus alunos, desde o início de 1971, que não era mais competente na avaliação da “Ontologia”. Ele, por isso, voltou-se, nos últimos meses de sua vida, à gravação de sua autobiografia. Neste esboço, ele

42 Cf. Korthals, 1985 e Heller, *in* Heller 1983).

43 No prefácio à edição húngara da “Ontologia”, cf. também “Das Recht des letzten Wortes” [O direito das últimas palavras] em: Europäische Rundschau 1978, Vol. 4, 5. 77 e segs.; *in* Georg Lukács, “Gelebtes Denken” [Pensamento Vivido], Frankfurt 1981, p. 7 e segs., e “Gelebtes Sterben” [A morte em vida] in: F. Benseler [ed.], “Revolutionäres Denken” [Pensamento revolucionário] Darmstadt e Neuwied 1984, p. 50 e segs.

44 *Sandsack*, literalmente “saco de areia”, o equipamento que os boxistas empregam para treinar socos. A referência é a luta por Lukács para se aprimorar no domínio das categorias ontológicas. A passagem é de difícil tradução, pois a expressão “saco de pancadas”, além do seu significado literal, expressa metaforicamente um esforço sobre-humano.

diz: “Subjetivamente: tentativas de formular os princípios da ontologia marxiana: para isso, disposição principal (autobiografia, complemento subjetivo, ilustração, fundamento etc.). Na verdade: pressupostos humano-individuais para uma compreensão correta dos problemas ontológicos. Por isso: convergência: generidade do ser humano como solução do grande problema da época (individualidade como consequência da relação social cada vez mais pura do singular com a sociedade. Imanência aparente; efetivamente: generidade). Autobiografia tendências subjetivas (em desenvolvimento) para a efetivação prática da própria generidade (= desdobramento efetivo da individualidade). Aqui, verdade mais profunda do marxismo: tornar-se humano do ser humano como conteúdo do processo histórico, que se efetiva – de modo muito variado – em cada vida humana singular. Assim, cada ser humano – não importa com que grau de consciência – é um fator ativo no processo total, cujo produto ele é ao mesmo tempo: aproximação da generidade na vida individual é a real convergência de ambos os caminhos evolutivos reais inseparáveis. Direção e resultado: direção (papel da decisão individual; histórica + (inseparavelmente) profundamente pessoal).”⁴⁵ Como quer que se possa pensar essa auto-interpretação, a tentativa de determinar a própria biografia a partir da obra e vice-versa, essas mesmas observações tardias mostram que Lukács sustentou sua concepção de ontologia até o último fim. Para o editor, que teve de tomar uma decisão sobre se a obra deveria aparecer como “obra póstuma” e editada ou se teria o caráter de uma edição “de última mão” com as consequências resultantes disso, justamente estes últimos comentários tornaram-se decisivos. Em termos de conteúdo, Lukács não tinha dúvidas sobre seu esboço da ‘Ontologia’, ainda que pudesse ter se tornado perfeitamente consciente da oposição negativa entre a conservadora moldura do sistema e o conteúdo progressivo, a impossibilidade de separar a arte histórica da sistemática⁴⁶.

45 Lukács: Pensamento Vivido. Instituto Lukács, 2017, p. 213-4.

46 {Nota da tradução} Naqueles anos, desdobrava-se uma polêmica – que o futuro demonstraria não ter cabimento – sobre a impossibilidade de uma obra sistemática ser, ao mesmo tempo, dialética. Discutia-se, então, a relação entre “lógica dialética” e “sistema”, como se o segundo fosse “fixo” e oposto à mobilidade da “lógica dialética” – muito brevemente, o equívoco se situava no tratamento da dialética como uma “lógica” construída pela subjetividade ao invés de ser o movimento do próprio real. O pano de fundo era, evidentemente, “O Capital” de Marx tomado sob o ponto de vista das concepções mais próximas ao althusserianismo. Em relação à “Ontologia”, a organização da obra em duas partes, a primeira dita histórica (os capítulos sobre o positivismo, Hegel, Marx, Hartmann etc.) e a segunda, dita sistemática (Trabalho, Reprodução, Ideologia e Alienação), foi, seguindo o *Zeitgeist* de então, colocada em xeque pelos integrantes da “Escola de Budapeste” a partir do pressuposto de que nenhuma teoria exposta sistematicamente poderia ser dialética! No texto acima citado de Eörsi, já ecoa algo desta polêmica na frase “Esses ‘Prolegômenos’, que evitam o rígido dualismo das partes históricas e metodológicas, na realidade absolutamente não são uma introdução da ‘Ontologia’, nem mesmo um prefácio: é o sumário de uma obra jamais escrita (talvez

Em 4 de junho de 1971, Lukács morreu. Até maio, rapidamente, Erzsébet Vezér e István Eörsi haviam gravado, seguidamente, áudios de Lukács de questões isoladas para complementar as gravações autobiográficas. Essas passagens são aqui necessárias porque contêm a certificação do esboço da “Ontologia”, bem como do trabalho como um todo:

“E (Eörsi) - O senhor diria, para terminar, algumas palavras sobre a sua última obra, a ‘*Ontologia?*’”

“L (Lukács) - Segundo Marx, imagino a ontologia como a verdadeira filosofia baseada na história. Ora, historicamente, é indubitável que o ser inorgânico aparece primeiro e que dele – não sabemos como, mas sabemos mais ou menos quando – provém o ser orgânico, com suas formas animais e vegetais. E desse estado biológico resulta depois, através de passagens extremamente numerosas, aquilo que designamos como ser social humano, cuja essência é a posição teleológica dos seres humanos, isto é, o trabalho. Esta é a categoria nova mais decisiva, porque compreende tudo em si. Não se esqueça de que nós, quando falamos da vida humana, falamos nas mais diversas categorias de valor. Qual é o primeiro valor? O primeiro produto? Uma clava de pedra ou corresponde ao seu propósito ou não corresponde. No primeiro caso será plena-de-valor, no outro será sem-valor. Valor e ausência de valor não se apresentam ainda na existência biológica, pois, na verdade, a morte é um processo análogo à vida. Entre elas não há diferença essencial. A segunda diferença fundamental é o “dever”, que nós húngaros chamamos ‘*Legyen!*’, ou seja, as coisas não se modificam por si, não por processos espontâneos, mas em consequência de posições conscientes. A posição consciente significa que o propósito precede o resultado. Este é o fundamento de toda a sociedade humana. Aquela oposição que existe entre valor e não-valor, entre “ter podido realizar” e “ter sido realizado” constitui, na verdade, toda a vida humana.”

E – “Até que ponto esta teoria foi elaborada pelo próprio Marx?”

L – “Marx elaborou principalmente – e esta eu considero a parte mais importante da teoria marxiana – a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico. Nos manuscritos parisienses, Marx diz que só há uma única ciência, isto é, a história, e até acrescenta: ‘Um ser não objetivo é um não-ser’. Ou seja, não pode existir uma coisa que não tenha qualidades categoriais. Existir, portanto, significa que algo existe numa objetividade de determinada forma, isto é, a objetividade de forma determinada constitui aquela categoria à qual o ser em questão pertence. Aqui a ontologia se distingue nitidamente da velha filosofia. A velha filosofia esbo-

impossível de ser escrita).” Logo abaixo no texto de Benseler, o leitor notará, na discussão de qual lugar que caberia aos “Prolegômenos”, se antes ou depois da “Ontologia”, um ressonância também desta querela. Os estudos posteriores mostraram que esta era, de fato, uma falsa questão – não apenas em relação à obra de Marx, mas também em relação aos manuscritos póstumos de Lukács. Sobre estes últimos, não há nenhuma comprovação de qualquer disjunção categorial entre os capítulos ditos históricos e os sistemáticos.

çava um sistema de categorias no interior do qual apareciam também as categorias históricas. No sistema de categorias do marxismo, cada coisa é, primariamente, algo dotado de uma qualidade, uma coisidade e um ser categorial. Um ser não objetivo é um não-ser. E dentro desse algo, a história é a história da transformação das categorias. As categorias são, portanto, partes integrantes da realidade objetiva. Não pode existir absolutamente nada que não seja, de alguma forma, uma categoria. A este respeito, o marxismo distingue-se em termos extremamente nítidos das visões de mundo precedentes: no marxismo, o ser categorial da coisa constitui o ser da coisa, enquanto nas velhas filosofias o ser categorial era a categoria fundamental no interior da qual se desenvolviam as categorias da realidade. Não é que a história se passe no interior do sistema de categorias, mas sim que a história é a transformação do sistema de categorias. As categorias são, portanto, formas de ser. Naturalmente, à medida que se tornem formas ideais, são formas do reflexo, mas, em primeiro lugar, são formas de ser. Desse modo, vêm a ser grupos e conteúdos categoriais totalmente diversos. Tomemos o exemplo historicamente célebre do modo pelo qual Leibniz explicou às princesinhas que não existem duas folhas que tenham a mesma forma. Ele também poderia ter explicado a elas que não existem dois seixos que tenham a mesma forma. A singularidade dos objetos é inseparável do seu ser e não pode ser reduzida a nada. Isto é, eu diria que o sistema das categorias, quanto ao aspecto da singularidade, revela aquele desenvolvimento no curso do qual a categoria da singularidade se desenvolveu, como resultado de um desenvolvimento extremamente longo, da singularidade do seixo até a singularidade do ser humano.”⁴⁷

Aqui também está com toda a clareza desejável a reafirmação da formulação como um todo da “Ontologia do ser social” e, acima de tudo, da linha de pensamento dos “Prolegômenos”, que não permite a tentativa de separar o autor de sua última tentativa de largo alcance⁴⁸. O autor, de fato, não vivenciou a “Ontologia” impressa. Ele desejou expressamente a publicação do capítulo de Hegel como um livro independente (23 de janeiro de 1971, em Budapeste). O manuscrito correspondente foi enviado no final de fevereiro. Em maio, ele recebeu a notícia de que a editora também publicaria o capítulo “Trabalho” separado e rapidamente (Com efeito, o volume apareceu apenas em março de 1973 na Coletânea *Luchterhand*). Que o fim e o começo – ao menos em termos de publicação - aparecessem, mesmo que inintencionalmente, paralelamente com a vinculação das edições em brochura de “Die Seele und die Formen” (“A Alma e as Formas”) (Coletânea *Luchterhand*, 1971) e da “Die Theorie des Romans”, (“A teoria do Romance”) (Coletânea *Luchterhand* 1971), com as

47 Lukács: Pensamento Vivido. Instituto Lukács, Maceió, 2017, p. 183 e s., com alterações.

48 {Nota da tradução} Não apenas os integrantes da “Escola de Budapeste”, mas muitos já naquela época insistiam em que tanto a *Ontologia* quanto os *Prolegômenos* seriam momentos menores, quando não retumbantes fracassos, na trajetória de Lukács. Esta frase de Benseler, sem mencionar diretamente estas posições, é uma clara contraposição a elas.

publicações isoladas da “Ontologia”, poderiam tê-lo agradado, bem como os anúncios da primeira edição alemã de seu “Entwicklungsgeschichte des modernen Dramas” (“História do desenvolvimento do drama moderno”) (1911, vol. 15 das *Obras*, 1981), e de uma coleção completa de seus ensaios políticos 1918-1929⁴⁹. Como se tivesse reduzido a hesitação que poderia existir contra o Lukács vivo e seus impactos atuais, os manuscritos da “Ontologia” sem os “Prolegômenos” foram dados à editora em julho de 1971. O trabalho começou imediatamente, mas foi adiado por uma série de circunstâncias: após um contrato geral de 11 de setembro e de 11 de outubro de 1966, o editor recebeu o direito de incluir a “Ontologia” nas obras completas. Então, em setembro de 1971, foi estipulado contratualmente que se publicaria toda a “Ontologia” “por capítulos, em volumes individuais”. O planejamento se estendeu pelo período de 1972 a 1975. A reestruturação do programa editorial, que também reagiu a um clima político alterado na República Federal da Alemanha, não permitiu que a edição em brochura fosse realizada, também devido à constatação de que textos tão exigentes não poderiam mais contar com um número de compradores que poderiam garanti-la economicamente. O interesse na “Ontologia”, no entanto, se intensificou talvez devido a expectativas não cumpridas, mas também em conexão um retorno à metafísica (e, com isso, da ontologia), que era bastante evidente como uma virada filosófica⁵⁰. Todavia, apenas quando os “Prolegômenos” fossem incluídos no manuscrito e as revisões estilísticas realizadas por uma equipe de Budapeste e uma equipe alemã – com a mediação de uma tradução húngara – a publicação pôde ter lugar; muito depois de poder ter qualquer efeito sobre a relatada renovação do interesse pela metafísica.

A se justificar é a decisão, em contraste com a edição húngara (Lukács 1976), de colocar os “Prolegômenos” no início, enquanto é, de fato, o produto final crítico do trabalho do autor. Esta disposição rompe a conexão desejada por Lukács entre a parte sistemática e histórica e reforça o componente histórico, na medida em que a dedução histórica sumariada é combinada com a primeira parte histórica. Quanto ao primeiro argumento, o editor se refere a que os prefácios são quase sempre escritos no final, que eles foram justamente criados para dizer no final o que se tem de fato a dizer, acolher as críticas, agradecer e, ainda, apresentar resumidamente seu resultado. Ainda assim, não há muitos exemplos na história de tais introduções independentes detalhadas; contudo, aqui, a quantidade e posição justificam a própria demanda. Pode ser que, como auto-declaração, mais tarde, esses “Prolegômenos” igualmente se autoproclamem a parte mais importante da “Ontologia”. O outro argumento era correto apenas para os meses entre o aparecimento do primeiro e o se-

49 Lançado como: “Politische Aufsätze I-V”. Darmstadt-Neuwied 1975, 1976, 1977, 1978, 1979.

50 Cf. Spaemann 1981, Castañeda 1982, Henrich 1982, Künne 1983, Castoriadis 1984, Horstmann 1985).

gundo volume. A partir de agora, as partes só serão lidas, editadas e recebidas juntas - como queria o autor.

Aqui é o lugar para dizer algumas observações sobre o princípio da edição. Foi mencionado que, por razões de economia de trabalho, a editora pretendia gradualmente fazer os capítulos da “Ontologia” aparecerem um a um. Para isso, a intenção era, até a publicação da edição, tornar público o respectivo trabalho de correção e revisão para atender ao interesse científico. Que com isso o útil seria combinado ao econômico, é desnecessário que se esclareça: é bastante comum contornar com edições em brochura aquelas despesas que tornam grandes edições tão proibitivas hoje em dia que muitas vezes se tornam na prática edições de bibliotecas ou mesmo edições de arquivo, com a consequência de que apenas poucos e profissionalmente se ocupam delas; com o que seria perdido o que mais se pretendia, que era elaborar para a discussão viva da mudança pretendida.

Lukács, que em tais questões, reagia com sensibilidade às táticas de co-optá-lo quando da formalização de um contrato – ele tinha aprendido, não por último através de considerações políticas, que o lugar, o momento e a forma de publicação tinham de ser pensados com relação ao efeito desejado –, Lukács estava cada vez mais convencido de que tinha de assumir, para uma nova geração, o papel de construtor de pontes para o marxismo renovado, progressivo, formado doravante pelo regresso a Marx. Por isso, ele sempre teve preferência pelas edições em brochura para a discussão atual, enquanto, em termos das obras completas, acolhia as observações engenhosas da filologia meticulosa, uma ciência de avaliar o não-conhecido. Quanto à “Ontologia”, ele considerou-a desde o início como seu trabalho principal e a destinou, no contrato, à Obra Completa, ao mesmo tempo em que ele duvidava cada vez mais da eficácia atual. Isso também tornou mais fácil para o editor apoiar a decisão contra a continuação da edição em brochura.

Tendo em vista os volumes antes publicados das Obras de Lukács, sem adentrar nos métodos de verificação do manuscrito, na adaptação à ortografia e pontuação convencionais, deve-se notar que a co-edição com o *Lukács Archive*⁵¹, de Budapeste, significa uma vantagem substancial. Isso não é realmente uma questão nominal, mas sim um reconhecimento concreto dos esforços até aqui de publicação em relação à Lukács por parte de uma das instituições afiliadas à Academia de Húngara de Ciências, que se tornou o centro de pesquisa em Lukács, em particular sob seu atual diretor, Dr. László Sziklai. Lá estão disponíveis todas as edições de Lukács até aqui publicadas, bem como seus manuscritos e rascunhos com trabalhos preliminares, lá está concentrada toda a correspondência preservada, os exemplares das edições húngaras editadas e publicadas e, não por último, publicados com extremo

51 a Benseleer se refere ao *Lukács Archiv*, recentemente fechado pelo governo húngaro (cf. a “Apresentação” no Volume 13 da edição de 2018).

rigor filológico, uma série própria de brochuras com manuscritos de trabalhos não publicados. O *Archiv* já cooperou com a edição da primeira metade do primeiro volume⁵² e é apenas devido a um equívoco deplorável que este fato não está lá registrado. Somente o contato constante entre o *Archiv* e o editor tornou possível que não restem imprecisões na “Ontologia” e nos textos e anotações. De resto, esta edição alemã é a *standart* para todas as traduções em língua estrangeira - e isso também vale para a edição publicada em húngaro em 1976 e nas seguintes.

A recepção da “Ontologia” podia começar cedo, porque as ideias fundamentais de Lukács haviam sido pronunciadas em muitos lugares. Ao lado das publicações preliminares já mencionadas, chamamos especial atenção para o livro “Gespräche mit Georg Lukács” (“Conversando com Lukács”) de Hans Heinz Holz, Leo Kofler e Wolfgang Abendroth, publicado em 1967, que Theo Pinkus editou. Essas conversas são até hoje a introdução mais viva e discriminada à “Ontologia”, ao lado do trabalho científico mais especializado de Nicolas Tertulian. Por um lado, Lukács desenvolve suas teses precisa e sucintamente; por outro lado, o ceticismo dos cientistas marxistas participantes é um momento perceptivelmente estimulante.

Ernst Bloch, em 1971, falou em uma entrevista com os inventariantes literários de Lukács, Ferenc Ferenc, Jánossy e Mária Holló (*in*: Bloch 1984, p. 296 e segs.). Como ele – sem saber que sua publicação foi, para Lukács, um impulso essencialmente negativo para a realização da última obra – refere-se à “Ontologie des Noch-Nicht-Seins” (Ontologia do Ainda-Não-Ser), a passagem deve ser citada por inteiro:

Mária Holló: “Alguns sugeriram que a ‘Ontologia’ deveria começar com o capítulo de Hegel, já que não apenas a preferência por Hartmann parecia inadequada, mas também o ódio com que Lukács se voltava contra os neopositivistas. Aliás, ele mesmo estava descontente com esses dois capítulos.”

Ernst Bloch: “(...) Isso é intrigante... De repente, esse amor por Nicolai Hartmann, que era um verdadeiro filisteu liberal. Ele escreveu uma ontologia, o Hartmann, um sincero ontólogo, e não se confrontou com Heidegger. É maravilhoso que a palavra ontologia seja aprimorada e se torne um problema. Não se pode pronunciar a palavra ontologia ante os marxistas comuns; relembra-os a Heidegger, a ontologia fundamental, e se a ontologia é ainda necessitada, há sempre uma sacudida de cabeça e um desconforto. Eu tenho um pequeno capítulo que se chama ‘Ontologia do Ainda-Não-Ser’⁵³. A ontologia denomina de fato a ciência do ser, Ainda-Não-Ser é uma esfera ainda mais própria do ser! Portanto, aqui está uma ontologia. Ontologia é estática,

52 Benseler se refere aos *Prolegômenos*.

53 Ernst Bloch: Tübingen Einleitung in die Philosophie. Frankfurt am Main, Suhrkamp 1977, pp. 210- 300.

não-dialética, absolutamente não pode ser usada, a ontologia é fixa e uma oposição à dialética - na consciência dos semieducados. Se eu usar a palavra ontologia na frente de alguns, devo primeiro fazer uma declaração, do contrário eles não ouvirão. Ontologia é a lógica do ser em si mesmo segundo Hegel, não sei se ele usou a palavra, mas a coisa é assim. Portanto tudo, onde não há nenhuma história, não há nenhum fazer-se-do-mundo, nenhum processo, isso é ontologia. Aquilo que bem se pode reconhecer, o que é a metade da questão... Para a consciência habitual, a ontologia é antitética a devir. Ser é ser-tornado e só por ser-tornado pode dar-se ontologia no sentido tradicional. Para algo que está grávido, ou para a nova sociedade com a qual a velha está grávida e tais coisas, isto não tolera a tranquilidades da ontologia. É um pouco fantástico... repetidamente, o clássico! Isto é certo. O mundo está certo! Tudo predeterminado e nesta moldura se é enredado. Assim, a ontologia é ainda mais usada pelos reacionários.”

Mária Holló: Mas na ontologia de Lukács a processualidade do ser está em primeiro plano, aqui ele quer combinar a dialética da natureza e a da sociedade de uma maneira nova.”

Ernst Bloch: “Existe uma dialética da natureza, agora? Após a notória posição em ‘História e consciência de classe’, não deveria existir (...) Foi um comentário inteligente! No entanto, se há uma história natural, então há ainda o problema da dialética. E os exemplos dialéticos em Hegel referem-se na maior parte das vezes a objetividades naturais (...) Mas eu não digo nada contra ontologia; eu disse sim, que eu mesmo me culpei por esse pecado, nomeando este capítulo sobre a Ontologia do Ainda-Não-Ser.”

Mesmo que se deduza a situação de conversação e a idade do entrevistado, estas declarações nada acrescentam à “decorativa fascinante salada italiana de subjetivismo”, apenas que, para Lukács, o maior e mais frequentemente reconhecido estilista aqui formula mais descuidadamente.

Mais importantes, de fato, são as “Notas para o camarada Lukács sobre a Ontologia 1968-1969”, preparadas pelos seus estudantes Ferenc Fehér e Ágnes Heller, bem como pelos seus colaboradores György Márkus e Mihály Vajda⁵⁴. Os autores podem alegar o fato de que Lukács lhes deu a “Ontologia” capítulo por capítulo, o manuscrito datilografado completo foi passado apenas no ano de 1968, com o desejo expresso de discutir suas críticas com ele ou, se caso, usar os resultados para correção ou revisão. O grupo de trabalho resumiu as discussões intensivas com Lukács nos principais pontos de um texto unificado feito para Lukács. Por causa dessa interpelação, dizem os autores, o desconforto de Lukács com as dimensões crescentes de seu trabalho foi expresso por sua intenção de omitir os três primeiros capítulos históricos e pôr uma introdução precisa em seu lugar. Deste modo a antítese entre a parte histórica

54 Cf. Fehér 1976, Heller 1983.

e a parte sistemática seria eliminada, pois o conteúdo e o modo de apresentação do capítulo de Marx pertencem aos capítulos do Trabalho, Reprodução, Ideologia e Alienação. Esta introdução tornou-se então os “Prolegômenos”, que o ocupou até sua morte e não permitiu executar o plano de revisão dos primeiros capítulos.

Os autores, instruídos por “História e consciência de classe” e apoiados pela expectativa de que a “Ontologia” pudesse conduzir a teoria da objetivação alcançada na “Estética” de Lukács como solução para a relação problemática entre produtos de valor histórico e sua forma normativa e genericamente válida, viram-se neste ponto decepcionados. Criticavam que Lukács era metodologicamente impreciso, que ele não enfatizava rigorosamente a centralidade social da ontologia ante as visões deterministas naturais do marxismo clássico, que apenas levou a cabo uma síntese externa do marxismo e da filosofia, enquanto a questão de como a historicidade e universalidade sistemática seriam unificáveis para o espírito de Marx permaneceu verdadeiramente sem solução. No detalhe, os autores negam a “dialética da natureza” e, a partir do ponto de vista de “História e consciência de classe”; rejeitam a teoria do reflexo de Lukács na teoria do conhecimento; enfatizam a ideia de “progresso histórico” como um princípio historicamente cujo significado por ser vergado à respectiva situação; rejeitam a validade da atividade humana em “leis sócio-históricas independentes” e criticam que Lukács não exhibe uma concepção de valor consistente (seja ela econômica, seja moral). A delimitação para com Lukács se torna clara na definição da filosofia de György Márkus (1968), aceita por todos os autores: “A tarefa da filosofia é moldar as alternativas do presente a questões realmente conscientes (e respostas), na medida em que investiga o lugar dos conflitos fundamentais de hoje no desenvolvimento como um todo da humanidade, em que desvela a relação das alternativas de ação e desenvolvimento com os valores historicamente criados pela humanidade e, desse modo, esclarece seu significado, seu ‘sentido’ do ponto de vista de todo o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a filosofia é, na verdade, nada mais do que um ‘uma síntese sempre renovada, sempre presente, dos resultados gerais (...), que se deixa abstrair da consideração do desenvolvimento histórico do homem’ (Marx), a ontologia real do ser social, é a própria história considerada do ponto de vista do desdobramento do ‘ser humano’.”

Somente quando esse ponto de vista crítico é apreciado, os “Prolegômenos”, que abordam algumas das objeções mencionadas, são compreendidos corretamente. Se a oposição de princípio desse grupo à concepção geral da “Ontologia”, expressa em numerosas publicações dos autores que, quando publicados durante sua vida, apesar de seus pontos de vista divergentes, foram aceitos por Lukács no espírito da “tolerância revolucionária”, apesar de seu ponto de vista divergente, isso não é válido como crítica ideológica da con-

cepção mundo, que desde o ponto de vista marxista-ortodoxo de W. R. Beyer, omitiu os únicos sumários provisórios dos pensamentos de Lukács. Esse ataque continua no ensaio “Ontologia social da fórmula mágica”⁵⁵.

Imediatamente após a publicação do capítulo “O trabalho” iniciou-se uma discussão mais cuidadosa sobre a ontologia na RDA, da qual apenas Peter Ruben e Camilla Warnke devem ser referidos⁵⁶. Os autores chegam à conclusão de que Lukács subestima a finalidade objetiva do processo histórico, que a natureza e a sociedade se separam uma da outra e que permite desaparecer a totalidade dialética do processo como um todo. Do lado húngaro, a discussão oficial se instala após a publicação da tradução de “Ontologia” (Budapeste, 1976). Sejam mencionados os ensaios de Tökei (1979) e Almási (1979).

Adorno (1958, p. 255, 259, 28) acusou Lukács de projetar categorias da natureza sobre o que era socialmente mediado, enquanto Marx/Engels, por outro lado, teriam justamente crítico-ideologicamente polemizado contra. Lukács teria levado à central a acusação de ontologismo contra a literatura de vanguarda, que ele falsamente fixou nas existencialidades do ontólogo fundamental, Heidegger. Finalmente, Adorno afirmou: “O feitiço engolfou Lukács e o barrou do tão esperado retorno à utopia de sua juventude, recaptura a reconciliação extorquida que ele divisa no idealismo absoluto”. Com a utopia, Adorno quis dizer “os estudos de ‘História e consciência de classe’”, em que ele, como materialista dialético, pela primeira vez empregou por princípio as categorias da cosificação à problemática filosófica.” E a reconciliação extorquida refere-se ao sujeito-objeto idealisticamente idêntico. Adorno pressagia aqui o programa que Lukács, sem querer seguir o insinuado, aceita em geral e a ele se dedica na medida em que apreende a dialética objetiva como pressuposto para a dialética subjetiva, a ontologia da natureza como base fundamental para a social, enquanto para ele a gnosiologia não pode ser produzida-pelo-objeto em oposição à dialética, que “a legalidade objetiva de cada realidade” e, com isso, como “dialética universal” é “ontologicamente compreendida”.

Em 1966, A. Heller, em conversa, apresentou a Jürgen Habermas o esboço da “Ontologia” lukácsiana e o conteúdo dos capítulos já estabelecidos. É de fato interessante ver como Habermas rejeitou por princípio o plano. Uma tal tentativa pertenceria ao “passado filosófico”, porque se coloca na tradição dos grandes sistemas de racionalismo aos quais o marxismo se opõe historicamente. Historicidade e a sistemática, assim resume Heller, não podem se homogeneizar; generalizadamente também metodologicamente nada funcionaria, ao contrário, toda categoria deveria ser examinada em sua abordagem histórica

55 “Zauberformel ‘Gesellschaftsontologie’”, Beyer 1976.

56 “Arbeit – Telosrealisation oder Selbsterzeugung der menschlichen Gattung — Bemerkungen zu G. Lukács’ Konzept der ‘Ontologie des gesellschaftlichen Seins’“ (“Trabalho – realização teleológica ou autoprodução do gênero humano - comentários ao esboço da “Ontologia do ser social” *in*: Dt. Journal of Philosophy, 27 de 1979, n. 1.

concreta. O todo é o falso, Adorno teria dito; todavia, justamente a totalidade histórica como discriminante das ciências isoladas tem, na medida em que se apropria como esboço filosófico das categorias, aquele defeito que Lukács se esforçou por superar teórico-socialmente em “História e consciência de classe”. Com esse veredicto erigido a partir da inconsistência histórica, da anomia sistemática, a recepção⁵⁷ foi praticamente encerrada tanto no campo marxista, na área do marxismo ocidental, quanto na filosofia não-marxista e na ciência do espírito.

Uma exceção a isso é Nicolas Tertulian (1978, 1979, 1980, 1984, 1985), que obstinadamente indica o pioneirismo da “Ontologia”. Com Goldmann (1973), ele estabelece uma relação entre a ontologia fundamental de Martin Heidegger e Lukács, que - contrariando a intenção do autor - resulta do problema comum de objetivação e coisificação, exteriorização e alienação, e indica a enraizada problemática da época de uma “Dialektik der Aufklärung” (Dialética do Esclarecimento) e do “Eclipse of Reason” (Eclipse da Razão)⁵⁸.

Avançando a partir daqui, Tertulian mostra como Lukács, por um lado em oposição à teleologia da história e, por outro lado, ao determinismo natural, isto é, às leis sociais objetivas, livremente condicionadas tal como as condições naturais, põe em relevo a “posição teleológica” por atos de escolha entre possibilidades. A síntese de incontáveis atos de escolha no contexto do confronto laboral com a causalidade espontânea da natureza, bem como as leis que historicamente se tornaram as da sociedade, levam a uma outra, nova realidade. No interior da posição teleológica, tornam-se distinguíveis a objetivação como emprego das séries causais objetivas ou situações sociais; e a exteriorização, que se pensa como o retroefeito justamente dessa atividade sobre o sujeito. Disto aparece destacada a alienação, já corrente deste Marx, e sob uma nova luz teorizada por Lukács em “História e consciência de classe”; ela existe onde sobrevivência e reprodução social determinam exclusivamente o ato individual em oposição à formação da personalidade. O sujeito submetido à reprodução social persiste em uma genericidade em-si; a personalidade autônoma brota em um estágio da genericidade para-si, com o qual Lukács encontra o reino da liberdade, como Marx, oposto ao reino da necessidade.

Na ocasião do centésimo aniversário de Lukács, no Congresso em Budapeste, houve novas reflexões, que deram impulsos consideráveis tanto à esfera marxista quanto ao marxismo ocidental e à ontologia social (Almasi 1985, Benseler 1985, Holz 1985, Narski 1985, Olipenko 1985, Scarponi 1985). Se a reflexão pós-moderna sobre a ontologia parece seguir o *dictum* de

57 {Nota da tradução} Benseler se refere à recepção da “Ontologia” e dos “Prolegômenos” no debate contemporâneo.

58 “Dialektik der Aufklärung” (Dialética do Esclarecimento), Horkheimer/Adorno 1947; “Eclipse of Reason” (Eclipse da Razão), Horkheimer, 1947.

Roland Barthes, de que o mito consiste em transformar a história em natureza –em Lukács, há a tentativa clássica de mediar entre natureza e história; pelo afastamento da barreira natural a irreduzível causalidade é posta a serviço das posições teleológicas, um desenvolvimento cada vez mais social da humanidade que no processo permite emergir a genericidade para si: personalidade, como pretendia o velho europeu.

Bibliografia do Posfácio

Adorno, Theodor W. Erpreßte Versöhnung (In: Der Monat, II. Jg., Nov. 1958, p. 37 ss.; também em Gesammelte Schriften II, Noten zur Literatur, Frankfurt 1974.

Almási, Miklos. Zur Ontologie der “Erscheinung” (In: DZPhil. 27, 1979, H. II, p. 1365 ss.)

Almási, Miklos. Genese des Ontologie-Begriffs (Vortrag 18. 4. 1985, Budapest)

Bahr, Hans Dieter. Ontologie und Utopie (In: Praxis (Zagreb), 4. Jg., 1968, Nr. 1-2, p.164 ss.)

Benseler, Frank (org.) Revolutionäres Denken - Georg Lukács (Darmstadt und Neuwied 1984).

Benseler, Frank (org.) Materialismus und Innovation (Vortrag 18/4/1985, Budapest; tb. in: Die Neue Gesellschaft/Frankfurter Hefte, 32. Jg., H. 8/Agosto/1985, p. 702 ff.)

Benseler, Frank (org.) Sozialismus und Demokratisierung (In: Düsseldorfer Debatte, 5/85, Mai, p. 51 ss.)

Bereczkei, Tamás. A Teleologia Szemantikai Tartalmáról; in: Magyar filozófiai szemle, 1984/5-6, p. 617-642.

Beyer, Wilhelm R. Marx-Ontologie (in: DZPhil., 17. Jg., 1969, No. II) (réplica: F. Feher in: Magyar Filozófiai Szemle 1970/1)

»Marxistische Ontologie” - eine Modeschöpfung des Idealismus (In: Vier Kritiken: Heidegger, Sartre, Adorno, Lukács, Köln 1970, p. 195 ss.)

Beyer, Wilhelm R. Zauberformel “Gesellschaftsontologie” (In: Arnaszus, Wilhelm: Materialismus, Wissenschaft und Weltanschauung im Fortschritt, Köln 1976)

Bloch, Ernst. Philosophische Grundfragen I. Zur Ontologie des Noch-Nicht-Seins (Frankfurt, 1961; tb. in: Gesamtausgabe Band 13, Tübinger Einleitung in die Philosophie, Frankfurt 1970).

Ernst Bloch und Georg Lukács. Dokumente zum 100. Geburtstag (Budapest 1984, Lukács-Archivum)

Ernst Bloch und Georg Lukács. Briefe 1903-1975, 2 volume (Frankfurt 1985)

Castaneda, Hector-Neri. Sprache und Erfahrung. Texte zu einer neuen Ontologie (Frankfurt 1982).

Castoriadis, Cornelius. Gesellschaft als imaginäre Institution (Frankfurt 1984)

Dannemann, Rüdiger. Das Verdinglichungs-Theorem. Geschichte und Natur (Vortrag 1985, Budapest)

Eörsi, István. Zur Geschichte der Ontologie - Vorwort zur ungarischen Ausgabe (cf. Lukács 1976a)

Eörsi, István. Das Recht des letzten Wortes (In: Europäische Rundschau 1978, 4)

Fehér, F. - Heller, A. - Markus, G. - Vajda, M. Aufzeichnungen für Genossen Lukács zur Ontologie 1968–1969 (Manuskript p. 1-48, 1-44), cf. Heller 1983 Notes on Lukács' Ontology (In: Telos, 29/1976, p. 160 ss.)

Furth, Peter. Eine konservative Verteidigung des Marxismus. Arbeit und Dialektik in der marxistischen Philosophie (In: Düsseldorfer Debatte, 10/1985, p. 3 ss.)

Goldmann, Lucien. Lukács et Heidegger (Paris 1973); tb.: Lukács und Heidegger (Darmstadt und Neuwied, 075).

Greven, Michael Th. Krise der objektiven Vernunft, Entfremdung und ethischer Dezisionismus bei Georg Lukács und Max Weber (Vortrag, Lukács-Symposium, Hamburg 1985)

Grujić, Pedrang M. Zur Ontologie des Marxismus (München 1972).

Habermas, Jürgen. Die neue Unübersichtlichkeit - Kleine politische Schriften V (Frankfurt 1985)

Hanak, Tibor. Georg Lukács: Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. I. Halbband (Rez. in: Phil. Literaturanzeiger 38, 3 (1985), p. 229 ss.)

Harich, Wolfgang. Kommunismus ohne Wachstum? Babeuf und der Club of Rome (Reinbek 1975).

Hartmann, Nikolai. Ethik (Berlin 1926)

Hartmann, Nikolai. Zur Grundlegung der Ontologie (Berlin 1935)

Hartmann, Nikolai. Der Aufbau der realen Welt (Berlin 1940) Teleologisches Denken (Berlin 1951)

- Heller, Agnes. Alltag und Geschichte (Neuwied 1970)
- Heller, Agnes. Das Alltagsleben (2. ed., Frankfurt 1981)
- Heller, Agnes. Lukács Reappraised, New York 1983.
- Hermann, István. Ontologiai Bevezetés az Etikához, in: Magyar filozófiai szemle, 1984/5- 6, p. 643-687
- Henrich, Dieter. Fluchtlinien (Frankfurt 1982)
- Holz, Hans Heinz. Dialektik und Widerspiegelung (Köln 1983)
- Holz, Hans Heinz. Irrationalismus-Kritik und Ontologie-Begriff (Vortrag 17. 4. 1985, Budapest)
- Honneth, Axel. Eine ontologische Rettung der Revolution. Zur Gesellschaftstheorie von Cornelius Castoriadis (In: Merkur, Vol.9/10, Set./Out. 1985, p.807 ss.)
- Horkheimer, Max. Eclipse of Reason, New York 1947, tb.: Zur Kritik der instrumenteilen Vernunft, Frankfurt 1967.
- Adorno, Theodor W. Dialektik der Aufklärung, Amsterdam 1947.
- Horstmann, Rolf-Peter. Ontologie und Relationen. Hegel, Bradley, Russel und die Kontroverse über interne und externe Beziehungen (Königstein 1985).
- Kaniowski, Andrzej M. Materializm historyczny a Ontologia. Bytu Społecznego (In: Studia Filozoficzne Nr. 3 (148), 1978, p. 19 ss.)
- Korthals, Michael. Die kritische Gesellschaftstheorie des frühen Horkheimer. Mißverständnisse über das Verhältnis von Horkheimer, Lukács und den Positivismus (In: Zeitschr. f. Soz., H. 4, Aug. 1985, p. 315 ss.)
- Künne, Wolfgang. Abstrakte Gegenstände. Ontologie und Semantik (Frankfurt 1983)
- Lukács, Georg. Existentialismus oder Marxismus? (Berlin 1951)
- Lukács, Georg. Werke Band 12/13: Ästhetik Teil I: Die Eigenart des Ästhetischen (Neuwied und Berlin 1963)
- Lukács, Georg. Kunst als Selbstbewußtsein der Nation (In: Neues Forum, Wien, Vol.152/153, Aug./ Sept. 1966, XIII Jahr, p. 514 ss.)
- Lukács, Georg. Über die Besonderheit als Kategorie der Ästhetik Neuwied und Berlin 1967 (tb. in: Werke Band 10 Probleme der Ästhetik Neuwied und Berlin 1969)
- Lukács, Georg. Die Sowjetunion ist nicht typisch. Zur Theorie der ungleichmä-

ßigen Entwicklung bei Marx (In: Neues Forum, Wien, Vol.160/61, Abr./ Mai 1967, XIV Jahr, p. 344 ss. und Vol.162/63, Jun./Juli 1967, p. 518 ss.)

Lukács, Georg. Gespräche mit Georg Lukács, hrsg. v. Theo Pinkus, Hans Heinz Holz - Leo Kofler - Wolfgang Abendroth (Reinbek 1967)

Lukács, Georg. Werke Band 2, Frühschriften II, Geschichte und Klassenbewußtsein. Darin: Vorwort, Budapest, März 1967, p. 11 ss. (Neuwied und Berlin 1968)

Lukács, Georg. Die ontologischen Grundlagen des menschlichen Denkens und Handelns (In: ad lectores 8, Neuwied 1969)

Lukács, Georg. Der große Oktober 1917 und die heutige Literatur (In: ad lectores 5, Neuwied und Berlin 1967, dann in: Kürbiskern, München 1/1968; auch in: Lukács, Ausgewählte Schriften Bd. III, Russische Literatur - Russische Revolution, Reinbeck 1969)

Lukács, Georg. Zur Verleihung des Goethepreises (In: ad lectores 10: Georg Lukács em 13. de abril de 1970, Neuwied und Berlin 1970)

Lukács, Georg. The Dialectic of Labor: Beyond Causality and Teleology (In: Telos, No. 6, Fall 1970)

Lukács, Georg. Letter to the Editor (15.2.1971) (In: Times Literary Supplement, 11 de junho de 1971, No. 3)

Lukács, Georg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins - Vortrag an der Ungarischen Akademie der Wissenschaften (In: Neues Forum, Wien, Vol.207/08, Fev/ Mar 1971, XVIII Jahr, p. 19 ss; Fortsetzung in Vol.211/12, Jun/Jul 1971, p. 30 ss.)

Lukács, Georg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins - Hegels falsche und echte Ontologie (Neuwied und Berlin 1971)

Lukács, Georg. Die Seele und die Formen, Essays (Neuwied und Berlin 1971)

Lukács, Georg. Die Theorie des Romans. Ein geschichtsphilosophischer Versuch über die Formen der großen Epik (Neuwied und Berlin 1971).

Lukács, Georg. Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins — Die ontologischen Grundprinzipien von Marx (Darmstadt und Neuwied 1972. Rez. in: Kölner Zschr. f. Soz. u. Sozialps. 25. Jg. 1973, p. 647 s.)

Lukács, Georg. Marxovi osnovni ontoloski principi (In: Praxis (Zagreb) 3-4/1973 p. 409 ss.) Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins - Die Arbeit (Neuwied und Darmstadt 1973)

Lukács, Georg. Ontologia, Existentei Sociale - Studiu introductiv de N.

Tertulian (Bucuresti 1975)

Lukács, Georg. Taktik und Ethik. Politische Aufsätze I 1918-1920., J. Kammler und F. Benseler (orgs) (Darmstadt und Neuwied 1975)

Lukács, Georg. A társadalmi lét ontológiájáról, Vol. 1-3 (Budapest 1976)

Lukács, Georg. Revolution und Gegenrevolution, Politische Aufsätze II 1920-1921; J. Kammler und F. Benseler (orgs) (Darmstadt und Neuwied 1976)

Lukács, Georg. Organisation und Illusion. Politische Aufsätze III 1921-1924; hrsg. J. Kammler und F. Benseler (orgs) (Darmstadt und Neuwied 1977)

Lukács, Georg. Geschichte und Klassenbewußtsein. Studien über marxistische Dialektik. Politische Aufsätze IV (Darmstadt und Neuwied 1978)
Demokratische Diktatur. Politische Aufsätze V 1925-1929; F. Benseler (org.) (Darmstadt und Neuwied 1979)

Lukács, Georg. Gelebtes Denken (Org.: I. Eörsi) Eine Autobiographie im Dialog (Frankfurt 1980) Werke Band 15.

Lukács, Georg. Entwicklungsgeschichte des modernen Dramas; F. Benseler (org) (Darmstadt und Neuwied 1981)

Lukács, Georg. Demokratisierung heute und morgen, L. Sziklai (org), Vorwort M. Almäsi, Budapest 1985

Markus, György. Diskussionen und Richtungen in der marxistischen Philosophie (Manuskript 1968)

Makai, Mária. Az Etika Ontológiai Kérdéseihöz (In: Magyar Filozófiai Szemle, Budapest 1973, 17. Jg., Nr. 3-4, p. 298 ss.)

Maus, H. (org.) com H. Düker, K. Lenk, H.-G. Schumann. Gesellschaft, Recht und Politik - Wolfgang Abendroth zum 60. Geburtstag (Neuwied und Berlin 1968)

Narski. Die Lukacsche Charakterisierung des gesellschaftlichen Seins (Vortrag 19. 4. 1985, Budapest)

Olipenko, N. V. Die Stelle der Ontologie des gesellschaftlichen Seins in Lukács philosophischen Ansichten (Vortrag 18. 4. 1985, Budapest)

Reinhard, W. W. Entfremdung und Gegenstand. Versuch einer Rekonstruktion des Arbeitsbegriffs von Georg Lukács (Phil. Dissertation, Bremen 1986)

Ruben, Peter - Warnke, Camilla. Arbeit – Telosrealisation oder Selbsterzeugung der menschlichen Gattung (In: DZPhil. 27, 1979, vol. 1, p. 20 ss.)

Scarponi, Alberto. Georg Lukács und die Ontologie (Vortrag 17. 4. 1985,

Budapest)

Spaemann, Robert – Löw, Reinhard. Die Frage Wozu. Geschichte und Wiederentdeckung des teleologischen Denkens (München 1981)

Tamas, Caspar M. Metacritical Letter on Lukács Ontology (Manuskript p. 1-32)

Tertulian, Nikolas. On the Later Lukács (In: Telos, 40/1979, p. 136 ss.)

Tertulian, Nikolas. G. Lukács et le reconstruction de l'Ontologie dans la Philosophie contemporaine (In: Revue de Metaphysique et de Morale, Paris, Nr. 4/1978)

Tertulian, Nikolas. Teleologie e causalite in ontologia sociale (In: Critica Marxista, Rom, Nr. 5/1980)

Tertulian, Nikolas. La Rinascita dell'Ontologia: Hartmann, Heidegger, Lukács (In: Critica Marxista, Rom, Nr. 3/1984, p. 125 ss.)

Tertulian, Nikolas. Die Ontologie von Georg Lukács (In: Merkur, Vol.4, April 1985, p. 309 ss.)

Tökei, Ferenc. Bemerkungen zum posthumen Werk von Georg Lukács (In: DZPhil. 27, 1979, H. II, p. 1382 ss.)

Vajda, Mihaly. Die Aktualität der Ontologie (Manuskript, Herbst 1977)

Varga, Csaba. The Concept of Law in Lukács Ontology (In: Rechtstheorie, Berlin 1979, 10. Bd. H. 3, p. 321 ss.)

Varga, Csaba. A jog ontológiai megalapozása felé (Tételek Lukács Ontológiája alapján) (In: Magyar Filozófiai Szemle, 1983, 5, p. 767 ss.)

Wolf, Barbara. Materialistische Geschichtsauffassung oder Gesellschaftsontologie? (Dissertation, Berlin [DDR] 1981)

Wolf, Ulrich. Georg Lukács: Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Studie zum Verhältnis von Marxismus und Ontologie (Dissertation, Paderborn 1986)